

ERINALDO DIAS VALÉRIO

Produção de conhecimento e circulação da informação na
formulação de políticas públicas: o Conselho de Desenvolvimento da
Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia

Tese de Doutorado
Março de 2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI**

ERINALDO DIAS VALÉRIO

**Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de
políticas públicas: o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra
(CDCN) do Estado da Bahia**

**RIO DE JANEIRO
2019**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

ERINALDO DIAS VALÉRIO

Produção de conhecimento e circulação da informação na formulação de políticas públicas: o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Maria Marteleto.

RIO DE JANEIRO
2019

CIP - Catalogação na Publicação

Valério, Erinaldo Dias
V164p Produção de conhecimento e circulação da informação
na formulação de políticas públicas: o Conselho de
Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do
Estado da Bahia / Erinaldo Dias Valério. -- Rio de
Janeiro, 2019.
181 f.

Orientadora: Regina Maria Marteleto.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia,
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação,
2019.

1. Informação étnico-racial e conhecimento. 2.
Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra
(CDCN). 3. Redes sociais. 4. Políticas públicas para
igualdade racial. 5. Ciência da Informação. I.
Marteleto, Regina Maria, orient. II. Título.

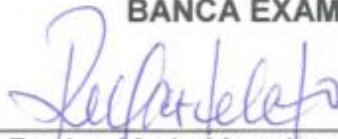
ERINALDO DIAS VALÉRIO

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA
FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CONSELHO DE
DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NEGRA (CDCN) DO ESTADO DA BAHIA

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação, convênio entre o Instituto
Brasileiro de Informação em Ciência e
Tecnologia e a Universidade Federal do
Rio de Janeiro – PPGCI/ IBICT/UFRJ,
como requisito parcial para obtenção de
grau de Doutor em Ciência da
Informação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

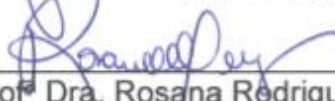
BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Regina Maria Marteleto – PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ
Orientadora



Profª Dra. Joselina da Silva - PPGEduc/UFRJ
Examinadora Externa



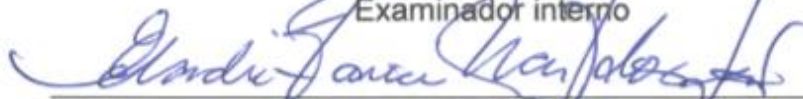
Profª Dra. Rosana Rodrigues Heringer - PPGE/UFRJ
Examinadora Externa



Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider - PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ
Examinador interno



Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra - PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ
Examinador interno



Dra. Eladir Fátima Nascimento dos Santos – Secretaria de Educação/RJ
Suplente externa

*Dedico este trabalho à **Kyara Vasques** (in
memoriam) pela amizade, momentos e
saberes partilhados.*

*A minha mãe **Socorro Dias** que por meio
de sua intercessão, carinho e apoio,
aprendi o valor da minha fé.*

*Dedico também, com muito amor, às
pessoas negras que são vítimas e têm
resistido contra o preconceito, à
discriminação racial e o racismo na
sociedade brasileira.*

UBUNTU!

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de todas as coisas. Por ter me dado força e sabedoria para conseguir chegar até aqui. “Deus faz-nos ver maravilhas e realiza proezas que não compreendemos.” (Jó 37:5). Sem ti não sou e nunca seria nada, a minha gratidão eterna, obrigado por ter me sustentado até aqui.

A minha família, por acreditar em mim e por todo carinho. Especialmente a minha mãe, Socorro Dias e a minhas irmãs Edilene Dias, Elizângela Dias, Rosângela Dias e Eliete Valério. E meu irmão, Erivaldo Dias. Eu amo vocês.

A Ilaydiany Oliveira, que tem me ajudado de forma incondicional e por ter iluminado tanto a minha vida. Você é um presente de Deus para mim, agradeço sempre por sua existência. “Em todo o tempo, ama o amigo; e na angústia nasce o irmão.” (Pv. 17:17).

A professora Dra. Regina Marteleto, minha orientadora, por cada oportunidade de aprendizado e pela paciência na orientação e incentivo. Pelos ensinamentos e dedicação para a realização desta pesquisa. Obrigado por ter abraçado esta proposta.

A Ícaro Augusto, pelo seu cuidado e dedicação. Sua presença, motivação e ajuda, tem me fortalecido dia após dia. Obrigado por estar comigo e se desdobrado em esforços para me ajudar neste trabalho.

A Nicácia Lina, pelo carinho, amizade e orações constantes. Sou grato por estar comigo durante a realização de todos os meus sonhos. Obrigado pelo amor incondicional e fraternal.

A professora Joselina da Silva, pela amizade e ensinamentos para além do grupo de estudo e da graduação. Com toda minha gratidão.

As minhas amigas Sheila Cavalcante, Naya Lima, Liana Lopes, Flávia Schmidt, Karla Menezes, Edina Silva e Ana Cláudia Emidio, pelo apoio constante e amizade. Tenho muito carinho e gratidão por ter vocês por perto. Aos amigos Tiago Silva (meu carinho desde o mestrado), Jardel Soares, Hélio Pajeú e Jailson Santos, pelas palavras de consolo e motivação.

A Fernanda Santos, por cada contribuição, pela amizade, pelo carinho desde o mestrado. Te admiro muito.

A Fernanda Carla, por ter acompanhado a minha jornada de escrita e não ter deixado o cansaço me vencer. Pelas risadas e pelo choro rsrs. Obrigado por ter se

disponibilizado a entregar as cópias impressas aos (as) professores (as) da banca.

Aos membros da banca de qualificação e defesa, Prof^a Dra. Joselina da Silva Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider, Prof. Dr. Arthur Coelho Bezerra e Prof^a Dra. Rosana Rodrigues Heringer, pela disponibilidade e aceitação em participar deste momento e por contribuírem para o aperfeiçoamento da pesquisa.

As minhas amigas Leyde Klébia, Tatiana Fernandes e Nadia Bernuci, que o doutorado me presenteou. Obrigado por cada ajuda, pelas discussões e trocas de experiências. Agradeço pela maneira carinhosa e pela disposição que me receberam em suas casas (durante minhas idas ao Rio). Nadia, obrigado por ter me acompanhado durante algumas entrevistas e ter ido no arquivo do Conselho. E Leyde por ter scanado material e por ser meu porto seguro em Salvador – BA.

A minha turma do doutorado 2015.1, em especial a Jobson Francisco, Edilson Targino, Iara Vidal, Bruna Cajé e André Appel. A Ana Patrícia, pelo carinho.

A Dávila Feitosa e Zanza, duas bibliotecárias negras que amo de paixão. A Gabriel e a Vitória, pelas conversas e por terem me disponibilizado vários materiais para leitura, principalmente no campo do Serviço Social.

As minhas amigas bibliotecárias Rafaela Duque, Eliane Carvalho (Miss Enapegs) e Claudialiny, que tem me ensinado muito sobre amizade e companheirismo.

A Keyla de Faria, pelas palavras de incentivo e encorajamento. Obrigado pelas conversas que contribuíram para o meu aprendizado espiritual e acadêmico.

As (os) colegas do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) pela compreensão e concordarem com pedido de licença para conclusão do doutorado. Sou grato.

Ao CDCN, pela confiança depositada e viabilização da pesquisa. Agradeço a cada conselheiro (a) por ter disponibilizado um pouco de seu tempo para me passar informações cruciais ao desenvolvimento deste estudo. Não posso deixar de dedicar um agradecimento especial a Stael Wane, secretária do Conselho. Obrigado pelo suporte, agilidade e rapidez na troca de informações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFRJ), pelo acolhimento da pesquisa dentro da sua proposta interdisciplinar e aos (as) professores (as), pelas contribuições e reflexões durante as disciplinas cursadas.

A todos (as) que contribuíram de alguma forma para construção deste trabalho e para o meu amadurecimento enquanto pessoa e pesquisador.

***“A nossa escrevivência não pode ser lida como
história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-
los em seus sonos injustos.”
(Conceição Evaristo)***

RESUMO

Esta pesquisa estuda a produção de conhecimento e a circulação da informação étnico-racial no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia. Utiliza como referencial teórico os conceitos de informação étnico-racial, movimentos sociais negros, conselhos de direitos, políticas públicas e redes sociais. Analisa de maneira geral, os processos e práticas de produção, comunicação e uso da informação no CDCN, na articulação e formulação de políticas públicas para a população negra, objetivando especificamente conhecer quem são os (as) conselheiros (as), como atuam e desenvolvem suas práticas informacionais; mapear as ações desenvolvidas; apontar como os (as) conselheiros (as) avaliam, acompanham e fiscalizam a implementação das ações desenvolvidas ou/em desenvolvimento pelo Conselho e identificar como ocorrem as relações de comunicação e os fluxos de informação entre o CDCN, outros Conselhos, as esferas governamentais e sociais. Realiza pesquisa descritiva, bibliográfica e pesquisa de campo, fundamentando-se em abordagem qualitativa. Utiliza como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturadas aplicadas individualmente a dez conselheiros (as). Adota para análise dos dados, a pesquisa documental, a Análise de Redes Sociais (ARS) e a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Os resultados indicam que o CDCN comunica a informação por diferentes fontes, buscando atender as necessidades informacionais da população negra. Apontam ainda, que o Conselho, desde sua criação, desenvolve ações articuladas com diferentes atores da sociedade, envolvendo conselhos, órgãos e entidades no campo do combate às desigualdades raciais. Conclui que o CDCN tem desempenhado o papel de articulador entre a sociedade civil e o governo na promoção da igualdade racial no estado baiano.

Palavras-chave: Produção e circulação da informação. Informação étnico-racial. CDCN. Políticas públicas. Análise de redes sociais. Ciência da Informação.

ABSTRACT

This work studies the production of knowledge and the circulation of ethnic-racial information in the Council of Development of the Black Community (CDCN) of the State of Bahia. Its theoretical references are the concepts of ethnic-racial information, black social movements, rights councils, public policies and social networks. It analyzes, in a general, the processes and practices of production, communication and use of information in the CDCN in the articulation and formulation of public policies for the black population, specifically aiming to know who the councilors are, how they act and develop information practices; map the actions developed; indicate how the councilors evaluate, monitor and oversee the implementation of the actions developed or under development by the CDCN and to identify how communication relationships and information flows occur between the CDCN, other Councils and the governmental and social domains. It performs descriptive, bibliographic and field research, based on a qualitative approach. Data collection is performed by semi-structured interviews applied individually to ten councilors. For data analysis, it utilizes documentary research, social network analysis and the Collective Subject Discourse (DSC) technique. Results indicate that the CDCN communicates the information through different sources, aiming to meet the information needs of the black population. It also reveals that, since its inception, the Council has developed actions articulated with different actors in society, including councils, agencies and entities that work in combating racial inequalities. It concludes that the CDCN has played the role of articulator between civil society and the government in the promotion of racial equality in the state of Bahia.

Keywords: Production and circulation of information. Ethnic-racial information. CDCN. Public policy. Analysis of social networks. Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ciclo de políticas públicas.....	59
Figura 2	Página oficial da SEPROMI.....	67
Figura 3	Página do CDCN vincula a SEPROMI.....	67
Figura 4	Fachada do prédio do CDCN.....	68
Figura 5	Biblioteca do CDCN.....	69
Figura 6	Sala Administrativa.....	69
Figura 7	Espaço para reuniões.....	69
Figura 8	Arquivo institucional.....	69
Figura 9	Infocentro.....	70
Figura 10	Espaço para eventos.....	70
Figura 11	Elementos básicos de uma rede.....	75
Figura 12	Matriz de adjacências.....	83
Figura 13	Representação gráfica da rede de contatos dos (as) conselheiros (as).....	84
Figura 14	Regulamentação de funcionamento do CDCN em 1991.....	92
Figura 15	Posse dos (as) conselheiros (as) do CDCN em 1992.....	93
Figura 16	Ações desenvolvidas pelo CDCN.....	102
Figura 17	Ações desenvolvidas pelo CDCN.....	102
Figura 18	Livro publicado pelo CDCN.....	102
Figura 19	Materiais de divulgação.....	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conselhos estaduais voltados para a promoção da igualdade racial.....	34
Quadro 2	Quatro aspectos da informação.....	38
Quadro 3	Categorias e DSC da questão: Como se deu a constituição do CDCN? Em que contexto?.....	91
Quadro 4	Composição dos (as) conselheiros (as) da primeira gestão do CDCN – 1992.....	93
Quadro 5	Categoria e DSC da questão: O Conselho atende a todas as cidades do Estado? De que forma?.....	95
Quadro 6	Categorias e DSC da questão: Sobre as reuniões do CDCN: como são estabelecidas as pautas e como são conduzidas?.....	96
Quadro 7	Categorias e DSC da questão: Quais são as ações do CDCN desenvolvidas, desde a sua criação, ao longo do tempo (ou desde que você integra o Conselho) e quais você considera mais relevantes?.....	98
Quadro 8	Categorias e DSC da questão: Qual é a efetividade que você percebe nessas ações em relação à formulação das políticas públicas?.....	103
Quadro 9	Categorias e DSC da questão: As ações do CDCN têm proporcionado realmente um debate mais firme e uma participação, controle social, maiores em relação às políticas públicas? De que forma isso se dá?.....	105
Quadro 10	Categorias e DSC da questão: Quais os instrumentos utilizados pelo CDCN para divulgar suas ações e incentivar a participação? Como os utiliza?.....	107
Quadro 11	Categorias e DSC da questão: Além do recorte racial, o CDCN contempla outros temas e/ou públicos, além da população negra e suas questões? De que forma?.....	109
Quadro 12	Categorias e DSC da questão: De que forma e por quais meios a população, as organizações e os movimentos sociais tomam conhecimento das ações promovidas pelo CDCN?.....	110

Quadro 13	Categorias e DSC da questão: De que forma se estabelece a comunicação e a relação com outros Conselhos?.....	112
Quadro 14	Categorias e DSC da questão: Como você avalia a sua própria atuação no CDCN?.....	113
Quadro 15	Categorias e DSC da questão: Finalmente, quais os maiores desafios que o CDCN enfrenta nos tempos atuais? E suas perspectivas para o futuro?.....	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial.....	33
Tabela 2	Distribuição dos conselhos de promoção da igualdade racial por região.....	33
Tabela 3	Faixa etária e sexo dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as)..	80
Tabela 4	Nível de escolaridade dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as).....	81
Tabela 5	Tempo de atuação no CDCN dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as).....	81
Tabela 6	Centralidade de grau	86
Tabela 7	Grau de centralidade de intermediação.....	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Ancoragem
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ARS	Análise de Redes Sociais
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CDCN	Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra
CEDINE	Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Mato Grosso do Sul
CEIRMA	Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial do Estado do Maranhão
CEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Paraíba
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CI	Ciência da Informação
CNPIR	Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial
COEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Ceará
COEPPIR	Conselho Estadual de Promoção de Políticas da Igualdade Racial do Estado de Pernambuco
CONEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado de Alagoas
CONSEPPIR	Conselho Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Rio Grande do Norte
CPCDN	Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra
CULTICOM	Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EC	Expressões chaves
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
FCP	Fundação Cultural Palmares
FIPIR	Fórum Internacional de Promoção da Igualdade Racial
FNB	Frente Negra Brasileira
GRUNEC	Grupo de Valorização Negra do Cariri

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
MNU	Movimento Negro Unificado
MNUCDR	Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial
NBLAC	Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais
SEPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SINAPIR	Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SJDHDS	Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SSP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEM	Teatro Experimental do Negro
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TPB	Teatro Popular Brasileiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	28
3	CAMPO TEÓRICO.....	37
3.1	INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E CONHECIMENTO	37
3.2	MOVIMENTOS SOCIAIS DO NEGRO NO BRASIL.....	44
3.3	CONSELHOS COMO MEDIADORES E ARTICULADORES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	53
3.4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL	56
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	63
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO.....	66
4.2	MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE	71
4.2.1	Análise de Redes Sociais (ARS)	71
4.2.2	Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).....	76
4.3	COLETA DE DADOS.....	78
5	ANÁLISE E RESULTADOS.....	80
5.1	REDES SOCIAIS NO CDCN: POSIÇÕES DOS (AS) CONSELHEIROS (AS) NA CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO	80
5.1.1	Densidade da rede.....	84
5.1.1	Centralidade de grau.....	85
5.1.2	Centralidade de intermediação	87
5.2	DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: A VOZ DOS (AS) CONSELHEIROS (AS) DO CDCN	89
5.3	INFORMAR E COMUNICAR NO CDCN.....	117
5.4	OUTRAS QUESTÕES	119
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICE A - ARTIGOS INDEXADOS NA BRAPCI E NO PORTAL CAPES RELACIONADOS AO TEMA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL.....	132
	APENDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA	138
	APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .	142

APENDICE D - INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO.....	145
---	-----

1 INTRODUÇÃO

*“A gente combinamos de não morrer”.
(Conceição Evaristo).*

A epígrafe acima é uma das expressões do modo como se fortalece a população negra (o que inclui sujeitos pretos e pardos) contra as diferentes formas de manifestações do racismo e genocídio dessa população. As organizações negras brasileiras têm procurado denunciar a real situação em que se encontram os (as) negros (as) no acesso aos seus direitos fundamentais e reivindicar correções dessas injustiças por meio de políticas públicas.

O racismo, entendido como uma ideologia, sustenta que um determinado grupo humano domine outros grupos por possuírem diferenças físicas ou biológicas. Seus efeitos têm contribuído para uma ampliação das desigualdades no Brasil em vários campos da vida social. Existem diferentes formas para lidar com essa questão, como a produção e a disseminação de conhecimentos que demonstram essa prática na sociedade e visam a promover reconhecimento e valorização da identidade, cultura e história da população negra brasileira.

O campo de estudos da informação reúne disciplinas que são orientadas a estudar e analisar as práticas de informação na sociedade enquanto conhecimento registrado e socializado. Ela reúne, portanto, princípios epistemológicos e metodológicos críticos que podem apoiar a discussão e o desenvolvimento de estudos para a luta contra o racismo. Visto que, ser antirracista compreende procedimentos, estratégias, metodologias, ações, entre outras possibilidades, desenvolvidas em prol da igualdade racial.

No caso específico desta pesquisa, a informação, mais que um item a ser assimilado, é compreendida como uma construção social, à medida que produz sentidos a partir das ações de atores individuais e/ou coletivos, inseridos em diferentes espaços e contextos. E a Ciência da Informação (CI), por ser uma área do conhecimento que tem como objeto de estudo a informação, preocupa-se com sua qualificação visando ao acesso, uso, à comunicação e à disseminação em diferentes meios. Nesse contexto, a CI atua investigando a transferência da informação na

sociedade contemporânea para diferentes perfis de atores sociais, independente da raça, do gênero, orientação sexual, religião e da classe social.

Ao considerar o campo de atuação da CI, esta pesquisa objetiva estudar o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN), analisando os processos de produção de conhecimentos e de circulação e uso de informação na formulação e efetivação de políticas públicas para a igualdade racial. Cabe ressaltar que os Conselhos devem ser espaços institucionalizados de participação, que promovem o exercício da cidadania. Eles criados a partir de demandas da sociedade sobre as ações do governo e sua composição é paritária exigindo exclusivamente a participação de representantes da sociedade civil e do governo.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88) contribuiu para uma mudança significativa nas relações sociais no país. Ela apresenta avanços no respeito aos direitos humanos, além de instituir uma democracia participativa. Madrigal (2015) afirma que ela consolidou direitos permitindo, de forma legal, a participação efetiva dos (as) cidadãos (ãs) nos debates, formulações e implementações de políticas públicas. A Constituição garantiu a criação de conselhos de políticas públicas em diversas áreas temáticas, nos três níveis de governo, viabilizando o controle das políticas públicas pela sociedade civil.

A criação dos Conselhos em todos os níveis (federal, estadual e municipal) do governo parte da concepção e necessidade de ter os (as) cidadãos (ãs) como participantes em decisões políticas. Eles são verdadeiros mecanismos mediadores entre sociedade e Estado, portanto são ambientes que possuem uma dinâmica na circulação de informação e produção de conhecimentos que merecem estudos.

Gohn (2011) afirma que, no Brasil, é possível identificar três tipos de Conselhos durante o século XX. Os Conselhos comunitários foram criados nos anos de 1970 pelo poder Executivo; os Conselhos populares foram criados pelos movimentos populares ou sociedade civil e os Conselhos institucionalizados foram criados por leis originárias do governo.

Teixeira (1996) afirma que os Conselhos comunitários tinham a intenção de mediar as relações entre o poder público e os movimentos populares. O autor cita os empreendimentos do Estado de São Paulo, onde, a partir de um decreto instaurou a criação dessas iniciativas, “instituíram-se vários tipos de Conselhos, desde o da Condição Feminina, do Negro, da Juventude, Idosos, Deficientes Físicos, de

Comunidades Locais, até Conselhos Municipais” (TEIXEIRA, 1996, p. 2), para contribuir com o discurso participativo nas ações do Estado. Outros estados como Rio de Janeiro, em meados dos anos 1982, e o Espírito Santo, em torno de 1986, também tiveram experiências semelhantes.

Os Conselhos populares, estabelecidos pelos próprios movimentos e sem ligações institucionais, também tiveram experiências exitosas. Gohn (2011) destaca dois exemplos: o de Saúde da Zona Leste de São Paulo, em 1976, e os Conselhos de Campinas, nos anos de 1980. As criações desses Conselhos partem das reivindicações de atores sociais por melhores condições de vida.

Os Conselhos institucionalizados/gestores são resultados das lutas dos movimentos sociais e são compostos exclusivamente de representantes da sociedade civil. Eles auxiliam na gestão de políticas públicas e estão preconizados na atual Constituição (GOHN, 2011).

A partir do entendimento dessas tipologias de Conselhos, esta pesquisa faz um recorte delimitando o estudo ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, mais especificamente, ao Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia, localizado em Salvador – BA.

A hipótese que sustenta esta pesquisa é que os atores sociais dessa instituição articulam a apropriação e disseminação de informações para a execução e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Além disso, utilizam a informação como estratégia na luta antirracista, para denunciar as práticas racistas na sociedade e tornar visível a importância desse órgão institucionalizado como instrumento de participação social.

É importante destacar que a partir das reivindicações e propostas do movimento negro brasileiro, o Estado tem procurado promover e incentivar a criação de políticas públicas voltadas para a inserção da população negra nas diferentes áreas do tecido social, a fim de contribuir para a igualdade racial no país. As políticas públicas para a redução das desigualdades podem ser compreendidas como ações que objetivam corrigir desigualdades socioeconômicas voltadas para grupos historicamente discriminados, como a população negra.

As políticas devem beneficiar esse grupo oferecendo igualdades de oportunidades no trabalho, saúde, educação e no acesso à informação. Vale acrescentar que diversos atores sociais podem estar envolvidos na execução dessas políticas. Desse modo, as políticas públicas para a redução das

desigualdades, no Brasil, são planejadas, à medida que se percebem as injustiças sociais sofridas por um determinado grupo, para corrigir essas desvantagens.

É por essa discussão que o presente estudo está pautado, como forma de reconhecer o papel dos atores sociais envolvidos no CDCN. Seu objetivo é compreender o papel da informação e do conhecimento na formulação e implantação de políticas públicas para a igualdade racial. Para tanto, é possível pensar nas seguintes questões: no âmbito desse Conselho, como se estabelece a comunicação entre vários atores? De que forma seu agir concorre para a construção de novos conhecimentos sobre a questão racial, direitos, participação e controle social? Existe uma interlocução entre este e os demais Conselhos? E com outras esferas da sociedade e do Estado?

Os Conselhos de promoção da igualdade racial devem ser órgãos de assessoramento, deliberação e fiscalização das políticas públicas para superar o racismo e a discriminação racial que impedem a emancipação da população negra. Assim, questiona-se de que forma o CDCN vem, desde sua criação, produzindo conhecimento e disseminando informações, de forma a compreender como essas informações produzidas estão relacionadas com os interesses e objetivos do Conselho, e de que forma e por quais meios elas apoiam a formulação de políticas públicas. Trata-se de conhecer como tem sido o processo de institucionalização desse órgão, observando as informações socializadas e registradas.

Outra questão é analisar se a partir dessas informações registradas é possível observar como o CDCN mantém a comunicação com os movimentos sociais negros, o Estado e a sociedade. Aqui é possível relacionar o processo histórico desse Conselho, elencando suas contribuições e interlocuições entre os diferentes os diferentes atores. Pretende-se também, com essa questão, evidenciar as possíveis falhas ou dificuldades que existem na circulação da informação.

A partir dessas questões, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os processos de produção de conhecimentos e de circulação e uso de informações no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, para a articulação e formulação de propostas de promoção e implementação de políticas públicas para a população negra. Para tanto, fixaram-se como objetivos específicos:

- a) conhecer quem são os (as) conselheiros (as), como atuam e desenvolvem suas ações;
- b) mapear as ações desenvolvidas pelo CDCN;
- c) apontar como os (as) conselheiros (as) avaliam, acompanham e fiscalizam a implementação das ações desenvolvidas ou/em desenvolvimento pelo CDCN;
- d) identificar como ocorrem as relações de comunicação e os fluxos de informação entre o CDCN, outros Conselhos, as esferas governamentais e sociais.

Visando compreender os questionamentos da pesquisa, atender aos objetivos e relacioná-los ao campo dos estudos da informação, são apresentados os aspectos teóricos que justificam a importância do tema. Eles estão pautados na produção de conhecimento que investiga a informação como prática social em ações coletivas, como movimentos sociais e instituições, como os Conselhos.

A execução e o monitoramento das políticas públicas nos Estados dependem da adequada produção, comunicação e uso da informação como instrumento de luta, com o intuito de contemplar as demandas da população negra, tais como, saúde, educação, moradia, dentre outras. Assim, a informação representa um elemento mediador importante na articulação permanente, no reconhecimento das necessidades e no encaminhamento dessas demandas.

É possível afirmar que se faz necessária a produção de trabalhos voltados para a discussão das relações raciais interligados com a área da CI, que promovam um debate plural para inserir a educação para as relações raciais entre suas práticas científicas. Neste sentido, trata-se de um espaço para divulgar a importância e contribuição de grupos historicamente discriminados (entre eles, a população negra), que por muito tempo tem sido invisível aos olhos da ciência enquanto sujeitos protagonistas.

Essa invisibilidade tem contribuído para mascarar a existência de verdadeiros conflitos raciais na sociedade. Trabalhos como este procuram contextualizar essa temática e promover discussões que demonstrem de que forma a produção, disseminação e apropriação de informações possuem caráter transformador na luta contra o racismo e para a promoção do desenvolvimento social, cultural, político e econômico da população negra.

É importante ressaltar que este estudo dialoga diretamente com questões de ordem pessoal, profissional e acadêmica do pesquisador. O interesse inicial pela temática surgiu a partir da integração como voluntário de pesquisa, no Núcleo Brasileiro, Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC), na Universidade Federal do Ceará, Campus avançado do Cariri (UFC), coordenado pela professora Dra. Joselina da Silva. Na ocasião, participava da linha de pesquisa sobre relações raciais voltadas para os aspectos socioculturais e históricos da população negra. Durante a participação nessa pesquisa, foram produzidos estudos que dialogavam com o tema das relações raciais e o campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação (CI).

Em 2011, foi desenvolvida, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Biblioteconomia, a pesquisa “A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENANCIBs: um olhar cientométrico”. Seu objetivo geral foi pesquisar a produção científica que versa sobre as questões raciais, especialmente a população negra, nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) organizados pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), nos anos de 2005-2010. A proposta daquele estudo era identificar, a partir do evento de maior abrangência da CI, a existência ou não de trabalhos que contemplassem a temática das relações raciais. O estudo concluiu que poucos eram os trabalhos que tratavam de questões raciais, com ênfase na população negra, e que muitos (as) pesquisadores (as) dão mais ênfase a outros assuntos como, tecnologias de informação e comunicação; estudos métricos da informação; organização e representação da informação, provocando cada vez mais um distanciamento da temática racial.

A realização do mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) resultou na dissertação cujo título foi “Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC)”, em 2014. Entre as finalidades de tal discussão, foi analisada a relação dos processos de uso, apropriação e comunicação da informação que se desenvolvia no movimento negro do Cariri Cearense. A conclusão da pesquisa afirmou que a informação era importante para o desenvolvimento das atividades do grupo, e que eles se apropriavam dela e disseminavam para a população por diferentes processos, desde o auxílio ao uso das tecnologias digitais à própria

publicação de jornais específicos, atreladas às políticas públicas para a comunidade negra.

Esses estudos despertaram o interesse para o tema que constitui o objeto desta pesquisa de doutoramento. Ou seja, analisar os processos de produção de conhecimentos, e de circulação e uso de informações no CDCN, para a articulação e formulação de propostas de promoção e implementação de políticas públicas para a população negra.

Esta pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Processos Infocomunicacionais (CULTICOM), coordenado pela professora Dra. Regina Maria Marteleto, a partir da linha de pesquisa “Redes sociais, narrativas, dispositivos e processos de ação coletiva”, que estuda a informação e a comunicação enquanto recursos atuantes em redes sociais, favorecendo ações de transformação social nos territórios e experiências locais. O grupo se propõe, desde seu surgimento, a estudar a informação, a comunicação, e as formas participativas de produção de conhecimento, fortalecendo a participação social e a cidadania dos atores sociais, de instituições e de outros organismos.

Assim, essa continuidade tem por intenção contribuir com o campo de pesquisa dos estudos das relações raciais e da informação e comunicação. Além disso, percebe-se que, no âmbito brasileiro, os estudos pautados em analisar órgãos institucionalizados e iniciativas do movimento social negro têm sido direcionados para determinadas regiões do país, como Sul e Sudeste. Conforme Silva (2009, p. 9), “a literatura acadêmica, quando se dedica a estudar as organizações afro-brasileiras, tem dado ênfase à uma regionalização que deixa de abarcar importantes estados da Federação.” Tendo por base essa afirmação, a presente pesquisa evidencia a necessidade de verificar a presença dessas instituições no Nordeste brasileiro, notadamente no estado da Bahia.

A escolha do CDCN para o desenvolvimento deste estudo, se deu por ser o primeiro Conselho estadual da comunidade negra surgido na região Nordeste, em julho de 1987, tornando-se o terceiro órgão criado em nível nacional. O primeiro do gênero no Brasil foi o Conselho da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, criado em 1984. O segundo, o Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Mato Grosso do Sul (CEDINE), criado em março de 1987.

Essa escolha implica em estudar a atuação dos Conselhos para verificar se as ações de interesses da população negra estão sendo executadas, uma vez que a

sua criação e desempenho “são condições obrigatórias para que estados e municípios possam receber recursos do Governo Federal para o desenvolvimento de uma série de ações” (CGU, 2010, p. 22). Tais recursos e ações podem efetivamente contribuir para a redução de desigualdades sociais que afetam os (as) negros (as).

O trabalho se estrutura em seis capítulos que se complementam, abordando as discussões teóricas, metodológicas, resultados analíticos e considerações finais. O capítulo um apresenta a introdução do trabalho, expondo a temática e as questões da pesquisa que serviram como ponto para o desenvolvimento do estudo. Nele também se encontra a justificativa para a escolha do tema, bem como os objetivos, divididos em geral e específicos, que nortearam a pesquisa e que foram respondidos durante o andamento do trabalho.

O capítulo dois é a contextualização temática da pesquisa, apresentando estudos sobre as relações raciais no Brasil, com foco na dinâmica das entidades negras no enfrentamento ao racismo. Aborda-se o surgimento dos conselhos de promoção da igualdade racial no Brasil, especialmente no que tange as organizações negras na região nordeste.

O capítulo três compreende o campo teórico da pesquisa, que abrange aspectos conceituais necessários para o desenvolvimento do estudo. São empregados os conceitos de informação étnico-racial, movimentos sociais do negro no Brasil, conselhos como articulares de participação social e as políticas públicas de promoção da igualdade racial.

No capítulo quatro é detalhada os procedimentos metodológicos. Foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, envolvendo o emprego de técnicas qualitativas de coleta dos dados. A pesquisa tem cunho bibliográfico, documental e pesquisa de campo. A coleta de dados se utilizou de entrevistas semiestruturadas e para analisá-las, foi feito o uso da Análise de Redes Sociais (ARS) e do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

O capítulo cinco apresenta a análise e os resultados de acordo com os objetivos geral e específicos do estudo, indicando a forma como o CDCN produz conhecimentos e informações. Demonstra que o Conselho desenvolve ações para a população negra do estado da Bahia, funcionando como órgão consultivo e articulador entre o poder público e a população negra. Por meio do CDCN, a

população negra da Bahia dispõe de um organismo que reconhece a luta histórica desse segmento e luta pela garantia de direito à sua participação na sociedade.

No capítulo seis são elencadas as conclusões encontradas e reflexões para trabalhos futuros no campo de estudos da informação. Após as considerações finais, estão as referências das publicações bibliográficas utilizadas no trabalho e os apêndices com os materiais desenvolvidos para sistematização da pesquisa e coleta de dados.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), financiou diversas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. O projeto UNESCO, como ficou conhecido, foi uma das primeiras iniciativas de apoio a estudos voltados para as organizações negras e as relações étnico-raciais no país.

A escolha do Brasil para a realização das pesquisas tinha como objetivo “oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de cooperação entre raças. Na esperança de encontrar a chave para a superação das mazelas raciais vividas em diversos contextos internacionais (...)” (MAIO, 2000, p. 116). Acreditava-se que no Brasil as relações sociais entre os diferentes grupos raciais eram harmoniosas e que precisavam disseminar o quanto tais experiências de sucessos eram exitosas, ao comparar com os Estados Unidos e com a África do Sul. Em outras palavras, havia a hipótese que no Brasil existia uma democracia racial que poderia ser usada como modelo para outros países.

As pesquisas foram realizadas nas regiões Nordeste e Sudeste, envolvendo os estados Pernambuco, Bahia, São Paulo, e Rio de Janeiro, e os pesquisadores “(...) cada um com metodologias diversificadas - se debruçaram sobre a dinâmica de raça e classe e suas intrínsecas relações” (SILVA, 2011, p. 16). Os resultados desses estudos financiados pela UNESCO demonstraram a existência do preconceito e da discriminação racial no estado brasileiro.

Evidenciou-se uma forte correlação entre cor ou raça e status socioeconômico. A utopia racial brasileira foi colocada em questão. Inaugurou-se, dessa forma, no campo das ciências sociais, uma produção acadêmica que julgava como falsa consciência o mito da democracia racial brasileira (MAIO, 2000, p. 116).

O olhar da academia, por meio do projeto UNESCO, se abriu novos horizontes na luta contra a discriminação racial. O projeto possibilitou o surgimento de diferentes iniciativas contra o racismo e a desigualdade racial, a fim de contribuir com as condições de vida da população negra (SILVA; VALÉRIO; SILVA, 2010).

Ainda durante a década de 1950, foi fundada a primeira experiência de Conselho que discutia a luta pela igualdade racial. O Conselho Nacional de Mulheres Negras, foi criado em maio de 1950, no Rio de Janeiro, por Maria de

Lurdes Nascimento e representa “a primeira forma de organização autônoma de mulheres negras, originada no interior de uma instituição mista, contemplando questões específicas das mulheres negras” (LEMOS, 1997, p. 68). O Conselho foi importante por discutir as questões de raça e gênero, visto que esta última não era contemplada de forma efetiva nas organizações existentes até então.

Nas palavras de Lemos (1997, p. 68),

este Conselho foi um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro, sob a direção de Maria Nascimento. Seus objetivos iam desde a educação a aulas de dança e música, entre outras. Nota-se que, já em 1950, as mulheres negras viram que o Departamento Feminino não contemplava sua organização. Entendemos que este Conselho, ainda pouco conhecido, deva ser objeto de futuras pesquisas, para que a historiografia do movimento de mulheres negras seja fiel aos seus eventos e instituições (LEMOS, 1997, p. 68).

Como bem aponta a autora, a existência do Conselho ainda é desconhecida nas produções científicas. Ainda nos dias atuais, fazendo uma busca em alguns repositórios científicos, percebe-se que os estudos sobre essa experiência ainda são escassos. É necessário um estudo mais aprofundado e efetivo para obter as informações sobre essa instituição.

Ao longo dos anos 1980 os conselhos da comunidade negra são criados e vão se multiplicando por estados e municípios na luta por dignidade e respeito na superação das desigualdades raciais. Carneiro (2002, p. 280) afirma que “os conselhos possuem dimensão jurídica e têm poder de tornar efetivos as questões, os valores e os dilemas vivenciados no espaço da sociedade civil”, ou seja, a comunidade negra exigia e necessitava de um mecanismo que fortalecesse, a partir de uma articulação política, a luta contra o racismo.

No mesmo período, a literatura científica aponta o surgimento de demandas participativas em outros setores. A luta por participação nas políticas de saúde é “identificada já em 1981, quando se realizou a primeira experiência de gestão compartilhada, por meio do Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária (CONASP)” (VILELA, 2005, p. 4). Em março de 1986, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, constituiu-se o Conselho Nacional de Saúde (CNS), contando com a participação da sociedade civil e do Estado em sua composição. A criação do CNS se deve à luta dos movimentos sociais, em especial ao movimento sanitário e o movimento popular da saúde, sendo o primeiro composto por

profissionais da saúde e o segundo formado pela comunidade de usuários na busca por uma política de saúde de qualidade.

No campo das relações raciais, um dos marcos institucionais importantes foi a criação do primeiro órgão governamental voltado à articulação de políticas contra a discriminação racial. O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (CPCDN) no Estado de São Paulo foi criado em 1984, durante o governo Franco Montoro, com foco na população negra do estado, para atuar na defesa e na promoção da igualdade racial.

Os Conselhos de Promoção da Igualdade Racial são instâncias políticas participativas que visam assegurar a participação e o controle social na gestão da política de promoção da igualdade racial. São espaços de representação da sociedade civil em diálogo com instâncias governamentais, podendo também desempenhar uma função na gestão administrativa, conforme o seu regimento interno (BRASIL, 2018, p. 41).

Para Santos (2006, p. 79), a criação desse órgão voltado para a população negra “foi resultado do esforço da sociedade, da articulação de entidades e da integração e mobilização de diferentes setores e grupos que tinham como bandeira comum a democratização das relações na sociedade”. Este marco foi significativo por reconhecer a importância que o Estado tem contra a discriminação racial na sociedade e a necessidade de instituir medidas para combatê-la.

Segundo Santos (2006), a fundação do CPDCN estava alicerçada em três grandes eixos: promoção, controle e defesa. A promoção, objetivava a formulação de políticas públicas que incluísse o tema das relações raciais. O controle, voltava-se para o monitoramento e fiscalização. “Os instrumentais desse eixo deveriam oferecer potencial de pressão, mobilização e produção de conhecimento em torno da problemática da população negra” (SANTOS, 2006, p. 82). E o eixo defesa, exercia a função de orientar e dar assistências as pessoas vítimas de discriminação racial. A composição do Conselho era paritária, envolvendo membros do governo e da sociedade civil.

O CPDCN era “como instrumento político, com características específicas, com ação de uma equipe multidisciplinar, que deveria combinar a experiência da militância do movimento negro e o profissionalismo” (SANTOS, 2006, p. 104). Essa equipe estava representada pelas seguintes secretarias: governo; economia e planejamento; justiça; educação; promoção social; relações do trabalho; cultura;

segurança pública e negócios metropolitanos. Para além dessas secretarias, existiam também comissões de trabalhos para o andamento e execução das atividades e ações, tendo sempre os interesses da comunidade negra como público alvo (SANTOS, 2006).

Observa-se que essa iniciativa motivou outras experiências em diferentes localidades do país. A criação dos órgãos municipais, estaduais e da união de promoção da igualdade racial se propõe a contribuir para a melhoria das condições de vida da população negra, incluindo o acesso ao conhecimento e a informação. A abertura desses espaços institucionais representa a luta do movimento negro contra a discriminação racial e o racismo.

Por certo, a participação social no Brasil conquistou seu marco legal a partir da CF/88 que confere a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988, p. 122). Desse modo, a democratização trazida pela CF/88, proporcionou a criação de inúmeras iniciativas participativas, como os Conselhos e os fóruns de debates, formadas em várias localidades do território nacional.

Os Conselhos, considerados como uma nova forma de participação política na disputa por políticas públicas, recursos, direitos, entre outras, têm se tornado espaços importantes de articulação, mobilização e reivindicação em diferentes áreas sociais. De acordo com Carneiro (2002), eles apresentam uma nova relação entre o Estado e a sociedade, permitindo o controle público sobre as ações desenvolvidas no âmbito dos governos, possibilitando a participação dos atores sociais nas políticas públicas.

É importante evidenciar que a CF/88 trouxe avanços positivos em diferentes áreas. No que se refere ao tema racial, foco desta tese, ela criminaliza a prática do racismo e outras formas de discriminação; valoriza a diversidade étnica e plural da sociedade, entre outras disposições (BRASIL, 1988). Ressalta-se que essas conquistas são frutos das demandas e lutas dos movimentos sociais negros que, até os dias atuais, defendem a igualdade de direitos e oportunidades para todos os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira.

Ao longo da década de 1990 e os anos 2000, vários estados e municípios estabeleceram órgãos voltados à implementação de políticas que contribuam para a destituição do racismo e da discriminação racial, em diferentes regiões do país.

Os conselhos estaduais/municipais de Promoção da Igualdade Racial são instâncias de caráter consultivo, voltadas para garantir a participação da sociedade civil organizada na proposição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas como um todo ou em relação a programas específicos. São entidades indispensáveis à defesa e promoção dos direitos de cidadania e de qualidade de vida para a população negra, aí incluídas suas manifestações sócio-culturais, como os povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, candomblecistas, umbandistas, grupos de jongo e capoeiristas, assim como outros segmentos que são objeto de discriminação racial como indígenas, árabes, judeus e povos ciganos, entre outros (BRASIL, 2018, p. 41-42).

Em ambiência nacional, em 2003, é criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹, órgão de assessoramento à presidência da República, possuindo status de ministério. Atualmente ela está vinculada ao Ministério da Mulher, da Família, e dos Direitos Humanos. A missão da SEPPIR é estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no país, coordenando, estimulando e monitorando a execução de políticas que promovam a igualdade racial, tendo como principal vertente a formulação das ações afirmativas (SEPPIR, 2018).

Vinculado à estrutura da SEPPIR, o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)², criado no mesmo ano como órgão colegiado, tem a missão de propor políticas de promoção da igualdade racial, com ênfase na comunidade negra e outros segmentos, tendo como finalidade desenvolver propostas para a superação das desigualdades raciais. É composto por 22 órgãos do poder público federal e 19 entidades da sociedade civil. O CNPIR é quem estimula a criação de Conselhos Estaduais no Brasil (SEPPIR, 2018).

De acordo com o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instrumento fundamental para a institucionalização da Política de Promoção da Igualdade Racial em todo o país, existe um total de 197 órgãos e 106 Conselhos de promoção da igualdade racial no Brasil, distribuídos como apresenta a tabela 1:

¹ Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

² Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/articulacao/cnpir>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Tabela 1: Órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial.

VINCULAÇÃO	ÓRGÃOS	CONSELHOS
União	01	01
Estadual	27	19
Municipal	169	86
Total	197	106

Fonte: SINAPIR (2015).

Ao verificar a tabela 1, é possível constatar a existência de vários órgãos institucionalizados na luta contra o racismo, com a intenção de cumprir o papel de articuladores de políticas públicas para a população negra. Esses órgãos existem no interior das instituições governamentais nas três esferas: federal, estadual e municipal, e estão distribuídos nas diferentes regiões do país, como pode ser visto na tabela 2.

Tabela 2: Distribuição dos conselhos de promoção da igualdade racial por região.

REGIÃO	QUANTIDADE EM PORCENTAGEM
Norte	5%
Nordeste	21%
Centro-Oeste	11%
Sul	16%
Sudeste	47%

Fonte: SINAPIR (2015).

A tabela 2 aponta que a região Sudeste agrupa a maior quantidade de Conselhos e em segundo lugar a região Nordeste. Como já foi abordado, a abertura desses espaços institucionais representa a luta do movimento negro contra a desigualdade racial. Neste sentido, é oportuno afirmar que a região Sudeste concentra essa maior quantidade de iniciativas, devido à efetiva participação do movimento negro nesses estados. Alguns expoentes são: Frente Negra Brasileira (FNB) - 1930, Teatro Experimental do Negro (TEN) - 1940, do Movimento Negro Unificado (MNU) - 1970, entre outros. A região Nordeste, em segundo lugar na quantidade de Conselhos, continua bem significativa em comparação com as outras três regiões, Norte, Sul e Centro-Oeste.

Realizou-se uma pesquisa (por meio de buscas feitas em sites oficiais ou noticiais públicas na internet) para identificar, na região Nordeste, a existência de

Conselhos de promoção da igualdade racial. Foram encontradas oito iniciativas, apresentadas no quadro 1.

No estado de Sergipe, até o momento dessa pesquisa, não foram encontradas informações da criação do Conselho, mas informações³ encontradas revelam que em 2016 aconteceram reuniões para a sua instalação. Talvez os responsáveis por essa instituição ainda não disponibilizaram essas informações na internet.

Quadro 1- Conselhos estaduais voltados para a promoção da igualdade racial.

UF	CONSELHOS	ANO DE CRIAÇÃO
BA	Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN)	1987
PI	Conselho Estadual da Pessoa Negra	2002
MA	Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial (CEIRMA)	2007
PB	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR)	2009
RN	Conselho Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPPIR)	2009
AL	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR)	2013
CE	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Estado do Ceará (COEPIR)	2016
PE	Conselho Estadual de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (COEPPIR)	2015

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Foi possível identificar que muitos desses órgãos estão vinculados a outras instâncias, como exemplo, interligados as Secretarias da Mulher, Cidadania e de Direitos Humanos.

Dados levantados, via internet, nas páginas oficiais dos Conselhos estaduais do Nordeste brasileiro apresentam as datas de criação e composição de cada órgão, lembrando que para a composição dos conselhos o caráter é paritário, ou seja, são compostos por igual número de representantes de entidades da sociedade civil e governamentais.

Assim, em uma linha cronológica, o primeiro Conselho criado na região do Nordeste do Brasil, foi o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do

³ Disponível em: <http://www.secult.se.gov.br/noticias/inclusao-social/sergipe-tera-conselho-e-fundo-estadual-de-promocao-da-igualdade-racial>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Estado da Bahia (CDCN), criado em 1987 e é formado por 21 conselheiros (as) divididos (as) entre poder público e sociedade civil, com igual número de suplentes.

Depois da criação dessa primeira iniciativa, o Conselho Estadual da Pessoa Negra, no estado do Piauí, criado em 2002, é formado por 12 membros titulares e 12 suplentes. Verifica-se um intervalo de 18 anos entre a formação do primeiro e do segundo Conselho na região. Não foi possível coletar informações que pudessem explicar esse grande intervalo de tempo. No entanto, fica o questionamento: como o movimento negro local estava sendo organizado?

Um indicador que possa ser considerado para impulsionar a formação dos Conselhos no Nordeste a partir de 2002, foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada no ano de 2001 em Durban, na África do Sul, que constituiu um marco importante no debate das relações raciais no mundo (SILVA; PEREIRA, 2013). Nela, exigiu-se ações mais enfáticas para o enfrentamento ao racismo e “o Brasil assumiu o compromisso efetivo de implementar políticas de Estado de combate ao racismo e de redução das desigualdades raciais, com a adoção de novas iniciativas” (SILVA *et al.* 2009, p. 34).

Infere-se que a criação deste e dos outros Conselhos estejam ligados a esse grande encontro. Também é importante relembrar de três ações criadas em 2003, a SEPPIR, o CNPIR e o Fórum Internacional de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR). É “inegável que a criação da Seppir provocou o surgimento de órgãos gestores nos estados e nos municípios, com cartas de intenções para desenvolver ações visando a igualdade racial” (ROSSO; OLIVEIRA, 2009, p. 182), talvez esses fatos possam ter potencializado a criação dos Conselhos abaixo.

O Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial (CEIRMA) do Estado do Maranhão é criado em 2007 e composto por 36 membros e respectivos suplentes; o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR) no Estado da Paraíba, nasce em 2009 com 24 membros; o Conselho Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPPIR) do Estado do Rio Grande do Norte é criado no mesmo ano com 20 integrantes; o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONEPIR) do Estado de Alagoas se estabelece em 2013, com a composição de 13 entidades; o Conselho Estadual de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (COEPPIR) do Pernambuco, é fundado em 2015 e composto por 16 membros e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial

(COEPIR) do Estado do Ceará, o mais recente, é criado em 2016 e conta com 26 conselheiros (as).

Este estudo, como já foi citado, procura analisar os modos de produção de conhecimentos e circulação da informação desenvolvidos no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia, na região Nordeste do país. Estudar os Conselhos é entender que existem diferentes organizações na luta pela efetivação de políticas públicas que atendam às necessidades da população negra, reconhecendo sua história e contribuição na formação da sociedade brasileira.

Acredita-se que a criação dos órgãos estaduais de promoção da igualdade racial se propõe a contribuir para a melhoria das condições de vida da população negra, considerando a importância do acesso à informação para a formulação de políticas públicas, como está relatado no próximo capítulo.

3 CAMPO TEÓRICO

Este capítulo apresenta aspectos conceituais necessários para o desdobramento deste estudo. Como ponto de partida, discute conceitos como informação étnico-racial, comunicação e conhecimento, voltando-se, particularmente, para a especificidade da população negra. Em seguida, discorre sobre os conceitos gerais de movimentos sociais fazendo recorte teórico sobre os movimentos sociais negros. A partir do esboço conceitual de movimentos sociais negros, foi explorado a temática sobre conselhos como espaços de interlocução da sociedade com o Estado e as políticas públicas desenvolvidas por esses órgãos.

3.1 INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E CONHECIMENTO

Nesta pesquisa, como já foi exposto, afirma-se que a informação não é compreendida apenas como ‘coisa’, objeto físico suscetível de classificação ou até mesmo quantificação. Sendo assim, aqui a informação é concebida como uma prática social, situada nos discursos e ações dos sujeitos. Como bem apontam Nascimento e Marteleto (2004, p. 4) “a informação deve ser referenciada à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais”, sendo através dessas relações que a informação desempenha um papel importante na sociedade, permitindo a construção de identidades sociais, culturais e estabelecendo práticas emancipatórias.

Informação não é processo, matéria ou entidade separada das práticas e representações de sujeitos vivendo e interagindo na sociedade, e inseridos em determinados espaços e contextos culturais. Informação, conhecimento e comunicação são fenômenos que tomam corpo nas práticas e representações sociais, tanto quanto nas relações que se estabelecem entre os sujeitos coletivos (MARTELETO, 2011, p. 105).

A informação pode ser registrada em diversos suportes, transmitida por diferentes mecanismos e “se qualifica como um instrumento modificador da consciência do indivíduo e de seu grupo social” (BARRETO, 2011, p. 49). O objetivo da informação é a produção de conhecimento, podendo alterar o comportamento do sujeito na sociedade.

Buckland (1991) classifica a informação a partir de três aspectos: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa. Para o autor, o primeiro aspecto corresponde ao ato de informar. O segundo, está relacionado ao conhecimento comunicado. E o terceiro está ligado aos documentos, objetos e textos associados aos sistemas de informação. Os três usos são ampliados pelo autor para quatro aspectos diferentes, a partir de duas distinções, primeiro entidades e processos, e a segunda distinção corresponde ao intangível e tangível, como pode ser visto no quadro 2.

Quadro 2: Quatro aspectos da informação.

	INTANGÍVEL	TANGÍVEL
Entidade	Informação como conhecimento Conhecimento	Informação como coisa Dados, documentos
Processo	Informação como processo Tornar-se informado	Processo da informação Processamento de dados

Fonte: Buckland (1991).

Ainda de acordo com Buckland (1991), a informação como processo e a informação como conhecimento acontecem no interior do sujeito, por meio de um procedimento mental, é intangível. Já a distinção tangível corresponde à informação como coisa e seu processamento, ou seja, é a informação tratada, processada, registrada em algum suporte, organizada em um sistema que pode ser representada e posteriormente recuperada. Estes aspectos informacionais apontados pelo autor, se aproximam da temática deste estudo por acreditar que os sujeitos do CDCN fazem uso da informação registrada e da troca de conhecimentos, pelo processo comunicativo, para suprir suas necessidades informacionais.

A formulação de informação étnico-racial, no âmbito da Ciência da Informação, surge quando Oliveira (2009) desenvolve durante sua dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB), o conceito como sendo

todo elemento inscrito num suporte físico (tradicional ou digital), passivo de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, tendo o potencial de produzir conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva de sua afirmação na diversidade humana (OLIVEIRA, 2009, p. 56).

O autor ainda afirma que o conceito de informação étnico-racial congrega duas vertentes: uma se refere aos conteúdos disponibilizados em diferentes suportes informacionais, analógicos ou digitais, e a segunda na produção de conhecimento referente aos fundamentos sociais, políticos, culturais de um grupo étnico (OLIVEIRA, 2009), ressaltando que essa produção deve levar em conta a visibilidade desse grupo.

Em razão dessa compreensão, o presente trabalho se estrutura levando em consideração a informação étnico-racial para um grupo específico, que é a população negra. A informação é um instrumento de empoderamento, na medida em que possibilita a quebra de preconceitos e reconstrói conhecimentos e saberes.

A presença do conceito de “informação étnico-racial” nos estudos da informação, deram início no ano de 2009, pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Etnicorraciais (NEPIERE⁴), coordenado pela Profa. Dra. Mirian de Albuquerque Aquino⁵. O NEPIERE é composto por diversos (as) pesquisadores (as) e estudantes, estando ele vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba (CSA-UFPB). O núcleo também tem em sua composição o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS).

Além disso, o grupo de pesquisa tem a colaboração de dois programas de pós-graduação, sendo eles: o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), na linha de pesquisa Estudos Culturais em Educação e o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), com a linha Memória, Organização, Acesso e Uso da informação.

Santana, Oliveira e Lima (2016), desenvolveram uma pesquisa que apresenta a produção científica do NEPIERE/GEINCOS orientada pelo conceito de informação étnico-racial, destacando as diversas abordagens de uso e aplicação. De acordo com os (as) autores (as), o núcleo tem produzido de 2008 a 2014 projetos de pesquisas com a temática em questão.

Dentre esses projetos estão:

- a) Conhecimento prudente para uma vida decente: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia/Arquivologia;

⁴ Disponível em: <https://nepiere.wordpress.com/about/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

⁵ Link do currículo disponibilizado na plataforma lattes: <http://lattes.cnpq.br/2023496822513593>.

- b) Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização, acesso e uso da informação: resgate da memória do movimento negro da Paraíba;
- c) Ciência e memória: (e)vidências da (in)visibilidade de negros nas (i)ma(r)gens do discurso da produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba;
- d) Memória da Ciência: a (in) visibilidade dos/as negros/as representadas na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba (SANTANA; OLIVEIRA, LIMA, 2016).

No recorte observado, os (as) autores (as) destacam que os projetos de pesquisas mencionados, resultaram em diferentes monografias, dissertações, teses e artigos científicos. Entre 2007 e 2014 foram publicadas quatro monografias de graduação, 14 dissertações de mestrado e três teses de doutorado. E no período que corresponde entre 2007 a 2015, foram publicados em diversos periódicos o total de 32 artigos científicos. As temáticas dos trabalhos, em geral, referem-se às questões de informação étnico-racial, associadas a população negra, envolvendo o acesso, o uso, a produção de conhecimentos e a preservação da memória (SANTANA; OLIVEIRA, LIMA, 2016).

É possível perceber que as abordagens dos trabalhos orientam caminhos teóricos e metodológicos, para refletirem sobre a questão da produção de informações e conhecimentos, direcionados a protagonizarem participação, demandas e lutas da população negra na sociedade brasileira.

Embora não sejam apresentados, é importante apontar que muitos estudos e autores (as) que discutem temas relacionados às desigualdades raciais, em prol da superação do racismo, ainda que não façam menção ao conceito de informação étnico-racial, têm contribuído com uma produção intelectual e científica que dê visibilidade aos grupos marginalizados. Assim, vale ressaltar que a discussão sobre o referido conceito está vinculada a área de domínio da Ciência da Informação.

Para perceber e ampliar a visão da presença desse tema de estudos, foi realizada uma pesquisa na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)⁶, que reúne diversas publicações de estudos e

⁶ Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Disponível em: <http://www.brapci.inf.br>. Acesso em: 03 jan. 2019.

investigações nas áreas da informação no Brasil e no exterior e no Portal de Periódicos Capes, para identificar as produções sobre a temática das relações raciais e informação, especificamente da população negra.

A BRAPCI possui em seu acervo o total de 78 coleções indexadas, constituídas de trabalhos apresentados em eventos científicos e periódicos brasileiros e de outros países como Cuba, México, Costa Rica, Argentina, Portugal, Espanha e Colômbia (BRAPCI, 2019). Para realizar a busca na BRAPCI e no Portal Capes, na tentativa de representar o assunto pesquisado, foram selecionados os seguintes descritores: “informação étnico-racial”; “informação e racismo”, “informação e movimento negro” e “informação e população negra”. Não foi feito o recorte temporal das buscas, desse modo, a pesquisa compreendeu todo o acervo de produções das duas bases.

O único recurso utilizado na estratégia de busca, para refinar a pesquisa, foi as aspas duplas (“) antes e depois do termo. O uso das aspas duplas localiza os registros que contenham as duas palavras juntas, ou seja, o termo composto, como por exemplo, “informação étnico-racial”. Desse modo, as buscas nas duas bases se deram na opção “todos”, que possibilitou a procura dos termos nos títulos, palavras-chave, resumos, corpo do texto e referências.

Foi feito um levantamento dos quatro descritores selecionados (“informação étnico-racial”; “informação e racismo”, “informação e movimento negro” e “informação e população negra”) na BRAPCI e no Portal Capes, recuperando o total de 68 trabalhos, que estão listados no apêndice A. Desses trabalhos, 64 foram recuperados na BRAPCI e quatro no Portal da Capes. Salienta-se que dois dos quatro trabalhos disponíveis no Portal Capes, também estão dispostos na BRAPCI. Somando assim, um total de 66 publicações.

O total de artigos publicados atestam a importância e o interesse pelo tema da população negra na produção de conhecimentos. De posse dos trabalhos descritos no apêndice A, percebe-se a inclinação dos estudos para diversas vertentes e orientações temáticas, tais como: Organização e Tratamento Temático da Informação; Fontes de Informação; Arquitetura da Informação; Estudos Métricos de Informação; Produção Científica; Tecnologias de Informação e Comunicação; Formação e Desenvolvimento de Acervos; História e Cultura Africana e Afro-brasileira; Memória e História; Bibliotecas escolares, públicas, especializadas e

universitárias; Movimento Negro e Feminismo Negro; Práticas de Ensino; Identidades Afrodescendentes e Mediação da Informação.

Os trabalhos recuperados não têm como objeto de pesquisa os Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, sendo assim, não dialogam diretamente com o foco deste trabalho. No entanto, alguns contribuem para a compreensão do acesso, uso e disseminação de informações étnico-raciais para a população negra. Como por exemplo: Silva e Aquino (2013) no artigo “Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba”, analisam como ocorrem os processos de apropriação, disseminação e democratização da informação étnico-racial na Organização de Mulheres Negras na Paraíba – Bamidelê.

Esse estudo é fruto da dissertação de mestrado em Ciência da Informação, defendida na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com autoria de Leyde Klebia e com orientação da profa. Mirian Aquino. O trabalho aplicou entrevistas para as integrantes da organização e para algumas usuárias, e utilizou o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) para analisá-las, concluindo que o grupo dissemina e preserva a informação étnico-racial por diferentes canais de comunicação.

Aquino; Silva Júnior e Silva (2014), no artigo “Gêneros digitais: expandindo a comunicação no Movimento Negro da Paraíba”, analisam como o movimento negro local utiliza de e-mails, redes sociais e outras ferramentas digitais para disseminar informação. Os (as) autores (as) afirmam que o grupo utiliza mais o e-mail e o blog, para comunicar informação étnico-racial para a população.

Convém agora pontuar, o ranking de autoria dos 66 trabalhos encontrados. Assim, em primeiro lugar, a autora que mais publicou pesquisas com a temática étnico-racial nos estudos informacionais foi Mirian de Albuquerque Aquino, com um total de 20 trabalhos publicados. Ela se responsabilizou por inserir esta discussão no escopo da Ciência da Informação. Possivelmente, os (as) seus (suas) orientandos (as) de pesquisa científica nos mais variados níveis, graduação, mestrado e doutorado, tem seguido seus passos na produção de conhecimento referente ao tema.

Considera-se que dentre as suas diversas pesquisas sobre a população negra, um dos principais trabalhos publicados por ela em coautoria foi “O conceito

de informação etnicorracial⁷ na Ciência da Informação” (OLIVEIRA; AQUINO, 2012), em que discutem e estabelecem, pela primeira vez, na Ciência da Informação o conceito de informação étnico-racial, como já foi citado anteriormente. Vale ressaltar que o conceito foi inicialmente discutido na dissertação de seu orientando em 2009. Desde então, os trabalhos passaram a inserir o conceito nas mais várias possibilidades de aplicação.

Em segundo lugar, com seis publicações cada, as autoras Franciéle Carneiro Garcês Silva e Leyde Klebia Rodrigues da Silva, e o autor Jobson Francisco da Silva Junior. Em terceiro lugar, a autora Graziela dos Santos Lima. Destaca-se, que Graziela Lima e Franciéle Silva são organizadoras do Livro "Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política", lançado em 2018 pela Editora ACB, o livro possui vários capítulos que discutem o tema das relações raciais.

Em quarto lugar, os (as) autores (as) Andreia Sousa Silva, Erinaldo Dias Valério, Joselina da Silva, Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Maria Cleide Rodrigues Bernardino, publicaram cada um, a soma de quatro trabalhos. Em quinto lugar, os (as) autores (as) Amabile Costa, Henry Poncio Cruz de Oliveira e Vanessa Alves Santana, com o número de três publicações cada.

Em sexto lugar, com duas publicações cada, os (as) autores (as) Daniela Câmara Pizarro, Gustavo da Silva Saldanha, Sérgio Rodrigues Santanta, Dávila Maria Feitosa da Silva, Marcio Ferreira da Silva e Izabel França Lima. E em sétimo lugar, os (as) outros (as) 67 autores (as) com uma publicação.

Vale ainda ressaltar que dentre os 66 trabalhos e pesquisas encontradas nas bases, é notório a grande participação e efetividade das mulheres na produção de conhecimento científico e disseminação da informação étnico-racial, uma vez que, dos (as) 86 autores (as) citados (as) no apêndice A, 59 são mulheres, representando cerca de 69% das autorias.

Aponta-se também que de acordo com as referências de publicações, a Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina foi responsável pela publicação de nove dos trabalhos apresentados a cima. Em seguida, o Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) com seis publicações em seus anais e o periódico Acervo – Revista do Arquivo Nacional com o total de cinco publicações com a temática aqui analisada. Seguindo essa ordem, as revistas:

⁷ Os (as) autores (as) usam o termo “eticorracial” no texto. Nesta tese, seguiu-se a regra do novo acordo ortográfico, optando pelo uso “étnico-racial”.

Inclusão Social, Informação & Sociedade: Estudos e a Biblionline, com a publicação de quatro textos em cada uma. É possível contar também com cinco revistas possuindo três publicações cada, outra com duas e outras 13 revistas com apenas uma publicação cada. Por conta do grande número de revistas que tiveram baixos números de publicações, essas não tiveram seus nomes citados.

Nota-se que os trabalhos recuperados nas bases analisadas, BRAPCI e Portal Capes, apontam para discussões em diferentes abordagens da informação étnico-racial no campo da CI, Biblioteconomia e áreas correlatas aos estudos da informação e comunicação. É possível notar também, que muito dos estudos aqui encontrados, não fazem o uso do termo “informação étnico-racial”, porém, os trabalhos abordam o sentido do conceito dando visibilidade à população negra.

Dando continuidade a essas discussões, a próxima seção evidencia a luta dos movimentos sociais negros no Brasil, apresentando as estratégias desenvolvidas, para inserção da população negra na produção de conhecimentos e como principal protagonista na luta pela promoção da igualdade racial.

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS DO NEGRO NO BRASIL

Discutir movimentos sociais na atualidade é um desafio, visto que, ainda não há um conceito estabelecido que possa ser utilizado de forma padronizada entre as áreas de conhecimento (GOHN, 2000; SCHERER-WARRER, 1999; TOURAINE 1998). A literatura da área das Ciências Sociais apresenta diversas perspectivas sobre o tema e afirma que não existe uma teoria única, assim como não existe um único tipo de movimento social. Em geral os (as) estudiosos (as) formulam conceitos a partir do contexto e das temáticas em que desenvolvem seus estudos. Buscando inserir esse tema no âmbito da CI, utiliza-se a conceituação pontuada por Gohn (2000) quando a autora afirma que movimentos sociais são

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 2000, p. 13).

Essa definição aponta que os movimentos sociais, como grupo, possuem um objetivo específico e uma identidade coletiva. Isso os diferencia, por exemplo, de manifestações, organizações ou partidos políticos. Na perspectiva de Santos (2009, p. 229), “teoricamente, tais movimentos sociais demandam ao Estado e ao conjunto da sociedade mudanças substantivas ou pontuais quanto à situação atual de subalternidade frente a outros grupos”. Dessa forma, existe uma tipologia de movimentos sociais que é criada a partir de objetivos estratégicos na intenção de gerar mudanças significativas na sociedade.

Touraine (1998, p. 113) esclarece que o entendimento de movimento social “só é útil se permitir pôr em evidência a existência de um tipo muito particular de ação coletiva”. O autor pontua que nem toda ação coletiva pode ser chamada de movimento social, pois um movimento social vai além do entendimento de grupos de interesses, ele surge para questionar os modos de dominação social que alguns grupos têm em relação a outros na sociedade.

Scherer-Warrner (1999) pontua que os estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais necessitam evidenciar os contextos histórico-sociais em que os sujeitos estão inseridos e afirma que existem dois aspectos a ser considerados, que são as categorias de sujeitos sociais e associativismo civil. A primeira categoria refere-se ao envolvimento do indivíduo na sociedade, “é a ideia do sujeito-no-mundo ou do cidadão-no-mundo” (SCHERER-WARRER, 1999, p. 15), referindo-se à formação de atores preocupados com os outros, ou seja, que pensem no coletivo. A segunda categoria está relacionada com as ações coletivas desenvolvidas pelos sujeitos sociais, que resultam em formas organizadas, elaboradas e delimitadas, em busca de melhores condições de vida. Nesse sentido, é possível falar em movimentos feministas, de negros, ecológicos, religiosos, entre outros.

Assim, o conceito de movimento social refere-se a ações entre sujeitos sociais e associações civis e “deve ser entendido como uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil” (SCHERER-WARRER, 2003, p. 30). Ou seja, essas redes se estruturam a partir de objetivos estratégicos, que atendam tanto os próprios movimentos sociais, quanto a sociedade civil. Essas redes,

constituem um nível intermediário fundamental para a compreensão dos processos de mobilização. Os indivíduos interagem, influenciam-se, negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários para a ação (MELUCCI, 2001, p. 67).

É importante ressaltar que no cenário atual os movimentos sociais estão se configurando em diferentes redes sociais, em que as ligações entre os atores são importantes para a construção e disseminação informacional do conhecimento na sociedade. Nesse cenário, observa-se também que as ferramentas oriundas da internet propiciam uma maior abrangência de atuação entre esses atores.

Três aspectos são importantes para estudar as redes na perspectiva dos movimentos sociais: sociabilidade; espacialidade e temporalidade histórica. (SCHERER-WARRER, 2003). Conforme a autora, na sociabilidade apresentam-se as redes sociais primárias, formadas por família, grupos locais, amigos, entre outros, e que podem estar ligadas por meio de redes virtuais, formando novas identidades na sociedade da informação. “No campo dos movimentos sociais, as redes construídas a partir do tecido social comunitário cruzam-se com redes construídas no tecido social associativista” (SCHERER-WARRER, 2003, p. 32). Nesse aspecto, é o encontro do sujeito com seus pares que dá forças para o desenvolvimento de ações e estratégias de atuação. A autora aponta que para entender os movimentos sociais é pertinente entender como os atores se relacionam e atuam, identificando como as redes se constroem, se transformam ou até mesmo se dissolvem.

O segundo aspecto, espacialidade, está caracterizado pelas tecnologias de informação e comunicação, nas quais os atores dos movimentos sociais se unem em redes para criar novas formas de atuação (SCHERER-WARRER, 2003). O estudo da espacialidade identifica as redes que movimentam os fluxos de informação, propondo formas de solidariedade em bases territoriais. Vale ressaltar que as ações locais também podem modificar o comportamento dos sujeitos em escala global. O terceiro ponto, temporalidade, remete ao “passado (a tradição, a indignação), o presente (o protesto, a solidariedade, a proposta) e o futuro (o projeto, a utopia)” dos movimentos sociais (SCHERER-WARRER, 2003, p. 33). Aqui a autora alerta sobre a relação que os movimentos sociais fazem sobre as questões de luta do passado, e que se configuram no presente, na perspectiva de construção de identidades e ações para a transformação social.

O movimento social negro, por exemplo, desde seu surgimento, vem lutando por questões que ainda hoje são importantes contra a discriminação racial. As pautas elencadas no passado ainda permanecem vivas no presente, em oposição ao racismo e toda forma de segregação existente que afeta a população negra. Essa luta desperta nos atores sociais uma identidade de pertencimento. Por outro lado, tem mudado as estratégias de atuação, a construção de redes e a possibilidade de novas formas de impactar a sociedade.

Como observa Sherer-Warrner (1996, p. 115-116):

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (SHERER-WARRER, 1996, p. 115-116).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da existência das redes de movimentos sociais ao criar um espaço de sociabilidade, ligando diferentes grupos e atores sociais na luta por geração de conhecimento que se propõe a dar visibilidade aos movimentos marginalizados.

A institucionalização acadêmica das relações étnico-raciais como objeto de estudo tem contribuído para o desenvolvimento de teorias, métodos e paradigmas em diferentes perspectivas e áreas do conhecimento no país e no mundo. No caso da temática sobre a população negra, a instalação desse debate na educação, entre outros campos, tem sido resultado das mobilizações realizadas pelos movimentos sociais negros.

No Brasil, o combate à discriminação racial para a promoção da igualdade é caracterizado principalmente pela participação do Movimento Negro (MN). Conforme Jaccoub e Beghin (2000, p. 15), o MN “vem a ser o movimento social mais antigo do Brasil, pois atua desde os primórdios do escravismo, isto é, desde meados do século XVI”. O MN pode ser entendido como grupos formados por diferentes entidades que possuem como objetivo comum à luta contra o racismo, preconceito e discriminação racial que afetam a população negra, bem como aponta Pereira (2013, p. 110):

considero o movimento negro organizado como um movimento social que tem como particularidade a atuação em relação à questão racial. Sua formação é complexa e engloba o conjunto de entidades, organizações e

indivíduos que lutam contra o racismo e por melhores condições de vida da população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc.; o que faz da diversidade e pluralidade características desse movimento social (PEREIRA, 2013, p. 110).

Diversas são as formas de atuação do movimento negro para apontar a existência do racismo como prática do Estado, impedindo a valorização da diversidade étnico-racial. O debate sobre o papel do Estado para compreender essa dinâmica pode ser pensado a partir do conceito de biopoder (FOUCAULT, 1999).

O biopoder, cunhado por Michel Foucault (1999), pode ser definido como um instrumento de controle político e regulação econômica, que permite o controle da população em uma relação de poder. A partir dessa concepção, o autor afirma a existência do racismo no mecanismo do Estado, argumentando que o Estado administra a vida dos indivíduos no domínio entre a vida e a morte. “Portanto, o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 1999, p. 309).

No discurso foucaultiano, o racismo é uma tecnologia de poder, que se qualifica no campo biológico ao legitimar uns grupos em relação aos outros. Nesse caso, a morte do outro, entendido como raça inferior, pode tornar a vida mais saudável e pura. Assim, em torno dessa guerra entre as raças, as sociedades atuais estão mergulhadas profundamente em desigualdades raciais.

A ideologia de raça tem acompanhado o desenvolvimento de diferentes sociedades modernas, compreendendo o racismo como verdadeiro mecanismo de extermínio de populações. Raça, que em sua origem em latim *ratio*, espécie ou categoria, foi utilizada pelo pesquisador Lineu para classificar diferentes tipos de plantas (MUNANGA, 2003) e, a partir do estudo de François Bernier (GUIMARÃES, 2012a) passou a ser utilizada para designar a variação fenotípica na população humana, ou seja, classificar grupos de pessoas com base em suas diferenças, como textura do cabelo e cor de pele, que foi utilizada a partir do século XVIII como requisito de diferenciação entre as raças, dividindo os humanos em brancos, negros e amarelos (MUNANGA, 2003), influenciando nas diferentes relações sociais.

Porém, durante o século XX, pesquisas genéticas com humanos concluíram que não existem propriamente raças. Este conceito é uma construção histórica para legitimar a dominação das classes e tentar explicar a diversidade humana, sendo

utilizado no imaginário social para servir de hierarquização entre indivíduos, tratando-se de um aspecto ideológico. Nesse contexto, justifica-se o uso do termo raça em diferentes estudos como uma categoria social de dominação ou exclusão (MUNANGA, 2003).

A opção pela utilização da ideia de raça como um instrumento para a construção de uma identidade negra positiva, e com o objetivo de combater as desigualdades estruturais que atingiam a população negra no Brasil, foi uma saída encontrada pelo movimento social negro que se constituía em meio às propagandas oficiais da “democracia racial” brasileira, levadas a cabo pelos sucessivos governos durante o regime militar instaurado em 1964. Nesse sentido, o racismo presente nos discursos do movimento negro contemporâneo é evidente (PEREIRA, 2013, p. 84).

Assim, o conceito de raça surge no dia a dia como marcador social, econômico e cultural, sendo apropriado pelo movimento social negro como forma de autoafirmação política contra a violência racial; na construção da identidade do (a) negro (a) e para atuar em ações contra o preconceito, discriminação e racismo, que afetam a população negra.

Ao politizar raça, o Movimento Negro desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial (GOMES, 2017, p. 22).

O movimento negro se caracteriza por desenvolver medidas no combate às expressões do racismo e da discriminação racial sofrida pela população negra. Conforme Santos (2009, p. 227), “os movimentos negros são considerados um dos mais importantes movimentos sociais no cenário político-institucional brasileiro”. O autor aponta que o movimento negro tem se destacado tanto pela luta contra as contradições no conceito de democracia, quanto na denúncia de uma sociedade marcada pelas mazelas do racismo. A participação do movimento negro na sociedade brasileira é caracterizada por interesses e reivindicações específicas, como o combate ao racismo e a luta pela promoção da igualdade racial, bem como a inclusão do tema racial na agenda educacional e nas políticas públicas.

Por meio dos objetivos, metas e perspectivas do movimento negro, o mito da democracia racial foi questionado, apontando a concepção de que na sociedade brasileira os (as) cidadãos (ãs) não vivem em perfeita harmonia racial. A fim de

melhor compreender esse cenário, “os movimentos negros passaram por vários momentos em termos de reivindicação coletiva contra o racismo” (SANTOS, 2009, p. 233). Depois de mais de 40 anos após a Abolição da escravidão, as manifestações e reivindicações do movimento negro assumiram posturas político-ideológicas.

A mobilização das organizações negras esteve presente em toda a história do Brasil, tanto no período da escravidão, através de diversas formas de resistência tanto política quanto cultural e religiosa, quanto a partir do fim do século XIX, no movimento abolicionista e na mobilização, nas décadas seguintes, pela ampliação dos direitos da população negra. (HERINGER, 2011, p. 45).

Pereira (2008) apresenta a história do movimento negro em três momentos distintos: o primeiro, na década de 1930, com o surgimento da Frente Negra Brasileira (FNB); o segundo, com o advento do Teatro Experimental do Negro (TEN) e por último, com a criação do Movimento Negro Unificado. Ressalta-se que, na perspectiva apontada por Pereira (2008), surgiram várias outras mobilizações e entidades negras, porém, este trabalho faz jus às iniciativas mais significativas focadas pelo autor.

Assim, na década dos anos de 1930, fundou-se em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB), com o objetivo de integrar o negro em todos os setores da vida em sociedade (VALENTE, 1994). Esse era um dos mais importantes mecanismos da luta do negro contra o racismo, não só em São Paulo, mas em todos os estados do país (PEREIRA, 2008).

A FNB, com a intenção de disseminar suas ações e ideias, criou o jornal A Voz da Raça, veículo que se tornou um canal de divulgação e expressão política entre os negros. Assim, conforme Valente (1994) em meados dos anos 1936, a FNB transformou-se em partido político, denominado Partido Frente Negra Brasileira. A questão gerou debates e discussões em torno desse partido, na medida em que discordavam da criação de uma organização partidária que tinha como pauta a temática sobre a desigualdade entre os povos, tendo em vista que a Constituição Brasileira preconiza que todos são iguais perante a lei.

Nascimento; Nascimento (2000) e Valente (1994) afirmam que a FNB seguiu com suas ações e atividades até 1937, período em que o Estado Novo instituiu a ditadura e impôs o fechamento do partido. Mesmo fechado, o partido por meio da FNB não parou com seus protestos contra a discriminação racial. A Frente representava uma consciência “[...] formada ao reagir contra o mais evidente

aspecto do racismo, a sistemática segregação e exclusão à base de critérios raciais” (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000, p. 206). Como uma das organizações dedicadas a essas questões mais importantes na época, a FNB questionava o lugar do (a) negro (a) na sociedade brasileira além da construção de sua identidade.

O segundo momento que merece destaque é o surgimento do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado na década de 1940 pelo militante negro Abdias do Nascimento e o Teatro Popular Brasileiro (TPB) criado em 1950, sob a liderança do Solano Trindade. O TEN surgiu a partir da necessidade de formar atores e dramaturgos negros para colocar em cena a real contribuição da cultura africana para a sociedade brasileira (PEREIRA, 2008).

Nenhum desses movimentos, apesar de aglutinar negros conscientes, possuía o mesmo sentido da Frente Negra. Não buscavam decididamente mobilizar a massa. Representavam mais a vontade de afirmação da dignidade, de busca de reconhecimento social e igualdade, da grande maioria dos negros (PEREIRA, 2008, p. 38).

O TEN foi uma das expressões de valor ímpar para as discussões em torno da discriminação racial, pois com atores/atrizes negros (as) colocavam em cena os protagonistas reais, resgatando a cultura negra que por muito tempo foi colocada em segundo plano. Tinha também uma função educacional, acreditava que para a ascensão social na sociedade os negros necessitavam de uma formação, desse modo poderiam contestar sobre seus direitos e deveres, e sob a dominação social a que eram submetidos.

Essa entidade desenvolveu muitas ações além dos espetáculos teatrais, como cursos de alfabetização, de artes, organizou e promoveu ainda diversos eventos de caráter acadêmico. Entre esses eventos pode-se citar: a Convenção Nacional do Negro (1945-1946); Conferência Nacional do Negro (1948-1949); 1º Congresso do Negro Brasileiro (1950) entre outros. (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000). Esses eventos se constituíram verdadeiros mecanismos para dar visibilidade e importância à história da luta da população negra no Brasil.

Dando prosseguimento, o segundo momento proposto por Pereira (2008) é ressaltado a participação do TPB que tinha como objetivo valorizar a cultura negra.

O teatro, a poesia e os vários ritmos afro-brasileiros (batuques, lundus, caboclinhos, maracatus, capoeiras, congadas, caxambus, cocos) eram os elementos aglutinadores em torno dos quais as questões organizativas ideológicas eram realizadas (SILVA, 2011, p. 32).

O TPB era formado por diferentes perfis de participantes, como domésticas, estudantes, pessoas que trabalhavam no comércio, entre outros. Silva (2011) esclarece que os teatros utilizavam o palco como instrumento reivindicatório da luta negra apropriavam-se da arte para discutir a identidade negra brasileira.

O terceiro momento é um ponto importante da luta do movimento social negro. Foi a criação em 1978 do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR), em São Paulo. A iniciativa se deu a partir dos atos discriminatórios sofridos por negros ao serem impedidos de entrarem no Clube de Regatas Tietê, como também contra a morte de um trabalhador negro.

Essa nomenclatura foi posta, porque “se considerava a presença de não negros, como, por exemplo, membros da comunidade judaica e outros militantes de ‘esquerda’” (PEREIRA, 2008, p. 62). Com o tempo, o MNUCDR passou a intitular-se Movimento Negro Unificado (MNU), tornando-se referência na luta contra o racismo em todo o país. De acordo com Santos (2006) o MNU foi uma entidade importante para a inserção do movimento negro no período de redemocratização do país.

Em sua agenda política estavam três alvos principais: a) a denúncia do racismo, da discriminação racial e do preconceito de que eram vítimas os negros brasileiros; b) a denúncia do mito da democracia racial como ideologia que impedia a ação antirracista; c) a busca de construção de uma identidade racial positiva através do afro-centrismo e do quilombismo, que procuraram resgatar a herança africana no Brasil (invenção de uma cultura negra) (GUIMARÃES, 2012b, p. 168).

Esses três aspectos são importantes para situar as especificidades do movimento negro brasileiro a partir dos anos 1970. Assim, diante das crescentes publicações, estudos e pesquisas sobre as diferentes organizações do movimento negro brasileiro, este trabalho se volta para as entidades que se constituíram a partir da década de 1970, na qual se deu o surgimento do que Pereira (2013, p. 218) chama de “movimento negro contemporâneo”. De acordo com o autor, a partir da década de 1980 o movimento negro passou a usar novas estratégias de atuação. Assim, em vários estados brasileiros, algumas lideranças negras começaram a buscar vinculações com partidos políticos almejando,

a construção de espaços de interlocução com os poderes públicos, especificamente nas esferas dos poderes Executivo e Legislativo. Nesse momento foram criados os primeiros órgãos governamentais para se tratar

das questões relacionadas à população negra brasileira (PEREIRA, 2013, p. 288).

Como bem aponta Pereira (2013), o movimento negro é o grande responsável pelas diversas formas de expressão e de luta contra o racismo na sociedade brasileira, apontando, dentre várias coisas, à necessidade da criação de espaços públicos e institucionalizados para a promoção da igualdade racial. Assim, a próxima seção, apresenta os canais criados para a participação da sociedade nas ações do Estado, nas três esferas – municipal, estadual e federal, na fiscalização e monitoramento das políticas públicas.

3.3 CONSELHOS COMO MEDIADORES E ARTICULADORES DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As experiências iniciais de institucionalização do movimento negro no poder público deram-se por meio da criação de órgãos consultivos, como, por exemplo, os Conselhos. Estes, conforme Carneiro (2002), são verdadeiros mecanismos institucionalizados de participação, em que as relações entre Estado e sociedade se reconfiguram no controle e avaliação de políticas sobre a ação governamental.

Carneiro (2002, p. 279-280) afirma que

os conselhos são espaços públicos (não-estatais) que sinalizam a possibilidade de representação de interesses coletivos na cena política e na definição da agenda pública, apresentando um caráter híbrido, uma vez que são, ao mesmo tempo, parte do Estado e da sociedade. Distinguem-se de movimentos e de manifestações estritas da sociedade civil, uma vez que sua estrutura é legalmente definida e institucionalizada e que sua razão de ser reside na ação conjunta com o aparato estatal na elaboração e gestão de políticas sociais (CARNEIRO, 2002, p. 279-280).

Nesse sentido, os Conselhos podem ser fundamentais para o exercício da democracia, por constituírem espaços para a construção de identidades sociais, e buscas pela implementação de políticas públicas específicas na luta contra as desigualdades sociais existentes. Eles “têm poder de agenda e podem interferir, de forma significativa, nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos”. (CARNEIRO, 2002, p. 280).

A CF/88 tem contemplado diferentes iniciativas no campo da democracia participativa. Esse tipo de participação tem surgido a partir da descentralização nas ações do Estado, permitindo que os atores sociais passassem a ter direitos efetivos sobre os bens públicos. Um dos instrumentos para a efetivação do exercício da democracia são os Conselhos. Para Gohn (2011) são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (GOHN, 2011, p. 7). Assim, essas organizações tem a competência de controlar e fiscalizar o uso dos recursos públicos, por meio do que se chama de controle social.

O termo controle social passou a ser usado pela sociedade brasileira a partir dos anos 1980, recebendo maior visibilidade pela maneira de organização e estratégias usadas pelo Estado para manter o controle social sobre a sociedade civil. Essa terminologia é definida por Machado (2012), como o domínio dos interesses à sociedade, uma vez que é disputado entre classes sociais, a fim de ditar os interesses conduzidos pelo Estado em busca de hegemonia.

Podem ocorrer dois tipos de controles sociais. Primeiro, o Estado pode deter o controle da sociedade, com o intuito de manter privilégios. E o segundo, ocorre quando a própria sociedade civil exerce mando sobre o Estado, com a finalidade de propor políticas públicas que possam acarretar mudanças que beneficiem grupos subalternizados (MACHADO, 2012).

O controle social pode ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania (CGU, 2010, p. 16).

O controle social é importante porque avalia se as políticas estão sendo executadas de forma correta, se os recursos públicos estão sendo distribuídos e aplicados. Além disso, é o momento em que os atores sociais informam ao Estado se suas necessidades estão sendo atendidas. “Essa participação é importante porque contribui para a boa e correta aplicação dos recursos públicos, fazendo com que as necessidades da sociedade sejam atendidas de forma eficiente” (CGU, 2010, p. 17). Fazendo isso, é possível avaliar se as políticas devem ser modificadas, identificando os erros de aplicação, visto que o objetivo é a diminuição das desigualdades sociais.

Ainda sobre o surgimento do termo controle social, Correia (2009) elucida que sua origem é na sociologia e que é usada para estabelecer os métodos que são utilizados para manter a ordem social e submeter os indivíduos a normas e padrões morais impostos por aquele que detém do controle social.

Machado (2012), afirma que historicamente o Estado sempre buscou ferramentas de opressão, como força militar, política e física, aliados a uma cultura paternalista, com o objetivo de controlar a sociedade civil e tratar como propriedade aquilo que é de direito. Segundo ela, mesmo a partir da Constituição Cidadã, classes não dominantes são sujeitas ao “participacionismo”, ou seja, são usadas como objetos de manobra, a fim de legitimarem os interesses de grupos dominantes ou do Estado (MACHADO, 2012, p. 54). A autora exemplifica esse controle, quando elucida o instrumento democrático do voto, uma vez que, nele a população tem o direito garantido de escolher o (a) representante que mais se aproxime de seus interesses, logo, essa escolha nem sempre representaram os interesses das classes subalternas, uma vez que a classe dominante usava de métodos opressivos e de submissão para continuarem no controle.

Controle social não é sinônimo de democracia nem tão pouco de cidadania, uma vez que para ocorrer essa singularidade entre os termos, o controle social deveria acontecer com a participação e ocupação efetiva da sociedade civil em todos os espaços de decisão a tudo aquilo que se refira ao interesse público, uma vez que o controle social se dá por um processo de construção de políticas públicas envolvendo sujeitos individuais e coletivos efetivando-se na participação, ocupação e mando nos processos decisórios (MACHADO, 2012).

De acordo com Machado (2012), o controle social surge de um contexto não homogêneo e que necessita de uma pluralidade de políticas públicas a fim de atender todos os grupos. Por certo, o controle social é bastante eficaz por dar capacidade de intervenção das classes subalternas nas discussões, formulações e efetivações de políticas públicas de seus interesses. “A conquista de direitos é resultado de conflitos e disputa de interesses” (MACHADO, 2012, p.55), uma vez que ao analisar a realidade da sociedade brasileira, a garantia de direitos só se tornou possível, devido à grande resistência popular contra as elites dominantes.

Desta forma, o controle social passa a assumir o papel de instrumento para uma gestão democrática e popular do poder no intuito de construção da cidadania plena, superando as desigualdades sociais, construindo paralelamente uma

mudança no sistema vigente, materializando-se nas esferas públicas, contribuindo e “estabelecendo um novo pacto social, centrado na liberdade, equidade e justiça social” (MACHADO, 2012, p. 57).

De acordo com a Controladoria-Geral da União (2010), os Conselhos são classificados a partir das funções que eles realizam, como de fiscalização, mobilização, deliberação ou de consultoria.

A função fiscalizadora dos conselhos pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes.

A função mobilizadora refere-se ao estímulo à participação popular na gestão pública e às contribuições para a formulação e disseminação de estratégias de informação para a sociedade sobre as políticas públicas.

A função deliberativa, por sua vez, refere-se à prerrogativa dos conselhos de decidir sobre as estratégias utilizadas nas políticas públicas de sua competência, enquanto a função consultiva relaciona-se à emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos que lhes são correlatos (CGU, 2010, p. 21).

Essas funções representam a forte ligação entre Estado e sociedade, apresentando um certo controle sobre os recursos e a gestão pública. Nesse sentido, “a legislação brasileira prevê a existência de inúmeros conselhos de políticas públicas, alguns com abrangência nacional e outros cuja atuação é restrita a estados e municípios” (CGU, 2010, p. 21). Desse modo, os Conselhos cumprem o papel de mediadores e articuladores na formulação de políticas públicas.

As políticas públicas são medidas e ações desenvolvidas pelo Estado para proporcionar o bem-estar da população, independente do grupo social. Elas são formuladas e aplicadas em diversas áreas, como está apontado na próxima seção.

3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

Souza (2003a) ressalta que a área de políticas públicas tem crescido no Brasil e que várias áreas do conhecimento têm se preocupado em desenvolver estudos que possam verificar as ações que o governo tem realizado ou não, seja no nível municipal, estadual ou federal. A autora aponta para a importância dos institutos de pesquisas, departamentos, encontros e eventos científicos como mecanismos para a produção, discussão e sistematização dessa área na sociedade.

Não existe necessariamente uma definição universalista do que seja política pública. A política pública é a ação/intervenção do Estado que se desdobra em várias áreas. No entanto, nem toda política pública é social. Mas, as políticas sociais

desenvolvidas pelo Estado podem ser chamadas de políticas públicas, pois visam atender as necessidades e promover bem-estar da população.

Para Silva (1999) as políticas públicas são ações do Estado direcionadas para a população. Augusto (1989) define que essas intervenções são dirigidas aos diversos setores da vida social, como educação, saúde, trabalho, meio ambiente, tecnologia, entre outros. Neste sentido, as políticas públicas podem afetar de forma positiva ou negativa todos os atores sociais, independente do sexo, cor, classe social, etc. Viera (2008, p. 17) evidencia que elas são “construções participativas” pensadas por um conjunto de atores sociais visando suas garantias e direitos sociais. Porém, nem todas as políticas públicas são de direitos para grupos historicamente discriminados.

Celina Souza (2003b) ao estudar o processo histórico das políticas públicas no Brasil, tem contribuído em seus estudos para o entendimento e consolidação desse campo. Segundo a autora,

pode-se, então, resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2003b, p. 13).

Tal definição é, para ser exato, um conjunto de ações direcionadas para a solução de problemas que operam na sociedade. Essas ações são mediadas entre o poder público e os atores sociais por meio de programas, leis, regulamentos, etc. envolvendo recursos públicos. Elas vêm sendo adotadas, marcadamente em diversos setores. Na visão de Souza (2003b, p. 14),

após desenhadas e formuladas, se desdobram em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando, então, submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação e à análise dos pesquisadores (SOUZA, 2003b, p. 14).

Assim, é oportuno contribuir para esse debate com o presente estudo, procurando compreender melhor o funcionamento das políticas públicas voltadas para promoção da igualdade racial. Como sintetiza Appio (2004, p. 420), as políticas “deverão ser formuladas pela própria sociedade, em espaço pelo qual, no caso

brasileiro, pode ser traduzido nos conselhos deliberativos”. Visto que os (as) intelectuais chamam atenção para o fato de que as políticas se constituem em interesses dos diferentes grupos sociais que envolvem as questões de raça, gênero, sexualidade, meio ambiente etc.

Assim, existem diferentes tipos de políticas públicas. Secchi aponta (2010) que essas tipologias servem para esclarecer as problemáticas que envolvem o tema e poder classificá-las. Enquanto Souza (2006) comenta que vários modelos foram criados, porém, a autora afirma que o mais conhecido foi o do Theodor Lowi (1964) que criou um modelo a partir do critério “impacto esperado na sociedade” (LOWI, 1964 apud SECCHI, 2010). Para ele há quatro tipos de políticas públicas, que são: as regulatórias, distributivas, redistributivas e as constitutivas (SOUZA, 2006; SECCHI, 2010).

- ✓ Regulatórias: são as mais identificadas e “estabelecem padrões de comportamento, serviço ou produto para atores públicos e privados” (SECCHI, 2010, p. 17), além de transformarem-se em decretos e portarias;
- ✓ Distributivas: não consideram as limitações dos recursos públicos e “geram benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes” (SECCHI, 2010, p. 17), ou seja, certos grupos são privilegiados contribuindo para uma troca de favores;
- ✓ Redistributivas: conseguem englobar um maior número de grupos e “concedem benefícios concentrados a algumas categorias de atores e implicam custos concentrados sobre outras categorias de atores” (SECCHI, 2010, p. 18), são compreendidas como as políticas universais;
- ✓ Constitutivas: estão relacionadas aos procedimentos, “definem as competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração das políticas públicas” (SECCHI, 2010, p. 18), são as que norteiam o funcionamento da sociedade e do governo.

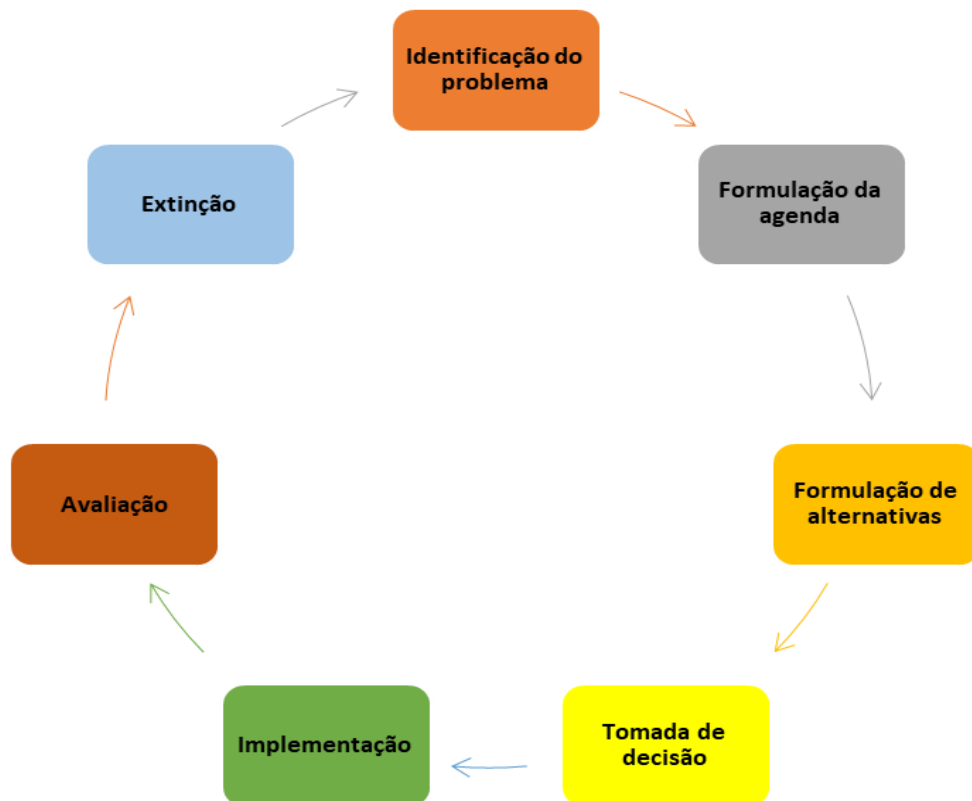
Secchi (2010) informa que não é fácil distinguir e encontrar os limites desses tipos de políticas públicas, elas podem possuir ao mesmo tempo, uma característica

regulatória e distributiva, por exemplo. Essa tipologia é importante por permitir analisar de forma comparativa diversos setores de políticas públicas.

Neste sentido, ao lado do tipo de política pública, é importante identificar o processo para a sua elaboração. Assim, esse processo também é chamado de ciclo de políticas públicas, por ser “um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes” (SECCHI, 2010, p. 33). O ciclo é utilizado por muitos pesquisadores para compreender o processo político e assim tecer olhares críticos no desencadear da dinâmica dessas políticas.

Para tanto, Secchi (2010) comenta que existem diversas atualizações desse ciclo. Contudo, o autor elabora na sua perspectiva sete etapas principais. A primeira consiste na identificação do problema; a segunda na formação da agenda; a terceira na formulação de alternativas; na quarta fase, é a tomada de decisão; a quinta é a implementação da política; a sexta compreende a avaliação e por último a extinção. Por uma questão mais didática, ver a figura 1.

Figura 1 - Ciclo de políticas públicas



Fonte: adaptado de Secchi (2010)

A primeira fase, **identificação do problema**, consiste no reconhecimento e definição do problema público. “Os partidos políticos, os agentes políticos e as organizações não governamentais são alguns dos atores que se preocupam constantemente em identificar problemas públicos” (SECCHI, 2010, p. 35). Esses atores sociais elencam os problemas identificados a partir da necessidade e do contexto que estão inseridos, partindo para uma listagem de prioridades.

Essa lista de prioridades é onde se inicia a segunda fase, **formulação da agenda**, que se traduz nos problemas selecionados como prioridades. Os problemas entram na agenda na intenção de que serão resolvidos. Segundo Cobb e Elder (1983) apud Secchi (2010) existe a possibilidade de dois tipos de agenda. A agenda política, que representa o agrupamento de problemas/temas que a comunidade política acredita que necessita de uma intervenção pública e a agenda formal, que reside nos problemas que o poder público já determinou resolver.

A terceira fase, **formulação de alternativas**, fundamentam as possíveis soluções para a resolução dos problemas constituídos na agenda. Para Secchi (2010, p. 37), “é o momento em que são elaborados métodos, programas, estratégias ou ações que poderão alcançar os objetivos estabelecidos.” Aqui são avaliadas todas as possibilidades para a eliminação das questões/problemas levantados.

Seguindo a ordem do ciclo, a quarta etapa é a **tomada de decisão**, “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (SECCHI, 2010, p. 40). Em outras palavras, é a fase em que se define qual será o caminho mais adequado e o tempo para resolução.

A quinta fase, **implementação**, se refere à execução das políticas. “É nesse arco temporal que são produzidos os resultados concretos da política pública” (SECCHI, 2010, p. 44), ou seja, é a parte empírica em que as questões teóricas estabelecidas nas fases anteriores são de fato aplicadas.

A **avaliação**, penúltima fase do ciclo da política, é o momento em que são analisadas as ações que foram tomadas para a execução da política, “com a intenção de conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que gerou” (SECCHI, 2010, p. 49). Verifica-se o desempenho dos resultados positivos e negativos, na intenção de possíveis modificações futuras.

A última fase, **extinção** da política pública, representa a compreensão efetiva da política, identificando se o problema foi resolvido, se a política foi eficaz e da necessidade ou não da implementação de uma nova política (SECCHI, 2010). É importante salientar que a fase da extinção não significa necessariamente que a política teve uma conclusão positiva em relação a agenda, pois, as políticas públicas são criadas em um determinado contexto histórico e podem se desmontadas em caso de mudanças de governo.

Nessa linha de pensamento, a questão que se coloca, portanto, é compreender como se tem dado a criação e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial, com enfoque na população negra no Brasil. Visto que as desigualdades raciais no país têm acometido principalmente os (as) negros (as), por conta da herança do escravismo.

O conjunto de direitos negados à população negra e reivindicados historicamente pelo movimento negro exige do Estado o reconhecimento e legitimação da questão racial nas políticas públicas das áreas da saúde, trabalho, meio ambiente, terra, juventude, gênero (GOMES, 2009, p. 42).

As políticas de promoção da igualdade racial são medidas e ações, criadas para superar as práticas do racismo e da discriminação racial que impedem a plena cidadania, promovendo igualdades de oportunidades para todos (as). Em outras palavras é “a ação estatal que busque soluções para o problema das disparidades sociais que separam os diferentes grupos raciais que integram uma sociedade” (CONCEIÇÃO, 2010, p. 90).

Ribeiro (2014) apresenta em seu livro Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010), uma pesquisa acadêmica que analisa o processo de institucionalização das políticas públicas no país. Sua contribuição é importante para compreender quais iniciativas governamentais foram implementadas para a luta antirracista. Conforme a autora, as políticas de enfrentamento a discriminação racial no Brasil foram criadas a partir dos anos 1980, por meio das ações do movimento negro e organizações das mulheres negras,

denunciando o racismo e o machismo, propondo políticas de igualdade racial e pressionando o Estado, na perspectiva de garantia de direitos e justiça social, a partir das necessidades da população negra. Portanto, a partir dos anos 1980 são estabelecidas novas referências com as respostas do Estado brasileiro quanto a institucionalização das políticas de igualdade

racial, apontando para o reconhecimento da questão racial no campo das políticas públicas (RIBEIRO, 2014, p. 208).

A autora apresenta algumas políticas já implementadas para a população negra. Entre elas estão: a criação de secretarias, instituições, coordenadorias e Conselhos de promoção da igualdade racial nos estados, municípios e união federal; o processo de inclusão, nas instituições públicas, de cotas raciais; projeto vida e histórias das comunidades remanescentes de quilombos; aprovação da Lei 10.639/03 que obriga o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas; programa de combate à anemia falciforme, entre tantas outras (RIBEIRO, 2014).

Como foi possível notar, as políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado, que objetivam corrigir desigualdades socioeconômicas voltadas para os diferentes grupos historicamente discriminados. As políticas identificam lacunas e procuram corrigi-las, atentando as necessidades dos grupos sociais envolvidos. Neste sentido, a população negra tem sido vítima de diversas injustiças sociais, necessitando de mudanças estruturais nas políticas públicas no cenário brasileiro.

O próximo capítulo, descreve os caminhos utilizados para a realização desta pesquisa e apresenta o objeto empírico em que foi aplicado o estudo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É oportuno relembrar os objetivos desse trabalho para melhor destacar os procedimentos metodológicos que foram utilizados. Em síntese, o objetivo geral consiste em analisar como ocorrem os processos de produção de conhecimentos e de circulação e uso de informações no CDCN, na formulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial. E como específicos, mapear as ações desenvolvidas; apontar como os (as) conselheiros (as) se comunicam e desenvolvem suas práticas informacionais; de que forma avaliam, acompanham e fiscalizam as ações desenvolvidas; como ocorrem as relações de comunicação entre o CDCN e as esferas governamentais e sociais.

Assim, de acordo com os objetivos desse estudo, a pesquisa é de caráter qualitativo, por procurar abranger “as condições contextuais – as condições sociais, institucionais e ambientais em que as vidas das pessoas se desenrolam” (YIN, 2016, p. 7), focando as subjetividades e as relações entre os sujeitos pesquisados e as interpretações do pesquisador. Além disso, a pesquisa qualitativa permite “contribuir no processo de mudança de determinado grupo” ao verificar o comportamento individual dos atores e possibilitar uma reflexão do todo. (RICHARDSON, 2012, p. 80).

Para Vergara (2010) as pesquisas podem ser caracterizadas por dois princípios: quanto aos fins e quanto aos meios. Segundo o primeiro princípio, a pesquisa tem cunho descritivo, por descrever e interpretar os fatos e questões observados, sem interferência direta do pesquisador. Esta pesquisa tem a intenção de observar e interpretar os acontecimentos, portanto, atende ao primeiro princípio acima apontado, uma vez que sua finalidade é analisar o CDCN a partir dos processos de produção de conhecimentos, circulação e uso de informações.

De acordo com o segundo princípio, é bibliográfica, documental e de trabalho de campo com atores do conselho estudado. Na perspectiva de Gil (1999, p. 65), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos”. A partir desse entendimento, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o que se tem produzido sobre a temática estudada na pesquisa, focando nos conceitos empregados: conselhos de

direitos, movimentos sociais, relações raciais, informação étnico-racial e produção do conhecimento e movimento negro.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com materiais já publicados em diferentes suportes, desde os impressos aos digitais, disponíveis ao público em geral. Para recolher livros, artigos, teses e dissertações para desenvolver a pesquisa bibliográfica, foi necessário realizar buscas em bases de dados como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a BRAPCI, Portal da Capes e visitar a biblioteca física da UFRJ e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Desse modo, os materiais encontrados e utilizados se encontram nas referências deste estudo.

A pesquisa documental foi elaborada tendo como fonte de coleta de dados os diferentes documentos que fazem parte do acervo do Conselho. De acordo com Gil (2010), os documentos podem ser materiais escritos, iconográficos, estatísticos, etc. Segundo o autor, os mais utilizados são:

1. Documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações;
2. Documentos pessoais, como cartas e diários;
3. Material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites;
4. Documentos jurídicos, como certidões, escrituras, testamentos e inventários;
5. Documentos iconográficos, como fotografias, quadros e imagens;
6. Registros estatísticos. (GIL, 2010, p. 31).

Essas tipologias de documentos permitem um estudo mais aprofundado sobre o objeto de estudo. Diante disso, a pesquisa documental foi realizada por meio dos documentos arquivados no acervo do CDCN desde o início de sua atuação até os dias atuais. Na intenção de recolher o maior número de informações que pudessem atender aos objetivos desta pesquisa, dos tipos de documentos apontados por Gil (2010), foram usados folders de divulgação, fotografias, relatórios, convites, cartilhas, atas de reuniões e decretos.

Para selecionar os documentos, foram empregadas as seguintes categorias produção de conhecimentos; circulação e uso de informações; ações desenvolvidas; fiscalização e acompanhamento das políticas; relações de comunicação com outras esferas.

O presente estudo se caracteriza ainda como uma pesquisa de campo. Consistiu em uma investigação empírica, em que o pesquisador foi ao ambiente

estudado em busca de elementos para interpretá-lo. A intenção foi analisar de forma detalhada e aprofundada o objeto de estudo, no caso o CDCN localizado em Salvador – BA, na região Nordeste do Brasil. Conforme Yin (2016, p. 98), o “trabalho de campo ocorre em ambientes da vida real, com pessoas em seus papéis da vida real”. Por visar uma aproximação com a situação-problema e tentar torná-la visível, permite uma relação de aprofundamento entre o pesquisador e o objeto a ser analisado.

Inicialmente foi realizada uma visita para conhecer os membros do Conselho e a estrutura física do prédio. O primeiro encontro se deu durante uma reunião ordinária para apresentação e explicação da pesquisa e posterior aprovação. O CDCN possui uma sede própria, o que facilita o desenvolvimento de múltiplas atividades, o que não é comum em muitos Conselhos criados com este propósito ou não. Após os primeiros contatos, a pesquisa de campo prosseguiu para aplicação das entrevistas e análise dos documentos que se encontravam no arquivo institucional.

O instrumento para coleta de dados junto aos membros do Conselho foi a entrevista estruturada com componente de questionário sócio-métrico (Apêndice B). Para Richardson (2012, p. 208), “o termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Vista refere-se ao ato de ver, ter preocupação de algo. Entre indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas”. É uma técnica que possibilita ao pesquisador a obtenção de informações importantes ao analisar as respostas e atitudes dos participantes. Como afirma Yin (2016, p. 118), as “entrevistas estruturadas roteirizam cuidadosamente essa interação”. Ela requer a presença física, face a face, dos (as) envolvidos (as).

A entrevista foi composta de duas partes: a primeira com a caracterização do (a) conselheiro (a), informações sobre o cargo no CDCN; tempo de atuação; idade; escolaridade e área de atuação. A segunda parte pretendeu coletar informações sobre o Conselho: a criação; as ações desenvolvidas; a comunicação com outros conselhos; a fiscalização das políticas, entre outras. A questão sociométrica da entrevista foi elaborada a fim de perceber as interações/relações que os (as) conselheiros (as), mantêm entre si, ou seja, como se constituem as suas redes sociais. Para tanto, foi solicitado que cada um (a) dos (as) entrevistados (as) indicasse até cinco pessoas que eles (as) mais interagiam em função da sua

atuação no Conselho. Essas informações foram essenciais para construir as redes sociais dos membros do CDCN.

A população da pesquisa de campo foi constituída por conselheiros (as) do CDCN. Foram aplicadas 10 entrevistas aos (as) conselheiros (as), a fim de recuperar as informações que atendiam aos objetivos deste estudo. O único critério utilizado para a escolha dos (as) entrevistados (as) foi ter representantes tanto da sociedade civil quanto do Estado. Os 10 participantes foram os que se propuseram a contribuir.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO EMPÍRICO

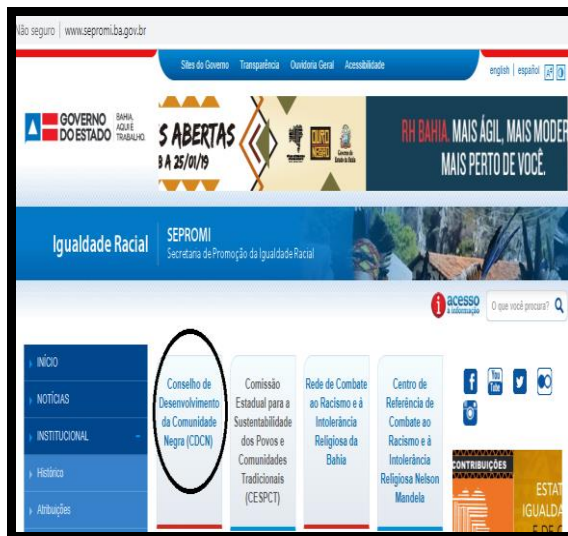
O CDCN é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo. Foi criado pela Lei nº 4.697 de 15 de julho de 1987 e mantido pela Lei 6.074 de 22 de maio de 1991, com a finalidade de “estudar, propor e acompanhar medidas de relacionamento dos órgãos governamentais com a comunidade negra, visando resgatar o direito à sua plena cidadania e participação na sociedade” (BRASIL, 2012, p. 2), articulando as políticas públicas de promoção da igualdade racial no estado da Bahia.

Quando foi criado, o CDCN estava vinculado à Secretaria da Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia (SJDH). E em 2006, passou a integrar a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). O objetivo da SEPROMI é “planejar e executar políticas de promoção da igualdade racial e de proteção dos direitos de indivíduos, e grupos étnicos atingidos pela discriminação e demais formas de intolerância” (BRASIL, 2015, p. 2). Neste sentido, o CDCN é colegiado a esta secretaria para o monitoramento e desenvolvimento de ações para atender as especificidades da população negra.

Até o momento, o CDCN não possui uma página oficial na internet. Para acessar as informações sobre o Conselho, é necessário entrar no site da SEPROMI⁸, como está apresentado nas figuras 2 e 3.

⁸ Disponível em: <http://www.sepromi.ba.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2018.

Figura 2 - Página oficial da SEPROMI



Fonte: Site da SEPROMI (2018).

Figura 3 - Página do CDCN vinculada à SEPROMI



Fonte: Site da SEPROMI (2018).

Por meio deste site oficial da secretaria, é possível encontrar algumas informações relativas ao CDCN. O regimento interno do CDCN aponta as seguintes competências:

- I – formular diretrizes, propor medidas e emitir pareceres que visem assegurar e ampliar os direitos da comunidade negra, promovendo o seu desenvolvimento social, cultural, político e econômico;
- II – assegurar o Poder Executivo na elaboração e execução de políticas públicas concernentes aos direitos e interesses da comunidade negra;
- III – acompanhar a elaboração e a execução dos programas que repercutam sobre os direitos e interesses da comunidade negra;
- IV – adotar providências e fiscalizar o efetivo cumprimento da legislação relativa aos interesses da comunidade negra;
- V – apoiar atividades da comunidade negra ou de interesse e importância para o seu desenvolvimento, bem como promover intercâmbio com organizações afins, nacionais e internacionais;
- VI – desenvolver projetos que promovam a participação da comunidade negra em todos os níveis de atividades;
- VII – defender e apoiar políticas educacionais e de capacitação do negro como cidadão;
- VIII – sugerir alterações em seu Regimento (BRASIL, 2012, p. 2).

Neste sentido, o Conselho constitui um espaço de representação da comunidade negra na luta política, formulando, adotando, desenvolvendo ações contra as desigualdades raciais determinadas pela estrutura do racismo. Os esforços nesta direção permitem dizer que o CDCN é um mecanismo de controle de política pública no Estado da Bahia.

É possível observar que o período de criação desse Conselho foi um momento bastante importante para a luta antirracista no país. Se estava caminhando para a promulgação da CF/88 e seria a comemoração do centenário da abolição da escravidão. Aprofundando mais essa observação, a década de 1980 marca a criação do primeiro órgão estadual de promoção da igualdade racial, como já foi citado, o Conselho de Participação da Comunidade Negra de São Paulo, criado em 1984. O Conselho da Bahia é o primeiro no Nordeste e um dos primeiros em todo o país, contando 31 anos de existência. Diferentemente de outros órgãos de mesma envergadura, o CDCN possui sede própria e de fácil acesso, estando localizado na Ladeira dos Passos, nº 42, Pelourinho – Salvador/BA, bairro histórico e bastante movimentado. A existência do espaço físico, representa o poder político e organizativo do movimento negro para constituir o Conselho.

Ao observar a figura 4, é possível notar a situação em que se encontra as instalações do prédio. Como se trata de um edifício antigo e histórico, muitas salas e a fachada se encontram deterioradas.

Figura 4: Fachada do prédio do CDCN.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O prédio dispõe de três andares, no térreo funciona a aportaria. No primeiro andar, tem uma biblioteca equipada com algumas estantes de livros, computadores e mesas para estudo, ver figura 5. Ainda no mesmo andar, tem uma sala com armário, mesas de escritórios e computadores, figura 6. Essa sala é ocupada pela secretária, onde desenvolve os serviços administrativos. Existe também no primeiro andar uma copa, banheiros, um espaço reservado para as reuniões, como ser visto na figura 7, e uma sala com o arquivo/acervo pessoal da instituição, ver figura 8.

Figura 5: Biblioteca do CDCN.



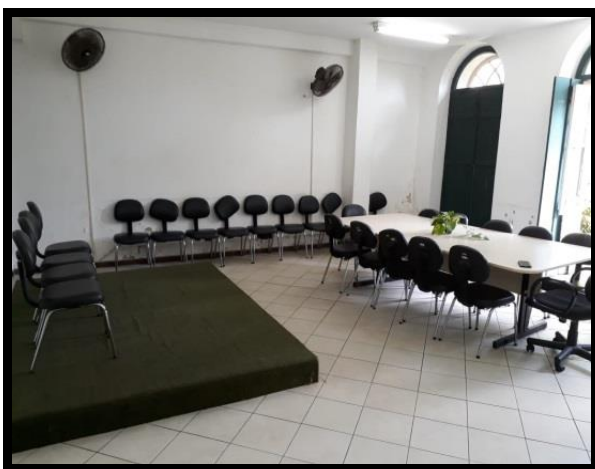
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 6: Sala Administrativa.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 7: Espaço para reuniões.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 8: Arquivo institucional.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

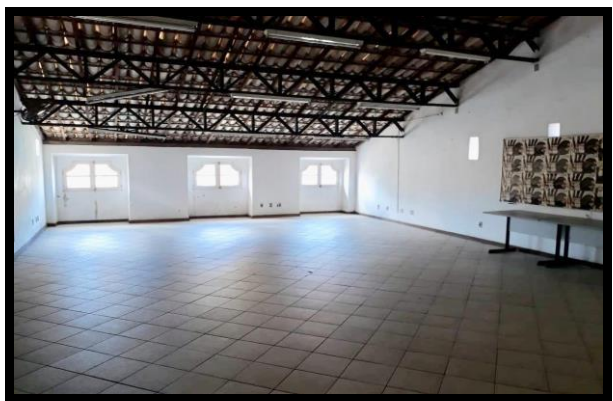
No segundo andar, está localizado uma sala que era reservada para o Centro digital – Infocentro, figura 9. O ambiente oferecia serviços para a comunidade. Ainda no segundo andar, existe uma outra sala para as reuniões. O terceiro andar oferece uma sala bem espaçosa, ela é disponibilizada para cursos de danças, teatro, eventos, entre outras, figura 10.

Figura 9: Infocentro.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Figura 10: Espaço para eventos.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme seu regimento atual, o CDCN é formado por 21 conselheiros (as) divididos (as) entre poder público e sociedade civil, com igual número de suplentes. Sendo:

- I – o Secretário de Promoção da Igualdade Racial, que o presidirá;
- II – 05 (cinco) servidores estaduais, como representantes dos seguintes órgãos:
 - a) 01 (um) representante da Secretaria da Educação – SEC;
 - b) 01 (um) representante da Secretaria da Segurança Pública – SSP;
 - c) 01 (um) representante da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE;
 - d) 01 (um) representante da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH;
 - e) 01 (um) representante da Secretaria da Saúde – SESAB;
- III – 15 (quinze) representantes da sociedade civil, sendo:
 - a) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Bahia;
 - b) 01 (um) representante da comunidade acadêmica vinculada ao estudo das questões relevantes à comunidade negra;
 - c) 01 (um) sociólogo;
 - d) 01 (um) antropólogo;
 - e) 01 (um) representante de entidade profissional de imprensa;
 - f) 10 (dez) representantes dentre integrantes de associações, organismos e entidades representativas da comunidade negra (BRASIL, 2012, p. 4).

O que se observa nessa composição é que essa estrutura procura alcançar diversos segmentos, órgãos e profissionais que possam dialogar de maneira efetiva com as propostas relativas aos interesses da população negra. Cada segmento, dentro de sua especificidade, busca viabilizar ações contra as práticas de racismo e desigualdades sociais e raciais.

4.2 MÉTODOS DE COLETA E ANÁLISE

Esta seção trata sobre as técnicas utilizadas para analisar os discursos coletados por meio das entrevistas. Duas técnicas foram empregadas para analisar as entrevistas: a Análise de Redes Sociais (ARS) e o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), como estão apresentadas a seguir.

4.2.1 Análise de Redes Sociais (ARS)

A Análise de Redes Sociais (ARS) é um campo do conhecimento que permite estudar as relações entre os sujeitos e os fluxos informacionais na sociedade “é uma **metodologia adequada** para investigar e pensar a complexidade da sociedade contemporânea” (SCHERER-WARRER, 2003, p. 31, grifo do autor). Do ponto de vista geral, é uma metodologia que pode ser aplicada em diferentes estudos, na Ciência da Informação, Saúde, Ciências Sociais, Matemática, Biologia, Tecnologia de Informação e Comunicação, empresas públicas e privadas, na Sociologia, entre outras.

A ARS “dá ênfase ao modo como os indivíduos e organizações estruturam suas interações, desempenham papéis e executam ações em função de questões, interesses e objetivos comuns” (MARTELETO; TOMAÉL, 2005, p. 82). O conceito e abrangência do tema redes sociais têm produzido ao longo do tempo diferentes estudos para os fenômenos sociais em várias disciplinas do campo científico.

Nas Ciências Sociais, por exemplo, Borgatti et al. (2009) afirmam que se discute a ideia de que os indivíduos estão imersos em redes de relações sociais e interações. Do mesmo modo, Martins (2009) observa que essa temática tem se desenvolvido nos estudos sociológicos para procurar compreender os aspectos da vida social. O autor salienta que o tema das redes sociais tem ajudado a desenvolver mecanismos para atender aos objetivos da sociedade civil, no que

concerne a articulação de políticas públicas e de participação social, como também tem interessado aos (as) pesquisadores (as) em discutir ações de descentralização em áreas como educação e saúde, na tentativa de promover ações institucionais de promoção da cidadania na esfera pública.

Nos estudos da informação ressaltam-se as vantagens do emprego da metodologia de análise de redes sociais para investigar as formas de racionalidade presentes em entidades, indivíduos e grupos da sociedade na sua interação com o Estado, no que tange aos processos de intervenção social para a formulação e deliberação de políticas públicas (MARTELETO; SILVA, 2004, p. 46).

Na extensa literatura científica, verifica-se que o termo rede (*network*) recebe vários significados e pode ser aplicado em diferentes domínios científicos, desde os dispositivos de comunicação na internet, caracterizados como redes sociais virtuais, até as relações sociais reais. Marteleto (2001, p. 72) utiliza a compreensão de rede como sendo “sistema de nodos e elos; uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou uma rede.” Dessa forma a rede social é entendida como um conjunto de pessoas, grupos, instituições, que se conectam por meio de seus interesses, criando laços e relações entre eles.

Neste trabalho, a rede social do CDCN foi estudada pelo compartilhamento da informação e de conhecimento entre os atores sociais envolvidos,

a disposição em compartilhar e o compartilhamento eficiente de informação entre atores de uma rede, asseguram ganhos, porque cada participante melhora, valendo-se das informações às quais passa a ter acesso e que poderão reduzir as incertezas e promover o crescimento mútuo (TOMAÉL; MARTELETO, 2006, p. 76).

Assim, como afirma Portugal (2007) o estudo de redes sociais no campo das ciências sociais é por natureza interdisciplinar. Os (as) precursores (as) desse tema situam-se nas áreas de antropologia, sociologia e psicologia social, os quais desenvolveram a partir de pressupostos teóricos metodológicos, métodos para estudar problemas de suas áreas específicas.

Borgatti et al. (2009) apresentam um levantamento histórico da aplicação da análise de redes sociais. Conforme os (as) autores (as), na década de 1930 o psiquiatra Jacob Moreno, utilizando a metodologia da Sociometria, estudou uma

rede social de garotas que fugiam da escola Hudson, Nova York. Ele sugeriu que as fugas tinham menos a ver com as questões individuais relativas às personalidades das garotas e sim com as posições delas na rede social, uma vez que a metodologia sociométrica representava graficamente os sentimentos subjetivos de um indivíduo em relação a outro.

Borgatti et al. (2009), observam que nas décadas de 1940 e 1950, o estudo das redes sociais avançou com o uso da Teoria dos Grafos, para explicar conceitos psicossociais em grupos e com o desenvolvimento de programas de experimentos laboratoriais.

Na década de 1970, a ARS teve destaque na sociologia, sendo analisada a estrutura social, os papéis dos indivíduos e suas relações. Outra contribuição importante na década de 1970 é a teoria dos laços fracos e laços fortes desenvolvida por Mark Granovetter (1973). O autor analisa os laços sociais classificando em laços fortes que tendem a serem agrupados por meio de um contato mais próximo, como por exemplo, relações de familiaridade, amizade, vizinhança, entre outros, e os laços fracos constituídos pelos elos com atores externos à rede pessoal dos indivíduos, sendo, portanto, mais propensos a ser fonte de informação nova. O estudo de Granovetter (1973) desenvolveu a teoria geral do capital social, o qual pressupõe que uma pessoa pode estabelecer diferentes contatos e que essas conexões podem levar essas pessoas a acessarem distintos recursos de forma rápida, como empregos, promoções etc.

Na década de 1980, a análise de rede social tornou-se um campo estabelecido nas ciências sociais a partir do surgimento de organização profissional, conferências, softwares especializados e periódicos. Na década de 1990, a análise de redes apresenta-se em um grande número de campos, incluindo a física e biologia. Como também em vários campos aplicados, tais como consultoria de gestão, saúde pública e crime organizado (BORGATTI et al., 2009). Nesses ambientes, os (as) pesquisadores (as) buscam por métodos de coleta e análise de dados para melhor compreender os fenômenos sociais em suas aplicações.

Na área da CI, no Brasil, as pesquisas sobre redes sociais surgem a partir do final da década de 1990, resultante da globalização econômica e cultural, em um cenário em que se ampliavam os processos da comunicação e dos fluxos informacionais modificados pelas novas tecnologias (MARTELETO, 2010).

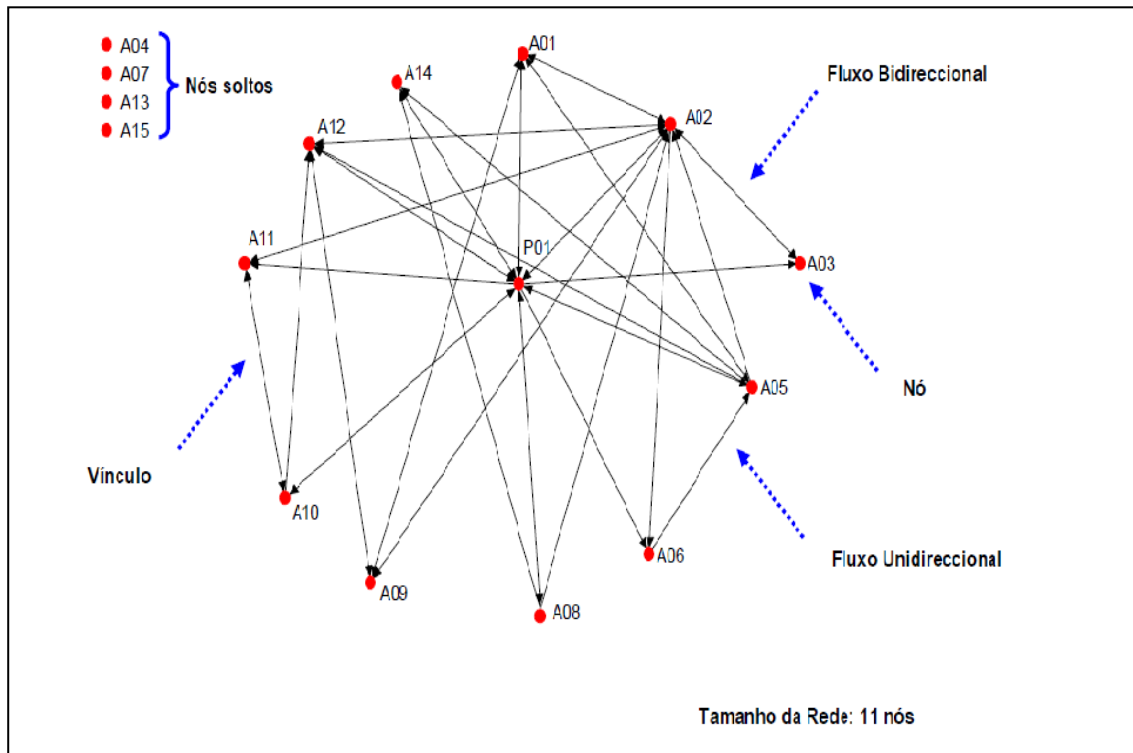
O emprego da ARS nos estudos da Ciência da Informação, combinando com teorias e conceitos próprios à investigação de determinados espaços e grupos sociais, leva o pesquisador a visualizar diferentes dimensões de análise do papel que desempenha a informação na consolidação dos grupos e suas ações e representações para a produção de sentidos e a intervenção social (MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 98).

A ARS “estabelece um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social” (MARTELETO, 2001, p. 72) evidenciando a construção de estudos que analisam as relações sociais entre os atores, estudando as opiniões e seus comportamentos, de modo que “a estrutura é apreendida concretamente como uma rede de relações e de limitações que pesa sobre as escolhas, as orientações, os comportamentos, as opiniões dos indivíduos” (MARTELETO, 2001, p. 72). Assim é possível identificar as possíveis relações de poder, compartilhamento, solidariedade ou conflito entre os atores sociais de uma determinada rede.

Percebe-se que por meio dessa metodologia é possível identificar como a informação circula entre os atores, percebendo pelos indicadores qual é a posição de cada um na rede, e assim verificar as relações de centralidade e troca de comunicação. “Pode-se então afirmar que comunicação e informação são elementos fundamentais nessa metodologia de análise para a compreensão dos modos de ser da sociedade e dos atores coletivos” (MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 85). Ainda é possível entender as questões que motivam o fortalecimento do grupo e suas demandas.

De acordo com Alejandro e Norman (2005) os elementos básicos para a composição de uma rede são os nós, as relações e os fluxos. Nesse sentido, cada ator social em uma rede é chamado de nó. A interação entre dois atores é uma díade, e a ligação entre três, tríade. Assim, a soma de todos os nós indica o tamanho da rede. A ligação entre dois ou mais nós, é chamada de vínculo ou relação. E os fluxos por sua vez, indicam a direção do vínculo e podem ser unidirecionais ou bidirecionais. Acrescenta-se ainda que, quando o nó não apresenta nenhum tipo de fluxo, é considerado solto dentro da rede. Como apontado na figura 11.

Figura 11 - Elementos básicos de uma rede.



Fonte: (ALEJANDRO; NORMAN, 2005, p. 3).

Na metodologia de ARS são empregadas diferentes medidas para o estudo do objeto analisado. Neste estudo foram empregadas as seguintes medidas, assim definidas por Alejandro e Norman (2005):

- Densidade da rede: indica em valores percentuais, o nível de conectividade da rede. Ela é obtida através do quociente das relações existentes com as relações possíveis;
- Grau de centralidade: consiste no número de atores aos quais um ator está diretamente ligado. É dividido em “grau de saída” e “grau de entrada”. O primeiro refere-se à soma das ligações que os nós têm com os outros e o grau de entrada é o somatório que os outros nós têm com o ator;
- Grau de intermediação: é a capacidade que um ator tem em intermediar as comunicações entre os demais nós.

Para tratar e analisar os dados obtidos na questão referente aos contatos dos membros do Conselho, empregou-se o software UCINET 6.665⁹, um programa que oferece uma plataforma para manipulação dos dados, apresentando elementos sobre a composição da rede, além de possibilitar a construção de diferentes diagramas por meio de um programa agregado, o NetDraw 2.166¹⁰ auxiliando na visualização dos dados da rede estudada ((BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002; BORGATTI, 2002).

Como apresentado nas linhas anteriores, a ARS pode ser aplicada em diversos estudos, no caso específico deste estudo, esse instrumento de análise está relacionado ao campo de estudos da informação e controle social por meio de conselhos de direitos.

4.2.2 Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)

De forma complementar à Análise de Redes Sociais (ARS), para analisar e interpretar os discursos coletados por meio das entrevistas aplicadas, utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que é um procedimento de pesquisa que tem sido utilizado em diferentes áreas e pode ser conceituado como “um método de processamento de dados verbais (obtidos de depoimentos ou outras fontes como jornais, revistas, pareceres legais, etc.) para dar luz a opiniões coletivas” (LEFÈVRE, 2017, p. 23):

O Discurso do Sujeito Coletivo é uma modalidade de apresentação de resultados de pesquisas qualitativas, que tem depoimentos como matéria prima, sob a forma de um ou vários discursos-síntese escritos na primeira pessoa do singular, expediente que visa expressar o pensamento de uma coletividade, como se esta coletividade fosse o emissor de um discurso (LEFEVRE; CRESTANA; CORNETTA, 2003, p. 70).

O DSC como técnica de análise, pressupõe cinco etapas de processamento (LEFÈVRE, 2017), a saber:

Primeira etapa - obtenção de depoimentos: consiste na escolha do melhor instrumento para obter os discursos dos (as) entrevistados (as). Podendo ser entrevistas individuais ou em grupos, presenciais ou a distância. É importante ficar

⁹ Disponível em: <https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/downloads>. Acesso em: 20 out. 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://sites.google.com/site/netdrawsoftware/home>. Acesso em: 20 out. 2018.

atento na hora de formular as questões para compor o instrumento, pois elas devem dialogar efetivamente com os objetivos e a problemática da pesquisa.

Segunda etapa - redução do discurso: representa o momento inicial de análise depois de coletar todos os depoimentos. “É a figura metodológica que denominamos de **Expressões Chaves (EC)**” (LEFÈVRE, 2017, p. 32, grifo do autor). Nesta etapa, são retirados os fragmentos essenciais e literais dos discursos dos sujeitos pesquisados. Conforme o autor, ao fazer estes recortes o (a) pesquisador não interfere nos fragmentos coletados.

Terceira etapa - busca do(s) sentido(s): descreve os sentidos percebidos em cada discurso, esta etapa é a **Ideia Central (IC)** ou **Ideias Centrais**, caso exista mais de uma. Nas palavras de Lefèvre (2017, p. 32) “é uma formulação sintética do pesquisador, uma ‘etiqueta semântica’ que permite identificar outros sentidos atribuídos pelo depoente à questão que lhe foi proposta”. Conforme o autor, para esta etapa o (a) pesquisador (a) pode usar outras palavras que não estavam nos discursos dos sujeitos. Nesta etapa, além da IC, existe também a **Ancoragem (AC)** que “diz respeito ao mecanismo geral em que o sujeito se apoia num conhecimento ou informação preexistente no seu repertório para poder dar sentido a um evento ou situação que a ele se apresente” (LEFÈVRE, 2017, p. 33). De acordo com o autor, a AC representa a teoria e as ideias usadas pelos sujeitos para responder aos questionamentos propostos.

Quarta etapa - categorização: constitui na criação de categorias que possam representar “depoimentos que apresentam Ideias Centrais ou Ancoragens de sentido semelhante” (LEFÈVRE, 2017, p. 34). O (a) pesquisador (a) cria as categorias de sentidos comuns e dá um nome. Para o autor, o processo de categorizar requer um cuidado minucioso e que o (a) pesquisador (a) possua bastante conhecimento sobre o tema da pesquisa.

Quinta etapa - discurso do sujeito coletivo: “une os discursos semelhantes e complementares dos sujeitos em um único discurso, que representa a manifestação do pensamento do grupo em relação a um tema específico” (ALMEIDA, 2005, p. 71). Esta etapa integra as expressões chaves (EC), ideias centrais (IC) ou ancoragens (AC) de sentido semelhante que foram classificadas e agrupadas pelo (a) pesquisador (a) em categorias. O DSC deve ser feito na primeira pessoa do singular, que responde pelo sujeito coletivo. Como bem aponta Lefèvre (2017), “um DSC está bem feito quando se configura ao leitor como o depoimento de

uma só pessoa” (LEFÈVRE, 2017, p. 36). Nesta pesquisa, o sujeito coletivo é a voz do CDCN, que se manifesta na primeira pessoa do singular.

Com o entendimento da importância dessas etapas para a construção do DSC, este estudo adotou as 5 etapas propostas por Lefèvre (2017). Primeiro, foi adotada a entrevista (APÊNDICE B) semiestruturada como instrumento para obtenção de depoimentos. Ela foi dividida em duas partes, a primeira com a “Caracterização do (a) conselheiro (a)” e a segunda com “Informações sobre o Conselho”. A entrevista foi constituída por questões abertas e fechadas, que foram analisadas separadamente.

Em seguida, as Expressões Chaves (EC) foram retiradas dos discursos dos (as) conselheiros (as) relativos às 12 perguntas abertas (a entrevista foi constituída de 15 perguntas, 14 abertas e uma fechada. A pergunta de número 15, por se tratar de uma questão genérica, não foi analisada fazendo o uso do DSC; estão destacadas em negrito, as Ideias Centrais (IC) retiradas das EC; as Ancoragens (AC) são as discussões teóricas para fundamentar os discursos dos (as) conselheiros (as); foram criadas as categorias a partir das IC; e por fim, o DSC é a síntese do discurso de cada sujeito.

4.3 COLETA DE DADOS

Os (as) conselheiros (as) foram antecipadamente contatados via e-mails e por telefone. No conteúdo das mensagens enviadas a eles (as) estava uma carta de apresentação, que explicava o tema da pesquisa, os objetivos e os motivos da participação no estudo.

Para a contatar os (as) conselheiros (as) houve alguns empecilhos para a consolidação das entrevistas. Uma das dificuldades encontradas nesta etapa da pesquisa foi a ausência de respostas dos (as) conselheiros (as) via e-mail. De todos os e-mails enviados, apenas uma pessoa respondeu. Além disso, antes de ir ao campo de pesquisa, foram realizadas algumas tentativas de agendamento via telefone, porém, não se obteve êxito.

Ao chegar no Conselho, junto da secretária, foi realizado novas tentativas. É importante informar que algumas cadeiras que compõe o CDCN estão desocupadas ou os (as) conselheiros (as) não apareciam nas reuniões. De posse das novas informações, foram realizados alguns contatos via telefone e agendado as

entrevistas. Outra dificuldade encontrada foi que ao se deslocar para o local agendado, em um dos casos, o (a) conselheiro (a) não compareceu.

As entrevistas foram realizadas em agosto de 2018, em vários ambientes, de acordo com a disponibilidade dos (as) entrevistados (as): na sede do CDCN, na Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Secretaria da Justiça e Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SJDHDS), na Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP), em uma escola pública estadual, na sede de um segmento de bloco afro e em um restaurante, todos os lugares localizados na cidade de Salvador – Bahia.

De forma a garantir o anonimato¹¹ dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as), foi criada uma legenda para identificação: **Ator A01, Ator A02, Ator A03, Ator A04, Ator A05, Ator A06, Ator A07, Ator A08, Ator A09 e Ator A10**. É importante ressaltar que um dos sujeitos entrevistados não participa da atual gestão, no entanto, por ter contribuído de forma efetiva para a criação e atuação do CDCN nos anos 1980 e posteriores, foi necessário ouvir seu discurso para ajudar a refletir e atender aos objetivos desta pesquisa. Foram procurados (as) outros (as) ex-conselheiros (as) para concederem entrevistas, porém não se obteve êxito. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente e foram gravadas com o auxílio de dois aparelhos celulares, que converteram o áudio no formato mp3, para posterior transcrição. A soma total do tempo das 10 entrevistas foi de seis horas, 48 minutos e 54 segundos e o tempo médio foi de 40 minutos e 53 segundos.

No que se refere à pesquisa documental, todos os documentos foram coletados no acervo institucional situado na sede do CDCN. Neste espaço, existe uma sala onde estão armazenados em caixas de arquivo alguns documentos, fotos, atas, materiais de divulgação etc., das gestões passadas e da atual. A coleta de dados no acervo compreendeu os meses de abril e agosto de 2018. O próximo capítulo apresenta a análise e os resultados da pesquisa.

¹¹ Todos (as) os (as) entrevistados (as) assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), autorizando a divulgação dos dados discursivos e a não publicação de seus nomes (APÊNDICE C). Cada entrevistado (a) possui uma via do TCLE.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados a análise e os resultados da pesquisa realizada no CDCN. Para atender aos objetivos da pesquisa, foram analisados as posições e os papéis dos (as) conselheiros (as) na transferência da informação; as ações desenvolvidas pelo Conselho; as relações de comunicação e os fluxos de informação entre o CDCN e outros Conselhos, como também entre as esferas governamentais e sociais.

5.1 REDES SOCIAIS NO CDCN: POSIÇÕES DOS (AS) CONSELHEIROS (AS) NA CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A primeira parte do roteiro da entrevista “Caracterização do (a) conselheiro (a)” se propôs a identificar o perfil dos (as) conselheiros (as) do CDCN, como pode ser observado nas tabelas de 3 a 5.

Tabela 3 – Faixa etária e sexo dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as).

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO
26 a 33	1
34 a 41	2
42 a 58	5
59 ou mais	2
TOTAL	10
SEXO	NÚMERO
MULHER	6
HOMEM	4
TOTAL	10

Na tabela 3, nota-se que os (as) conselheiros (as) entrevistados (as) possuem idade mínima de 26 anos e idade máxima de 59 anos ou mais. Grande parte deles (as) está na faixa dos 40 anos em diante. Além disso, seis são do sexo feminino e quatro do sexo masculino.

A tabela 4 apresenta o nível de escolaridade dos (as) conselheiros (as) entrevistados.

Tabela 4 – Nível de escolaridade dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as).

ESCOLARIDADE	NÚMERO
GRADUAÇÃO COMPLETA	1
GRADUAÇÃO EM ANDAMENTO	3
PÓS-GRADUAÇÃO COMPLETA	3
PÓS-GRADUAÇÃO EM ANDAMENTO	3
TOTAL	10

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nesta primeira parte é importante perceber que todos (as) possuem escolaridade mínima de ensino médio. Seis possuem pós-graduação lato e stricto sensu. E dois (duas) ainda estão cursando cursos de graduação. Acredita-se que por meio destas formações acadêmicas, os (as) conselheiros (as) estão buscando conhecimento para contribuir, cada vez mais, com a sua participação no CDCN e em outras esferas.

A tabela 5 mostra o tempo de atuação de cada um (a) no Conselho.

Tabela 5 – Tempo de atuação no CDCN dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as).

TEMPO DE ATUAÇÃO	NÚMERO
1 a 5	5
5 a 9	-
10 a 15	2
16 a 20	2
21 a 25	1
TOTAL	10

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme se verifica nesta primeira parte da entrevista, tabela 5, cinco deles (as) têm mais de 10 anos de atuação no CDCN, o que autoriza afirmar que o Conselho possui membros com vasta experiência no campo da gestão pública e controle social. Vale lembrar que o mandato dos (as) conselheiros (as) é de quatro anos com direito a recondução e que 50% dos membros da sociedade civil são sempre renovados a cada dois anos, o que justifica o período de participação dos (as) outros (as) cinco entrevistados (as). Essa prática favorece a garantia de continuidade dos trabalhos desenvolvidos no Conselho.

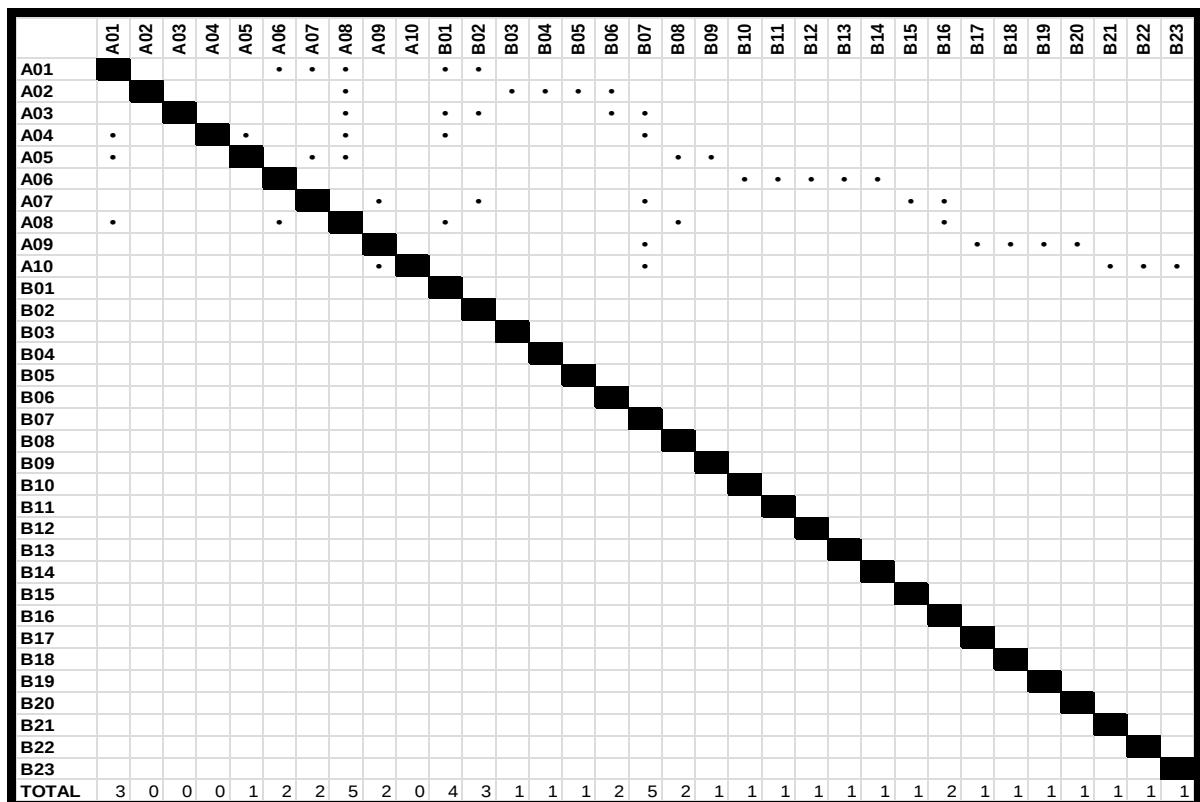
A segunda parte do roteiro da entrevista “Informações sobre o Conselho” destinou-se a conhecer o modo de criação; atuação; o público alvo; a dinâmica das

reuniões; as ações; identificar os instrumentos de disseminação da informação e os meios para se informar e comunicar; as relações sociais entre os (as) conselheiros (as) e outros conselhos de políticas públicas que diferem do CDNC, entre outras.

Os dados coletados para mapear e analisar as redes sociais dos membros do CDNC foram extraídos da questão - **Com quais pessoas (integrantes ou não do CDCN) você tem interagido de forma mais frequente em função do seu trabalho como conselheiro (a)? Por favor, cite os nomes e respectivos cargos/instituições de até 5 pessoas.** Foram analisadas algumas medidas da análise de redes sociais e utilizado, como já citado, o software Ucinet e o NetDraw (BORGATTI; EVERETT; FREEMAN, 2002) para a configuração e a análise dos dados. Para a inserção dos dados no software construiu-se no *Excel* uma matriz de adjacência, onde foram registrados os nomes dos (as) conselheiros (as) entrevistados (as) e as citações de contatos feitas por eles (as).

De acordo com a pergunta, cada um (a) dos (as) 10 entrevistados (as) poderia indicar até cinco pessoas que eles (as) mais interagem em função de suas atividades no Conselho. As conexões entre os (as) conselheiros (as) podem ser observadas na matriz de adjacências da figura 12. A coluna vertical da matriz indica os nomes de cada um dos atores, os quais se repetem na linha horizontal. Os atores de A01 a A10, são as pessoas que foram entrevistadas e de B01 a B23, são as que foram citadas pelos membros entrevistados, por este motivo, apareceram no sociograma. Os pontos pretos indicam a ligação entre os atores, os campos vazios representam a ausência das ligações e os quadrados preenchidos totalmente de preto representam que os atores entrevistados não poderiam se auto citar.

Figura 12 - Matriz de adjacências.

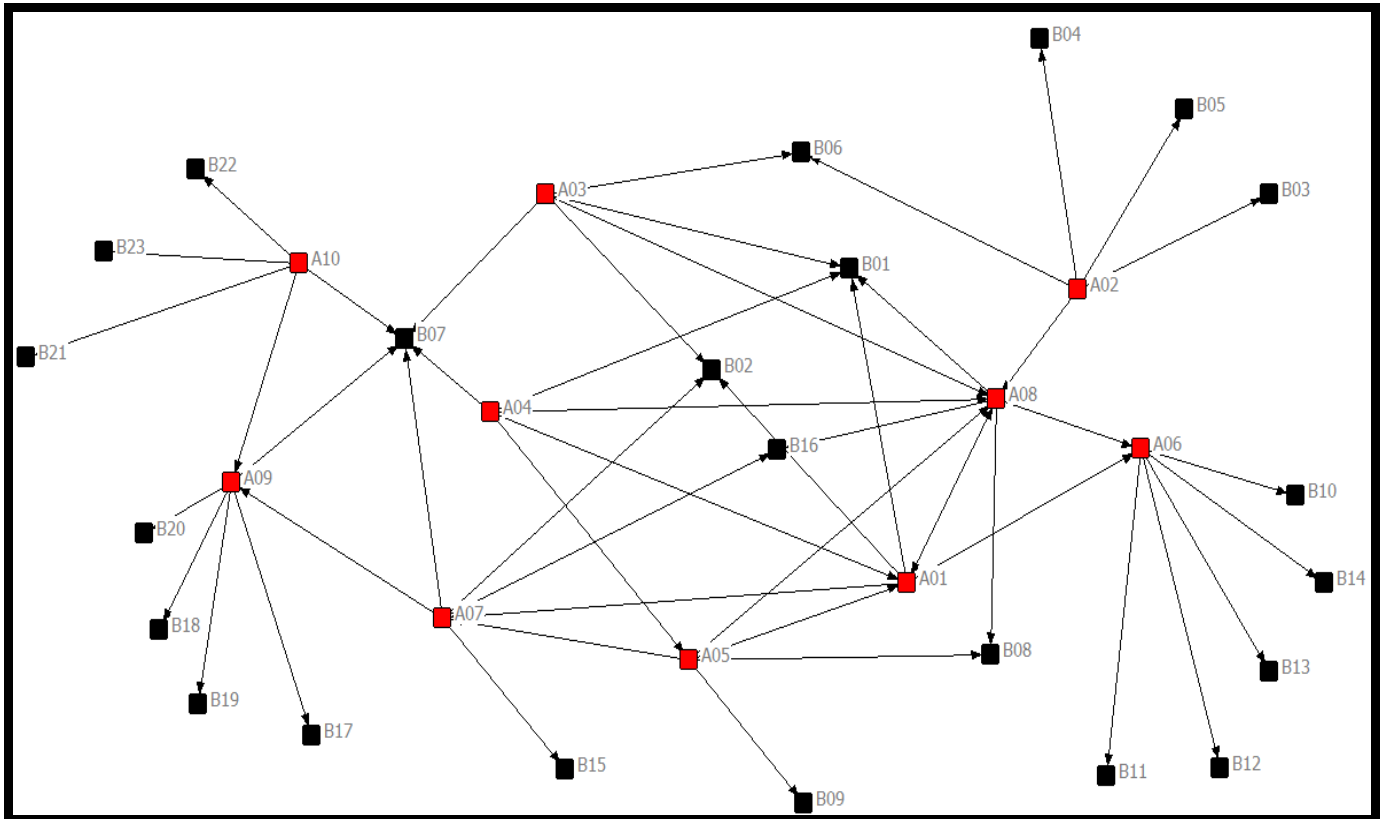


Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando a matriz de adjacência da figura 12, verifica-se que o ator **A01** citou os atores A06, A07, A08, B01 e B02; O **A02** citou A08, B03, B04, B05 e B06; **A03** citou A08, B01, B02, B06 e B07; **A04** citou A01, A05, A08, B01 e B07; **A05** citou A01, A07, A08, B08 e B09; **A06** citou B10, B11, B12, B13 e B14; **A07** citou A09, B02, B07, B15 e B16; **A08** citou A01, A06, B01, B08 e B16; **A09** citou B07, B17, B18, B19 e B20; **A10** citou A09, B07, B21, B22 e B23.

A figura 13 apresenta o sociograma, ou seja, a representação visual dos elos entre os atores, em que cada ator representa um nó, totalizando uma rede de 33 nós. Os nós de cor vermelha e que possuem códigos de A01 a A10, são os (as) conselheiros (as) entrevistados (as), e os de cor preta, B01 a B23, são os contatos indicados por eles (as). Assim, além de citarem nomes de integrantes do Conselho que foram entrevistados, também citaram nomes de pessoas com as quais interagem em função das suas ações junto ao CDCN.

Figura 13 - Representação gráfica da rede de contatos dos (as) conselheiros (as).



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ainda verificando a representação gráfica da rede social dos (as) conselheiros (as), figura 13, é possível afirmar que os atores A08 e B07 foram indicados como os principais contatos pelos (as) entrevistados (as), correspondendo ao total de cinco citações cada. O B01 foi citado quatro vezes, o A01 e B02 foram citados três vezes. O A06, A07, A09, B06, B08 e B16, foram citados duas vezes. Já o A05, B03, B04, B05, B09, B10, B11, B12, B13, B14, B15, B17, B18, B19, B20, B21, B22 e B23, foram citados apenas uma vez, por fim, o A02, A03, A04 e o A10, não foram citados.

5.1.1 Densidade da rede

A densidade da rede identifica a quantidade de ligações entre atores que uma rede possui. “Quanto maior o número de ligações entre os atores, mais densa é considerada a rede” (MARTELETO; TOMÁEL, 2005, p. 91). Para calcular e encontrar a densidade, é necessário dividir o número de relações existentes pelo número de relações possíveis, multiplicando o resultado por 100. Desse modo, a

rede tem 23 interações de 50 relações possíveis. Feito o cálculo tem-se a densidade de 46%, o que permite dizer que a rede tem boa comunicação direta entre todos os atores.

5.1.1 Centralidade de grau

A centralidade se caracteriza pelo número de atores aos quais um ator está ligado. De acordo com Marteleto e Tomáel (2005, p. 94), esta medida tem se tornado “uma ferramenta básica para a identificação de indivíduos-chave na rede, desde o início dos estudos de redes”. O grau de centralidade da rede divide-se em grau de entrada e grau de saída, dependendo da direção dos fluxos de informação ou comunicação. O de saída é a soma das relações que o ator tem com os outros, por exemplo, o A01 interage com cinco atores, assim, o seu grau de saída é 5. Já o de entrada é a soma das relações que os outros nós têm com o ator, desse modo, três atores interagem com o A01, logo, o seu grau de entrada é três.

Como se pode notar na tabela 6, o ator que possui maior grau de centralidade é o A08. Quanto ao grau de entrada, é possível observar que o ator B07 possui o mesmo valor de entrada do A08, porém, o grau de saída é inexistente, uma vez que o B07 não foi entrevistado, mas foi citado por cinco entrevistados (as). Conforme Tomáel e Marteleto (2006, p. 79) “os atores que têm maior probabilidade de transferir e receber informações de toda a rede são os que detêm o maior número de caminhos na rede”. Portanto, os atores A08 e B07 são os que têm mais possibilidades de receberem informações da rede.

Por meio das entrevistas, constatou-se que o ator A08 carrega grande influência na rede. Apesar de estar há pouco tempo no CDCN, o ator desempenha um cargo hierárquico no Conselho. Isto autoriza pensar, que muitos atores buscam, trocam e comunicam informações com ele (a) devido seu cargo e importância no Conselho. Em contrapartida, o ator B07 não faz parte da atual gestão do Conselho, mas possui grande prestígio em relação aos outros. Este ator atualmente ocupa cargo na SEPROMI e já foi presidente (a) do CDCN.

Tabela 6 - Centralidade de grau.

Ator	Grau de saída	Grau de entrada	Grau de saída normalizado	Grau de entrada normalizado
A01	5.000	3.000	0.156	0.094
A02	5.000	0.000	0.156	0.000
A03	5.000	0.000	0.156	0.000
A04	5.000	0.000	0.156	0.000
A05	5.000	1.000	0.156	0.031
A06	5.000	2.000	0.156	0.063
A07	5.000	2.000	0.156	0.063
A08	5.000	5.000	0.156	0.156
A09	5.000	2.000	0.156	0.063
A10	5.000	0.000	0.156	0.000
B01	0.000	4.000	0.000	0.125
B02	0.000	3.000	0.000	0.094
B03	0.000	1.000	0.000	0.031
B04	0.000	1.000	0.000	0.031
B05	0.000	1.000	0.000	0.031
B06	0.000	2.000	0.000	0.063
B07	0.000	5.000	0.000	0.156
B08	0.000	2.000	0.000	0.063
B09	0.000	1.000	0.000	0.031
B10	0.000	1.000	0.000	0.031
B11	0.000	1.000	0.000	0.031
B12	0.000	1.000	0.000	0.031
B13	0.000	1.000	0.000	0.031
B14	0.000	1.000	0.000	0.031
B15	0.000	1.000	0.000	0.031
B16	0.000	2.000	0.000	0.063
B17	0.000	1.000	0.000	0.031
B18	0.000	1.000	0.000	0.031
B19	0.000	1.000	0.000	0.031
B20	0.000	1.000	0.000	0.031
B21	0.000	1.000	0.000	0.031
B22	0.000	1.000	0.000	0.031
B23	0.000	1.000	0.000	0.031

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ainda verificando a tabela 6, os atores A01, B01 e B02 também possuem altos índices de centralidade na rede do CDCN. O ator A01 está no Conselho há mais de 15 anos, o que pode ter favorecido sua posição na rede. O tempo de atuação no Conselho pode confirmar a grande influência deste ator nas decisões e no desenvolvimento das ações da instituição. Durante a entrevista, percebeu-se que este ator consegue comunicar informações de fatos passados e que podem contribuir para a memória do CDCN. Esta prática é importante para a população

negra, pois, nas tradições de matriz africana, os (as) mais velhos (as) exercem um papel de poder ao transmitirem informações por narrativas. Essas informações, a partir das experiências do ator, podem contribuir para a construção de novas formas de atuação na luta pela igualdade racial (VALÉRIO, 2014).

Os atores B01 e B02 também possuem fortes influências na rede, talvez por já terem atuado como conselheiros (as) do CDCN em gestões anteriores. Acredita-se que os atuais membros recorrem a esses atores na busca de informações que possam sanar dúvidas, solucionar problemas, tomar decisões, entre outros. É importante evidenciar que existe a possibilidade desses atores trazerem novas informações para a rede, podendo ajudar na formulação de políticas públicas para promoção da igualdade racial.

5.1.2 Centralidade de intermediação

O grau de intermediação mede a posição dos atores na rede em relação ao seu potencial de agir como intermediários, funcionando como pontes ou mediadores no fluxo das informações. Para Marteleto (2001, p. 79) “o papel do mediador traz em si a marca do poder de controlar as informações que circulam na rede e o trajeto que elas podem percorrer”. Desse modo, quanto maior for o grau de intermediação do mediador, maiores serão as chances de ele controlar as informações na rede.

Mais uma vez, observando a tabela 7, o ator A08 se destaca por possuir o maior grau de intermediação. Em segundo lugar se encontra o ator A07, e, em seguida, os atores A01, A09, A06 e A05. Os atores A02, A03, A04, A010 apresentam ausência de intermediação na rede ao obterem o índice zero. Além desses, os atores B01 a B23, também obtiveram índice zero, pois, não possuem grau de saída, uma vez que não foram entrevistados.

Tabela 7 - Grau de centralidade de intermediação.

Ator	Grau de intermediação	Grau de intermediação normalizado
A08	45.000	4.536
A07	41.500	4.183
A01	36.500	3.679
A09	32.000	3.226
A06	30.000	3.024
A05	5.000	0.504
A02	0.000	0.000
A04	0.000	0.000
A03	0.000	0.000
A10	0.000	0.000
B01	0.000	0.000
B02	0.000	0.000
B03	0.000	0.000
B04	0.000	0.000
B05	0.000	0.000
B06	0.000	0.000
B07	0.000	0.000
B08	0.000	0.000
B09	0.000	0.000
B10	0.000	0.000
B11	0.000	0.000
B12	0.000	0.000
B13	0.000	0.000
B14	0.000	0.000
B15	0.000	0.000
B16	0.000	0.000
B17	0.000	0.000
B18	0.000	0.000
B19	0.000	0.000
B20	0.000	0.000
B21	0.000	0.000
B22	0.000	0.000
B23	0.000	0.000

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Como consta na tabela 7 acima, seis atores possuem algum tipo de poder para intermediar as informações na rede. Sendo que, o A08 e o A07 são os que mais detêm este tipo de poder. Um aspecto importante para calcular o grau de

intermediação da rede, é que cada ator deve ter pelo menos um grau de entrada e um de saída. Desse modo, olhando para a tabela 6, percebe-se que apenas seis atores (A01, A05, A06, A07, A08 e A09) possuem entrada e saída (citaram e foram citados), e que os outros atores da rede não apresentam esses dados (apenas citaram ou foram citados), por isso, não exibem grau de intermediação.

As entrevistas apontaram que grande parte dos atores possuíam algum índice de intermediação, com exceção dos atores A05 e A08, que estão no CDCN há mais de 10 anos. Talvez esse grande tempo de atuação justifique o controle desses atores na comunicação da informação sobre os demais. Além do mais, os atores A08 e A07 são representantes estratégicos dentro do Conselho, um representa a vice-presidência e o outro a suplência da presidenta.

5.2 DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO: A VOZ DOS (AS) CONSELHEIROS (AS) DO CDCN

Nesta seção estão os Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs), referentes aos depoimentos dos 10 sujeitos da pesquisa ao responderem as perguntas da entrevista. O DSC é o agrupamento das Expressões Chaves (EC), cujas Ideias Centrais (IC) são semelhantes ou complementares de cada questão, é “um depoimento síntese, redigido na primeira pessoa do singular, como se tratasse de uma coletividade falando na pessoa de um indivíduo” (LEFÈVRE, 2017, p. 16).

Neste sentido, o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi construído na soma produzida a partir de cada depoimento individual, representando o pensamento do coletivo. Assim, o sujeito coletivo é constituído pela voz do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN).

No Apêndice C encontram-se, em formato de quadros, o instrumento de DSC, isto é, as Expressões Chaves (EC) e as Ideias Centrais (IC) a partir dos depoimentos coletados e transcritos de todas as respostas individuais. Para a elaboração do Apêndice C, após as transcrições, foram empregados dois passos:

- 1) Foram identificadas e extraídas as Expressões Chaves (EC), ou seja, as passagens das entrevistas na transcrição literal, que significassem o pensamento/resposta de cada conselheiro (a) sobre a questão. Foi preciso analisar cada depoimento e recolher o conteúdo essencial relativo a cada

uma das 12 perguntas abertas (a entrevista foi constituída de um total 15 perguntas, 14 abertas e uma fechada. A pergunta de número 15, por se tratar de uma questão genérica, não foi analisada pelo DSC e a questão 9 foi analisada com a técnica de Análise de Redes Sociais). Em algumas perguntas, a resposta foi copiada de forma integral, por ser uma resposta resumida e objetiva;

- 2) Foram identificadas das Expressões Chaves (EC) as Ideias Centrais (IC), ou seja, o sentido que responde às perguntas. Assim, foi destacado em negrito, as ideias centrais que permitiram perceber o posicionamento de cada conselheiro (a). As expressões chaves não têm interferência do (a) pesquisador (a), já nas ideias centrais o (a) pesquisador (a) “pode ou não usar, as palavras que estão no texto” (LEFÈVRE, 2017, p. 33).

Dito isso, os instrumentos apresentados no Apêndice C, serviram para a formulação do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) referente às respostas para cada questão analisada e se encontram em itálico nos quadros a seguir. É importante salientar que, para a elaboração do DSC, foi necessário usar técnicas de adição e “encontrar um depoimento que ‘adapte-se melhor’ com o começo de narrativa, outro com o fim de narrativa, fazer link entre as ideias, usando conectivos (...)” (LEFÈVRE, 2017, p. 36), proporcionando uma coesão e coerência no discurso, assim, “um DSC está bem feito quando se configura ao leitor como o depoimento de uma só pessoa” (LEFÈVRE, 2017, p. 36).

Em primeiro lugar, foi perguntado: **Como se deu a constituição do CDCN?** **Em que contexto?** Das Expressões Chaves (EC), foram extraídas três categorias que demonstraram os motivos e o contexto de surgimento do CDCN, como podem no quadro 3.

Quadro 3 - Categorias e DSC da questão: Como se deu a constituição do CDCN? Em que contexto?

CATEGORIAS
<i>Categoria 1: Movimento social negro</i> <i>Categoria 2: Implementação e fiscalização de políticas</i> <i>Categoria 3: Representação da comunidade negra</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 1
<i>O CDCN surge a partir das discussões do movimento negro de você ter um órgão, que faça essa discussão para dentro do Estado, um órgão fiscalizador do controle das políticas de promoção da Igualdade. O CDCN tem 31 anos e foi formado na gestão do primeiro governador, que nós reportamos progressista, foi na gestão de Waldir Pires e tinha sido algo pautado pelo movimento social, pelo movimento negro unificado e pelos grupos que defendiam a pauta, eles pediram a constituição desse Conselho. Ele foi criado devido à falta de um organismo que lutasse pela questão do racismo, da discriminação e dos preconceitos. Você não tinha políticas de promoção da Igualdade específica na Bahia, então o Conselho nasce para implementar e dialogar com poder público, políticas de promoção da igualdade que agregassem todos os anseios de uma comunidade bem específica que é a comunidade negra. O CDCN funcionava como se fosse a representação da sociedade e comunidades negras da Bahia, para que se fizessem as críticas às políticas da época, que se fizessem encaminhamentos das necessidades da comunidade negra. Ele, pode-se dizer, que foi o nascedouro de muitas políticas que hoje formam ou compõem as atribuições dessa secretaria, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI).</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

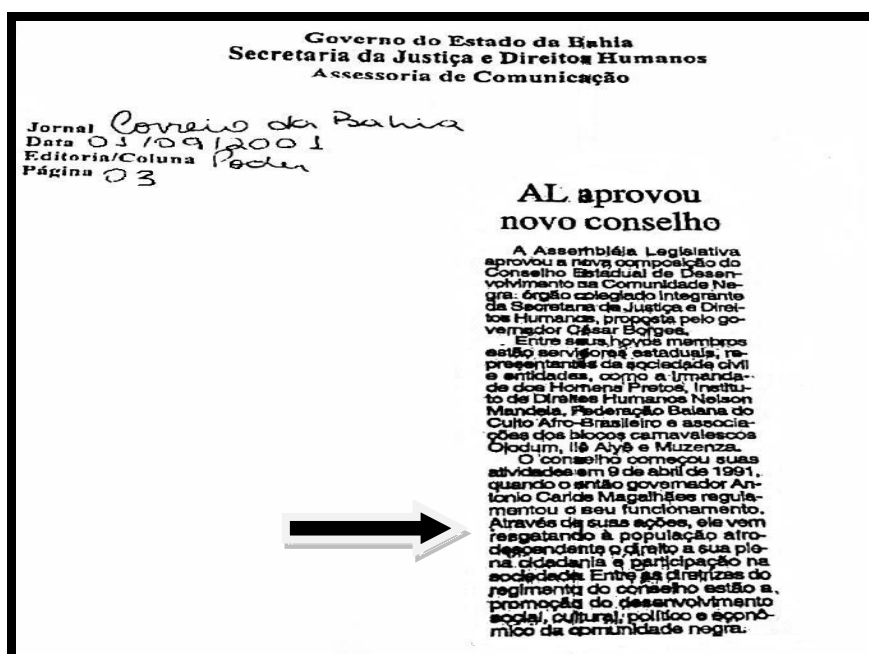
No que tange à criação do CDCN, as décadas de 1970 e 1980 demonstram o surgimento e a crescente luta dos Movimentos Sociais Negros. Para Gohn (2000) os movimentos sociais surgem a partir de interesses em comum, em busca de soluções para diversos problemas. Assim, o CDCN surge da ação de diferentes entidades do movimento negro local, como blocos afros, afoxés, pesquisadores (as) acadêmicos, grupos de mulheres negras, povos de santo, entre outros. Nesse cenário, o nascimento do CDCN responde às reivindicações desses movimentos pela necessidade de um órgão que representasse um canal de comunicação e representação da sociedade civil com o Estado. Tratava-se da fiscalização e implementação das políticas públicas direcionadas aos interesses da população negra.

Conforme Ferreira (2018) o CDCN foi criado em um Estado que não via as questões raciais na estruturação da sociedade. Naquele momento, por exemplo, não existiam órgãos federais que discutissem a questão da população negra. Somente

em 1988, o governo federal fundou a primeira instituição pública voltada para esta comunidade, que foi a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada ao Ministério da Cidadania.

No ano de 2019, o Conselho comemora 32 anos de existência. O DSC apresentado, mostra que o CDCN se tornou referência para a comunidade negra baiana. Na pesquisa documental, foi identificado que embora o Conselho tenha surgido em 1987, só obteve sua regulamentação em 09 de abril de 1991, quando o governador da época regulamentou o seu funcionamento, conforme a figura 14.

Figura 14 - Regulamentação de funcionamento do CDCN em 1991.



Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

Santos (2005) apresenta dois motivos pelos quais tenta justificar esse intervalo de tempo entre a criação e a regulamentação do Conselho. Para o autor, analisando entrevistas aplicadas aos (as) conselheiros (as), o primeiro motivo estava nos limites do plano burocrático do Estado e também sobre a remuneração dos (as) conselheiros (as). Além disso, a falta de recursos e de espaço físico contribuíram para a não regulamentação. E o segundo, é que ele não fosse apenas um órgão consultivo e sim, representativo. Ou seja, que atendesse as necessidades das entidades envolvidas e da sociedade, deliberando e executando as ações.

Depois da regulamentação os (as) primeiros (as) conselheiros (as) do CDCN tomaram posse em 15 de maio de 1992, no Hotel Bahia, localizado em Salvador – BA, como consta na figura 15.

Figura 15 - Posse dos (as) conselheiros (as) do CDCN em 1992.



Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

O quadro 4 apresenta a listagem dos (as) primeiros (as) conselheiros (as) empossados (as) em 1992.

Quadro 4 - Composição dos (as) conselheiros (as) da primeira gestão do CDCN – 1992.

TITULARES E SUPLENTES	INSTITUIÇÕES
Titular: Arany Santana Neves Santos Suplente: Humberto Argollo	Secretaria da Educação e Cultura
Titular: Valquiria Barbosa da Silva Suplente: Antonio Carlos Santos	Secretaria da Segurança Pública
Titular: Luiza Matheus Mercês Suplente: José .Andrade Mendonça	Secretaria do Trabalho e Ação Social
Titular: Maria Alice Souza Correia Suplente: Rosy Mary Jesus Santos	Secretaria da Justiça e Direitos Humanos
Suplente: Roberto Leite Alves	Secretaria da Saúde
Titular: Nivaldo Pereira da Silva Suplente: Hildelicio Fiuza G. de Sena	Ordem dos Advogados do Brasil
Titular: Yeda Machado Ribeiro dos Santos Suplente: Marcia Maria de Sousa	Comunidade Acadêmica
Titular: Manoel Ferreira Canário Suplente: Djalma Guedes Figueiredo	Associação Bahiana da Imprensa
Titular: Anália da Paz Santos Leite Suplente: Sandra Maria Bispo	Irmandades da Boa Morte e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Titular: Carmen Oliveira da Silva Suplente: Kátia Borges Badaro	Associação de São Jorge Ebé Oxossi Ilê Axé Omin Iyá
Titular: Claudecyr Amorim Hoffmam Suplente: Jessy Rosenda de Deus	Instituto Nacional e Órgão Supremo Sacerdotal de Tradição e Cultura Afro-Brasileira
Titular: André do Nascimento Suplente: Maria de Lurdes de Souza	Associação Nacional para Maior Participação dos Descendentes Africanos
Titular: Dalvadísio Fonseca de Melo Suplente: Rosangela S. Rocha Guimarães	Sociedade Recreativa e Carnavalesca Filhos de Gandy
Titular: Euzébio Carlos Cardoso Ferreira Suplente: Marcelo Gentil N. da Cruz	Grupo Cultural Olodum
Titular: Valdina Oliveira Pinto Suplente: Dirceu Lopes Vigna Teixeira	Federação Baiana de Culto Afro-Brasileira
Titular: Walter Crispim da Silva Suplente: Aurivadína de C. Padilha Gleiser	Sociedade Protetora dos Desvalidos
Titular: Mario do Nascimento Suplente: Arnóbio Américo Rios	Sociedade Cultural Beneficente e Recreativa dos Nigerianos no Brasil e Amigos Niger Bras
Titular: José Gabriel Góes Suplente: José Souza Góes	Academia de Capoeira Bahiana
Titular: Vivaldo da Costa Lima Suplente: Jeferson Afonso Bacelar	Sociólogos
Titular: Júlio Santana Braga Suplente: Jocenira Francisca B. Pereira	Antropólogos

Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

Percebe-se nesta composição, a presença de várias mulheres liderando as cadeiras titulares, o que oportuniza refletir e questionar sobre o tema de gênero neste espaço político, uma vez que o machismo tem colaborado cada vez mais para a exclusão e invisibilidade da mulher nesses espaços de disputas. Será que a presença das mulheres no Conselho, permitia uma discussão sobre igualdade de gênero? A primeira presidência ficou a cargo de uma mulher, a conselheira Valdina Oliveira, representante da Federação Baiana de Culto Afro-Brasileiro, e na vice-presidência o conselheiro Júlio Braga, antropólogo.

O CDCN quando criado foi vinculado à Secretaria da Justiça e Direitos Humanos. E em 2006, com a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI), passou a integrar esta secretaria até os dias atuais. A SEPROMI “foi a primeira no Brasil a tratar de políticas públicas para mulheres, negras e negros [...] e se tornou um divisor de águas no enfrentamento político contra as desigualdades sociais e raciais no estado da Bahia” (BRASIL, 2015, documento online). O próximo discurso apresenta como o CDCN atua no estado da Bahia.

Quadro 5 - Categoria e DSC da questão: O Conselho atende a todas as cidades do Estado? De que forma?

CATEGORIA
<i>Categoria 4: Programa de interiorização</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 2
<i>Sim, foi criado como Conselho do estado e então começou a fazer visitas nos interiores e descobrindo os excessos de descasos nas cidades. A Bahia é um estado que têm 417 municípios, então ele atende dentro da medida das possibilidades, o certo seria que se tivesse representação Regional, mas eu acho e eu acredito que isso ainda vai ocorrer, no momento ainda não ocorre. Ele foi criado com essa ambiência Estadual e hoje a estrutura é diferenciada, com uma secretaria específica de promoção da Igualdade. O Conselho é deslocado para essa secretaria e passa a ter uma estrutura que faça com que as ações, hoje, aconteçam em diversos municípios. Além disso, nós temos uma unidade móvel, que facilita as interlocuções e a descentralização das ações do Conselho, de levar para estas cidades, informações sobre o Conselho, como ele atua e onde está localizado; quem são as pessoas que podem procurar; quem são os órgãos que podem ser representados. Uma das ações que foi levada para as cidades do interior foi a capacitação, cursos de qualificação para comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e comunidades indígenas. Ele se desloca daqui em audiências públicas para ajudar as comunidades nos movimentos locais a formarem seus próprios conselhos, como aconteceu em São Gonçalo dos Campos e que hoje já está na fase de preparação da lei, que será encaminhada para a câmara de vereadores. Então, a existência do CDCN tem colaborado para que esse processo de formação de construção dos documentos que fazem funcionar o conselho seja um pouco mais rápido, do que foi no caso dele, que não tinha uma precedência. Temos internamente algumas políticas que são políticas no campo dos territórios quilombolas, criamos a Comissão dos Quilombolas, que começou a catalogar os quilombos do estado da Bahia e a denunciar os excessos de descasos que o Estado tinha e começamos a conscientizar os quilombolas sobre sua importância e direitos.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Fica evidenciado pelo discurso dos (as) conselheiros (as), no quadro 5, que o CDCN conjuntamente com a SEPROMI, tem desenvolvido ações que visam levar informações às cidades do interior do estado. Essas ações são realizadas por meio de um processo itinerante. Os atendimentos realizados pelo CDCN no interior do estado tendem a fortalecer os movimentos locais de cada município, a fim de auxiliar essas cidades a constituírem seus próprios conselhos na luta contra a discriminação racial, como por exemplo a lei de criação do conselho de São Gonçalo dos Campos – BA.

O estado da Bahia possui 417 municípios, a partir do discurso do quadro 5, é possível perceber que por falta de estrutura e recursos é impossível atender a todos

os municípios. No entanto, o Conselho tem se esforçado para desenvolver ações que possam alcançar grande parte da população.

Conforme o regulamento do Conselho, o CDNC possui a seguinte organização: Presidência; Plenário; Coordenação Executiva; Comissões e Secretaria Executiva (BRASIL, 2012), cada uma com suas atribuições e competências. Assim, o DSC informa que foram criadas comissões para a realização de ações específicas, como é o caso da interiorização pela Comissão dos Quilombos, que realizou o mapeamento e a catalogação dessas comunidades em todo o Estado.

Quadro 6 - Categorias e DSC da questão: Sobre as reuniões do CDCN: como são estabelecidas as pautas e como são conduzidas?

CATEGORIAS
<i>Categoria 5: Planejamento anual</i> <i>Categoria 6: Comissão executiva</i> <i>Categoria 7: Demandas do movimento</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 3
<i>Nós temos um planejamento anual, e nesse planejamento são decididas as datas com todos os conselheiros convidados e o calendário anual das reuniões é aprovado pelo plenário. Elas são ordinárias, existe um regimento que normatiza como deve ser essas reuniões. A reunião é conduzida pela secretária e as pautas são escolhidas através da secretaria executiva e a reunião só acontece quando tem quórum e são realizadas com a presença de no mínimo 1/3 de seus membros titulares ou suplentes.</i> <i>As pautas são estabelecidas pela comissão executiva em uma reunião que antecede as reuniões ordinárias. A gente recebe as denúncias e também os conselheiros levam as demandas do seu conhecimento e ao discuti-las se separa o que pode ser levado para a reunião de todos os conselheiros juntos. As pautas são formatadas a partir dos anseios da comunidade e estabelecidas pelas demandas das entidades, principalmente, as questões raciais.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

De acordo com o DSC do quadro 8, as reuniões do CDCN são estabelecidas por meio de um planejamento anual pelos (as) conselheiros (as) ali presentes, com o auxílio de um regimento interno que direciona como devem ocorrer as reuniões e que devem ser conduzidas pela (o) secretária (o) e que só podem ocorrer caso

estejam presentes pelo menos um terço dos (as) conselheiros (as) titulares ou suplentes. As reuniões geralmente são realizadas na sede do CDCN e quando realizadas em outros espaços, devem ser justificadas, votadas e divulgadas com bastante antecedência (BRASIL, 2012). De acordo com o artigo 25 do regulamento do CDCN:

As sessões do Conselho serão públicas e as votações abertas, ou secretas quando requeridas, sendo permitida livre manifestação dos Conselheiros presentes, titulares ou suplentes, sobre os assuntos constantes na pauta, devendo a palavra ser solicitada junto à coordenação dos trabalhos, sempre respeitada a ordem de inscrição e registrando-se em ata as declarações nominais de voto, caso seja requerida pelo Conselheiro (BRASIL, 2012, p. 7).

Nota-se que o Conselho possui uma organização bem estabelecida, isso demonstra responsabilidade e comprometimento para o desenvolvimento de ações e participação ativa de todos (as) os (as) conselheiros (as). Pois, como foi visto na primeira etapa da entrevista, alguns membros moram em cidades do interior do estado, além disso, muitos trabalham em instituições diferentes e precisam se programar para estarem nas reuniões.

As pautas levadas para as reuniões ordinárias são estabelecidas por meio de uma comissão, a Comissão Executiva, que se reúne para debater e decidir quais pautas serão direcionadas à reunião principal, de acordo com os anseios da comunidade e demandas emergentes, e que atendam principalmente as questões raciais. Em outras palavras, a referida comissão faz uma filtragem das pautas que necessitam de um maior cuidado e olhar analítico de todos (as). Acredita-se que as demandas classificadas como mais simples, são resolvidas antes mesmo de irem para a reunião ordinária.

A partir do discurso do quadro 8, percebe-se que as pautas surgem a partir das demandas do movimento negro. Como bem aponta Jaccoub e Beghin (2000), o movimento negro brasileiro tem se caracterizado pelo combate à discriminação racial e ao racismo que têm impedido o acesso da população negra à saúde, educação, moradia, segurança, entre outros. Assim, o CDCN tem procurado atender essas demandas, levando-as ao conhecimento do Estado.

O próximo discurso apresenta as ações que o CDCN tem desenvolvido para atender as necessidades da população negra e promover a participação popular.

Quadro 7 - Categorias e DSC da questão: Quais são as ações do CDCN desenvolvidas, desde a sua criação, ao longo do tempo (ou desde que você integra o Conselho) e quais você considera mais relevantes?

CATEGORIAS
<i>Categoria 8: Capacitações</i> <i>Categoria 9: Estatuto de Promoção da Igualdade Racial</i> <i>Categoria 10: Comunidades quilombolas</i> <i>Categoria 11: Organização de eventos, conferência e palestras</i> <i>Categoria 12: Intervenção, monitoramento e fiscalização</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 4
<i>Diversas foram as intervenções do Conselho. A articulação na representatividade do reconhecimento dos territórios quilombolas, informou a sociedade que existiam quilombos dentro de Salvador; ajudou a elaborar o Estatuto de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa; levou o processo de interiorização e auxiliou muitos conselhos municipais a existirem; fiscaliza os conselhos, as universidades, o sistema de cotas, por exemplo, fiscalizamos editais voltados para povos de terreiros, povos de comunidades indígenas, para comunidades quilombolas e intervém nas bancas dos concursos públicos que tratam da questão das cotas.</i> <i>Já entramos com liminar para suspender programas que criminalizam os nossos jovens como marginais; coordenou todas as conferências estaduais de promoção da igualdade racial; foi o único Estado a aderir à “década de afrodescendentes” que foi lançado pela ONU em 2015; fizemos uma carta aberta e o governador Rui Costa fez um decreto instituindo o estado da Bahia como Estado da década de afrodescendentes; tem o “Ouro Negro” que trata da questão da valorização de reconhecimento dos movimentos de matriz africana; tem o carnaval em que o CDCN intervém diretamente, propondo, monitorando, fiscalizando e construindo inclusive, a partir da SEPROMI, editais para que possa favorecer as organizações que estão compondo as cadeiras; tem ações do CDCN com relação aos editais que contemplam as instituições do interior e as comunidades tradicionais.</i> <i>Banco de denúncias contra o racismo, do combate à intolerância, o preconceito; conscientização do “Novembro Negro”, a gente trata de uma comissão específica para organizar essa formação política nas escolas, para organizar os seminários, as palestras e os debates em torno das questões emergentes; atuação sobre ações afirmativas e cotas; no meio evangélico, fizemos também algumas ações voltadas para a lei 10.639; fizemos também um seminário para falar sobre a tolerância no meio evangélico sobre o legado de Zumbi e Dandara; o CDCN falou pela primeira vez nos heróis negros baianos; tivemos o primeiro centro digital, chamado de “inclusão digital”, onde os alunos ali do Pelourinho tiveram acesso a um computador, tínhamos turmas de manhã, tarde e de noite. O CDCN tirou muitos meninos e meninas da rua, da vida ilícita e cestas básicas eram distribuídas para os mais carentes.</i> <i>E o Conselho por ter sede própria, auxiliou várias outras entidades negras que não tinham esse local para desenvolverem suas atividades; nós tínhamos cursos de inglês, redação e em parceria com o SEBRAE, cursos de empreendedorismo, liderança e vários outros cursos de formação; acompanhamos demandas da área da cultura, programas.</i>

O CDCN acompanhou audiências contra os bancos, que aciona a entrada do cliente ou não a partir do perfil; já entramos com ações em shoppings que tinham alas específicas e não contratam os negros; acompanha as questões quilombolas, como assassinatos por disputa de terra/território; acompanha os casos de genocídio da Juventude Negra; disponibiliza assistência jurídica e discutimos sobre as penas alternativas para que as pessoas com pequenos delitos pudessem ter essa medida aprovada

Fizemos também uma parceria com a escola Panamericana, ofertando curso de inglês; fizemos curso de teatro, culinária e dança; fizemos um curso para profissionalizar juntamente com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) os percussionistas, que eram a grande demanda dentro dos blocos afros e nós através dessa parceria com a UNEB fizemos esse curso com todas as entidades negras, terreiros de candomblé, Afoxés, aonde foram capacitados em teoria musical, cultura afro-brasileira, informática, inglês, espanhol e confecção de instrumentos. A viabilidade de interlocução entre a sociedade civil e o governo do estado, o CDCN teve papel importante nessa abertura.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Desde sua criação, o CDCN vem desenvolvendo diversas ações (ver figuras 16 a 18), uma delas foi a articulação do Conselho na representatividade e reconhecimento dos territórios quilombolas, a exemplo, o Rio dos Macacos, que teve como foco a catalogação dos quilombos existentes em Salvador, assim como levar essas informações ao conhecimento da população. Outra ação foi a elaboração de um Estatuto de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, específico para o Estado da Bahia.

Ao expandir seu atendimento para os interiores, auxiliou na criação de conselhos municipais, tendo como ações efetivas, a fiscalização dos conselhos, das universidades, bem como o sistema de cotas, no qual o Conselho fiscaliza os editais voltados aos povos de terreiros, comunidades indígenas e comunidades quilombolas, assim como intervém quando programas usam de maneira discriminatória, jovens negros para remeterem à marginalidade. O CDCN também coordenou todas as conferências estaduais de promoção da igualdade racial.

Outra ação foi uma carta aberta ao governador Rui Costa, que resultou em decreto, que instituiu o Estado da Bahia, como estado da “Década de Afrodescendentes”, programa lançado pela ONU em 2015, na qual foi o único estado a aderir à campanha. Além disso, outra ação desenvolvida é o “Ouro Negro”, responsável pela valorização e reconhecimento dos movimentos de matriz africana, por intermédio, do carnaval, no qual o CDCN intervém diretamente, propondo, sugerindo, construindo e fiscalizando junto a SEPROMI.

Existe também o “Novembro Negro”, que é responsável por levar formação política para dentro das escolas, na luta contra o racismo, o combate à intolerância religiosa, para a conscientização e aplicação da lei 10.639/03¹², apresentando os legados de Zumbi e Dandara, bem como os heróis negros baianos e a viabilidade de interlocução entre sociedade civil e governo do Estado, o CDCN tem papel importante nessa abertura.

Para a juventude negra e comunidade, foram feitas ações como o centro de “inclusão digital”, que disponibilizava computadores na sede do CDCN, para que a comunidade tivesse acesso, bem como curso de inglês, curso de redação e cursos em parceria com o SEBRAE e a escola Panamericana, como empreendedorismo, liderança, teatro, culinária, dança e vários outros cursos de formação. Foram por meio dessas ações, que o Conselho conseguiu ajudar muitos meninos e meninas que viviam em situação de rua e por ter sede própria, várias outras entidades negras, blocos, afoxés, passaram a se reunir na sede do CDCN. Vale lembrar que algumas das ações do CDCN se assemelham as atividades desenvolvidas pela Frente Negra Brasileira (FNB) e o pelo Teatro Experimental do Negro (TEM), durante a década de 1930, como a organização de cursos, espetáculos teatrais, eventos científicos e congressos (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2000).

Já em parceria com a Universidade do Estado da Bahia, uma ação desenvolvida foi à profissionalização dos percussionistas, que faziam parte dos blocos afros e todas as entidades negras, terreiros de candomblé, afoxés, a fim de capacitá-los em teoria musical, cultura afro-brasileira, informática, inglês, espanhol e confecção de instrumentos.

De posse dos documentos arquivados no acervo institucional do CDCN, foram encontrados vários eventos organizados ou realizados e/ou com a participação do Conselho: em 1991 – aconteceu a visita do Prof. Joseph Murphy a Salvador – Professor do Dep. de Tecnologia da Georgetown Univesity (EUA), que foi pesquisar sobre religião. Em 1992 - Semana de atividades mês da consciência Negra; Fórum de debates População Negra Baiana; sessão solene em cerimônia a Delegação da Nigéria, enviada pela National Intitur for Policy and Strategic Studis.

¹² Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino público e privado, a obrigatoriedade do ensino de "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

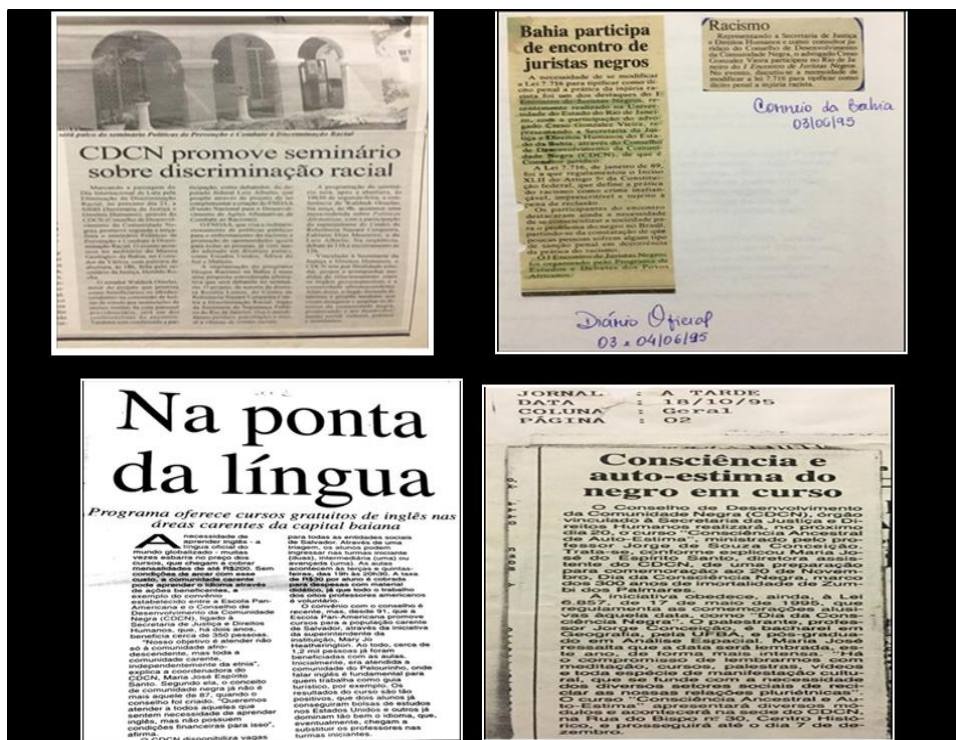
Em 1993 - Evento Bahia pós Modernidade Negra e o Projeto Puxada Axé. Em 1994 - Encontro da Irmandade Ordem 3 do Rosário; Projeto do 1º Encontro de mão de obra especializada e maquiagem p/ pele negra.

Em 1995 – encontro sobre a revolta dos Malês; o 1º Encontro de Jurista Negro; Curso de consciência ancestral e autoestima ministrada pelo Prof.º Jorge Conceição; 1º Encontro Nacional de Vereadores Contra o Racismo; Congresso Mundial sobre o Racismo; 1º Seminário Internacional sobre Etnias e a Globalização no terceiro Milênio; Conferência Estadual de Assistência Social; Lei nº 6857 de 17 de maio de 1995, disciplina e estabelece as diretrizes para a participação do CDCN nas comemorações relativas a data de 20 de novembro, dia nacional da Consciência Negra.

Em 1996 – 2ª Bienal de Arte América; Evento Internacional Congresso Afro Brasileiro. Em 1997 - Congresso afro-brasileiro; III Celebração da Herança Africana; Encontro Nacional Feminista; Projeto Beleza e Arte Negra; 1º Encontro Brasileiro da Cidadania; Lançamento do Vídeo Documento do CDCN; Projeto do seminário Salvador 450 anos; IV Fórum Internacional da Cultura. Em 1998 – Cursos Livres de Inglês fruto do Convênio a superintende da escola Panamericana.

Em 1999 - Oficina de Produção e Marketing Cultural; Feira Cultural Africana Afonjá; Curso de Violão e Musicalização; Curso de Agente da Cidadania; Curso de Canto – Educação Vocal ministrado pelo prof. Gloria Terra. Em 2000 – Exposição do Cartunista Mauricio Pestana intitulada “A cidadania negra 500 anos”; Implantação do serviço de Orientação Jurídica; Curso de Inglês ministrado pela Profa. Edilene Lima. Em 2001- Posse do 3º Colegiado do conselho.

Figura 16 - Ações desenvolvidas pelo CDCN.



Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

Figura 17 - Ações desenvolvidas pelo CDCN.



Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

Figura 18 - Livro publicado pelo CDCN.



Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

A partir dessas ações apresentadas, o próximo discurso aborda a efetividade que os (as) conselheiros (as) percebem na formulação das políticas públicas.

Quadro 8 - Categorias e DSC da questão: Qual é a efetividade que você percebe nessas ações em relação à formulação das políticas públicas?

CATEGORIAS
Categoria 13: <i>Tensionamento e políticas públicas</i> Categoria 14: <i>Políticas públicas efetivas</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 5
<i>Perceber essas efetividades é interessante, porque o Conselho nasce quando você não tem uma discussão do racismo estruturado dentro dos órgãos públicos. A gente analisa determinado problema, formula uma solução e propõe, mas quem realmente empreende as ações é a SEPROMI, por ser uma secretaria estadual. O Conselho por ele mesmo não tem a possibilidade de empreender ou fazer políticas públicas. A nossa atuação é exatamente isso, verificar o que é necessário, elaborar uma proposta e apresentar. Gerando, enquanto organização da sociedade civil, tensões contra aquilo que nos desagrada.</i> <i>Assim, as tensões são criadas por organismos como o CDCN, a partir das publicações de notas de repúdio e divulgações em redes nacionais sobre o que está acontecendo. Como aconteceu com as Baianas de Acarajé, em que tentaram transformar o nome do acarajé para bolinho de Jesus e o CDCN se posicionou a favor da Associação Nacional das Baianas de Acarajé (ABAM). Acredito nas tensões construídas e entendo que na formulação das políticas públicas, o Conselho tem uma intervenção limitada porque ele tem papéis específicos e digamos que concretos e objetivos. O CDCN pode tencionar políticas públicas, sugerir e monitorar.</i> <i>Eu acho que enquanto Conselho com mais de 30 anos e com representatividade, interligado com a SEPROMI, eu acredito que ele simboliza para qualquer tipo de parlamentar, instituição do legislativo ou do executivo, um peso na hora de formular políticas públicas. Há ações voltadas principalmente à saúde da população negra, porque é preciso tratar os diferentes como diferentes, como a anemia falciforme que a gente está na batalha. Já se têm pesquisas e uma pressão para a urgência do Estado quanto as políticas públicas com relação a editais e para a educação. Existem outras voltadas para os quilombolas, que também foi uma batalha, algumas de formas deficitárias, mas estão lá, já é um ganho, apesar de terem sim suas deficiências, mas é uma comunidade que foi contemplada por causa dessas campanhas que o CDCN estava lá encabeçando.</i> <i>Assim, muito do que nós temos hoje no Estatuto Racial decorreu da atuação do CDCN. O conselho sempre teve atuação política externa em eventos públicos como, caminhadas, seminários, audiências públicas na Assembleia Legislativa e na Câmara de Vereadores, ele também interferiu em algum momento na escolha dos primeiros secretários de reparação racial do município de Salvador. O CDCN sempre cumpriu um papel de recebimentos de denúncias, encaminhamento de questões e foi decisivo na questão dos Quilombos dos Macacos, em Simões Filho – BA, no momento em que já executaria uma ordem de despejo daqueles ocupantes remanescentes de quilombos o conselho denunciou e levou para o conhecimento do estado da Bahia, via a Secretaria da Justiça e SEPROMI, fazendo rodadas de conversas e negociações. A gente pode dizer que esse é dos casos em que uma sentença foi descumprida e descumprida com consenso, porque se não aquela comunidade teria sido despejada. O CDCN ajuda a fazer esse mapeamento e acompanhamento de como está sendo a prática de algumas políticas. E uma que está no foco de muito interesse é justamente aplicação das cotas no serviço público e nas universidades.</i>

Aqui na Bahia você tem a partir das discussões do CDNC, as conferências, a criação de um órgão, que é a secretaria, muitos municípios tem departamentos, coordenações, Conselhos e superintendência de promoção da igualdade racial. A partir das ações do CDCN, se tem a criação de instrumentos de comissões dentro de órgãos, como a comissão de promoção da igualdade racial na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Com a necessidade de ter um sistema de cotas e políticas públicas voltadas diretamente para a população negra, com o enfrentamento ao racismo, a discriminação, a violência contra a mulher, principalmente a mulher negra, a questão da valorização das domésticas, que a maioria era mulheres negras e a necessidade dessa profissão ser regulamentada. Então, essas e outras muitas conquistas de políticas públicas vieram do Conselho, nós não implementávamos, pois, não éramos órgão executivo, e sim consultivo, mas muito dessas consultas viraram realmente ações e políticas públicas efetivas.

O CDCN aqui na Bahia, tem esse papel de pensar a política articulada com o movimento, então, ele não tem o papel apenas de monitorar e controlar as políticas sociais, muito pelo contrário, ele promove ações que dialogam com a sociedade civil para pensar uma política estruturada que combata ao racismo, hoje o nosso maior desafio é combater o racismo institucional.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

No quadro 8, o DSC mostra que a efetividade na formação de políticas públicas se dá por meio de tensões criadas pelo CDCN, como sociedade civil organizada, que discute, elabora e propõe novas políticas que serão realizadas por meio da SEPROMI como órgão executivo. Como exemplo, está a criação de conselhos, órgãos, coordenadorias, assessorias e secretarias nas cidades que fazem parte do estado da Bahia e na própria capital. Logo, o Conselho por já existir a mais de 30 anos, tem representatividade na sociedade e as propostas elaboradas por ele, podem interferir nas decisões tomadas pelas esferas do governo.

Parte da composição do CDCN é formada por militantes e lideranças do movimento negro local. Por isso, muitas das ações desenvolvidas pelo Conselho, são semelhantes às formas de articulação do movimento. Matilde (2014) aponta que o movimento negro e a organização de mulheres negras são canais de diálogos para o exercício do controle social e as intervenções tem se dado

por meio de atividades como conferências, seminários, passeatas, marchas e ocupação de espaços públicos, que resultam em divulgação de documentos com forte teor crítico e denúncias sobre a omissão histórica do Estado quanto à existência do racismo e suas consequências antidemocráticas para a população negra (MATILDE, 2014, p. 311).

Do mesmo modo, o CDCN tem realizado denúncias, notas de repúdio, congressos e conferências para levantar negociações e a formulação de políticas.

Por certo, após a criação de novas políticas públicas, resultantes das tensões criadas, cabe ao CDCN o papel de fiscalizar e monitorar a efetividade delas.

Pelo discurso apresentado no quadro 8, comprova-se que o Conselho realiza as funções de fiscalização, mobilização, deliberação e consultoria classificadas pela CGU (2010). Ou seja, acompanha as ações desenvolvidas do governo da Bahia que atendam aos interesses da população negra; divulga informações que convida a sociedade a cobrar pelos seus direitos e emite pareceres sobre temas e assuntos correlatos com a sua missão. O quadro 9, demonstra o discurso de como as ações tem possibilitado o controle social em relação as políticas públicas.

Quadro 9 - Categorias e DSC da questão: As ações do CDCN têm proporcionado realmente um debate mais firme e uma participação, controle social, maiores em relação às políticas públicas? De que forma isso se dá?

CATEGORIA
<i>Categoria 15: Controle social</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 6
<i>Sim, um controle social, esse processo de fiscalização, ele contribui para verificar se as políticas públicas estão de fato acontecendo ou não. A forma de denúncia, a forma da gente contribuir e levar para a sociedade através dos meios de comunicação, faz com que o CDCN tenha uma visibilidade maior e contribua para essa participação, pois, depois de ter catalogado os quilombos, começamos a catalogar os municípios e dar condições de o pessoal se organizar nas suas cidades e criar mecanismos de cobrança de políticas públicas, através de seus prefeitos e das suas secretarias.</i> <i>O CDCN no ano passado chama a sociedade civil para decidir se iríamos ou não participar da conferência de promoção da Igualdade racial diante da atual conjuntura, então foi feita uma consulta pública com movimento, representação de movimento da sociedade civil e ativistas que não estão ligados e não estão inseridos em nenhuma instituição de movimento. Então a Bahia não participou, mas teve uma consulta participativa, inclusive com representação de municípios.</i> <i>Muitas das matérias que estão no Estatuto, que é a lei 13.182, teve um processo democrático muito interessante de se analisar, pois, passaram por sugestões de propostas de efetividade, de ações afirmativas, e muitas delas tiveram discussões antes, no próprio Conselho. Além disso, todas as nossas reuniões eram abertas, existiam plantões diários, atendendo as organizações e a comunidade, levando ao secretário e aos órgãos competentes diversos encaminhamentos, para que pudesse atender as demandas da comunidade. O CDCN tem influenciado outros municípios a aderirem o fórum de gestor da promoção da igualdade racial, eles percebem e veem a força que o Conselho tem de conseguir fazer algumas mudanças em seus municípios. Existe muito essa parceria de discussões e construções de uma agenda entre o CDCN e sociedade civil, que vai para além das instituições que estão representadas no Conselho.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Pelo discurso do quadro 9, percebe-se o quanto o Conselho tem papel fundamental de articular junto à comunidade e movimentos sociais, tensões e práticas de controle social sobre o Estado, a fim de garantir a efetividade de políticas públicas que possam atender a população negra.

Por meio das ações desenvolvidas e disseminadas pelo CDCN, a população adquire informações para exigir seus direitos sociais, como trabalho, educação, saúde, segurança, entre outros. A informação promove novas formas de posicionamentos políticos, permitindo aos sujeitos informacionais a compreensão das desigualdades sociais e raciais que são submetidos. Como bem aponta Machado (2012), o controle social parte da cobrança da população por políticas que atendam suas necessidades. E o CDCN tem proporcionado esta interlocução entre sociedade civil e o Estado.

Além das informações apontadas no discurso do quadro 9, o CDCN tem promovido encontros que dão abertura para a sociedade questionar, participar e debater sobre as políticas públicas referentes a população negra e que vão além das cadeiras que estão representadas no Conselho. Exemplo disso, é o próprio Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia, que inseriu as questões referentes ao combate à intolerância religiosa. Uma vez que os terreiros de candomblé e umbanda, tem sido alvo de vandalismos e perseguições no estado da Bahia.

Já no próximo discurso, no quadro 10, contém os mecanismos que o Conselho utiliza para divulgar suas atividades e ações.

Quadro 10 - Categorias e DSC da questão: Quais os instrumentos utilizados pelo CDCN para divulgar suas ações e incentivar a participação? Como os utiliza?

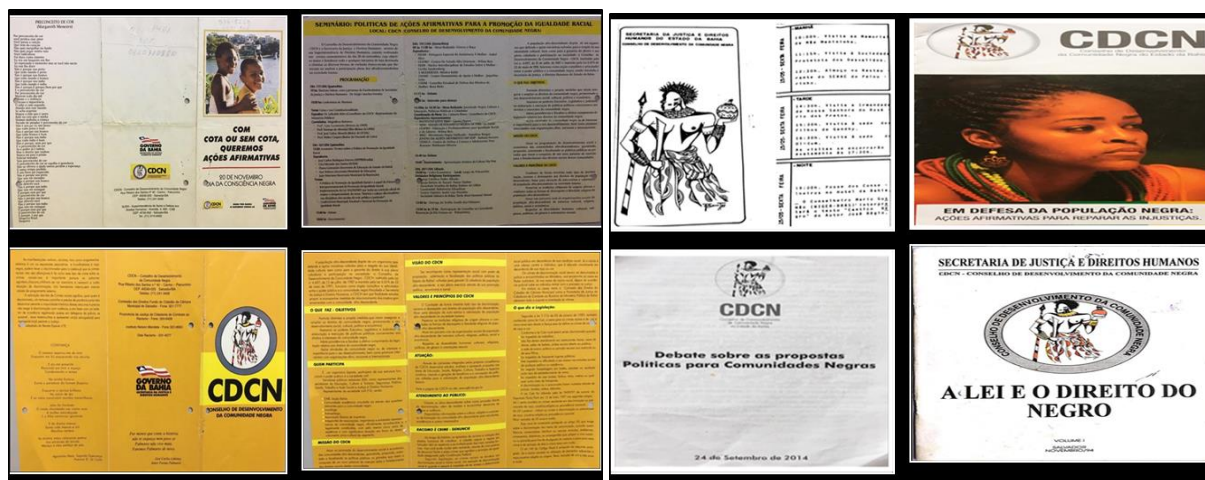
CATEGORIAS
<i>Categoria 16:</i> Redes sociais virtuais e site <i>Categoria 17:</i> Panfletos, cartilhas, resoluções <i>Categoria 18:</i> Eventos
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO – 7
<i>O CDCN usa muito de panfletos, cartazes, cartilhas, apostilas, atos, eventos e as instituições que compõem o Conselho e demais instituições da cidade. A gente usa muita a questão do whatsapp, grupos, etc., mas eu ainda acho que a questão da divulgação é precária, ele carece de talvez trabalhar com mídia social de uma forma mais efetiva, pois, as informações publicadas em redes sociais são mais da parte individual de cada conselheiro.</i> <i>Hoje o CDCN se utiliza da própria base de divulgação da SEPROMI, porque dentro do site ele tem um lugar de registros e de resoluções. As resoluções são publicadas no Diário Oficial. A página da secretaria e as instituições que compõem o Conselho, fazem esse papel de divulgar as ações, assim, a maioria das nossas notas de repúdio e ações são feitas neste site, pois não há um site específico do CDCN. Então foi um dos questionamentos em que abrimos agora um pré-plano de comunicação para a construção do nosso portal para desvinculá-lo do portal da SEPROMI e dar-nos autonomia dessa comunicação.</i> <i>Talvez a gente precisasse de uma homepage, facebook, instagram e outras ferramentas de mídia social que facilitasse a divulgação dessas informações. As ações do CDCN ainda são pouco divulgadas, o que a gente fazia muito era o uso dos correios, a gente mandava muitas publicações, muitas correspondências para as organizações, as secretarias e as entidades. O CDCN consegue avançar em suas ações quando vai, por exemplo, em escolas no Novembro Negro, quando promove campanha de divulgação e aí ele sai um pouco dessa esfera do espaço de intervenção política da sociedade que é onde ele mais ocupa essa representatividade.</i> <i>A comunicação no CDCN está mais voltada para as regionais, então, como temos conselheiros em cada regional, há núcleos de formações diretas nessas comunidades. Além das redes que foram construídas já a algum tempo, a gente está fazendo a tentativa de relações inter-redes, por exemplo, redes de mulheres quilombolas junto com a rede de combate ao racismo. A gente divulga por e-mail ou por meio do whatsapp, mas, nem todas as regiões da Bahia têm acesso a internet ou têm esse meio de tecnologia, então, comunica-se a liderança, o grupo dessa rede e a rede partilha com os demais. O CDCN usa os mesmos instrumentos que os órgãos de controle tem, que são denúncias, requerimentos, encaminhamentos para dentro da administração pública.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A partir da leitura do discurso no quadro 10, os principais instrumentos utilizados pelo Conselho para divulgação de suas ações são: panfletos, cartazes, apostilas e whatsapp, bem como a organização de atos e eventos para disseminar e incentivar a participação da sociedade civil, ver figura 19. O CDCN ainda conta com uma página, dentro do site oficial da SEPROMI, como já foi citado, e todas as resoluções são publicadas por meio do Diário Oficial. Logo, para os (as) conselheiros (as) essas ferramentas ainda são um pouco deficitárias, e que seria necessária a criação de perfil no facebook e instagram, para que a população tivesse mais informações diretas do Conselho, levando em consideração que ele não possui um site de domínio próprio, na qual cabe a SEPROMI decidir sobre o que vai ser divulgado dentro da aba do CDCN.

A figura 19 apresenta alguns dos instrumentos usados pelo CDCN para a divulgação das ações e convidar a sociedade a participar das discussões.

Figura 19 - Materiais de divulgação.



Fonte: Arquivo do CDCN (2018).

Outra forma que o CDCN tem utilizado para comunicar as ações, tem sido a atuação de cada conselheiro (a). Os (as) que ocupam cada cadeira no Conselho se encarregam de divulgar as atividades para sua comunidade e as instituições que os representam. Além disso, as informações também são enviadas via correio eletrônico para as redes de pessoas interessadas e que discutem a temática racial.

O quadro 11 explica para quais públicos as ações que são desenvolvidas pelo Conselho são direcionadas.

Quadro 11 - Categorias e DSC da questão: Além do recorte racial, o CDCN contempla outros temas e/ou públicos, além da população negra e suas questões? De que forma?

CATEGORIA
<i>Categoria 19: Promoção da igualdade racial</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 8
<i>Este Conselho é focado, exclusivamente, para a promoção da igualdade racial e o combate da intolerância religiosa, mas, isso não quer dizer que nós não possamos absorver algumas demandas de partes de segmentos da sociedade e essas demandas são feitas realmente com todas as etnias discriminadas. No momento, ele trabalha exclusivamente com o recorte racial. A composição do CDCN é interessante, porque ela tem várias vertentes em que o racismo nos ataca. Então se tem a cadeira do segmento de mulheres negras, juventude, povos e comunidades tradicionais, religiões de matriz africanas, do segmento evangélico, cultura, blocos afros e afoxé. A gente vai estar fazendo uma reavaliação dessa formatação, hoje você tem outras demandas como a comunidade gay, uma coisa é você ser LGBTTT quando você é negro.</i> <i>Eu não consigo perceber nem ver, nenhuma ação do CDCN que não esteja ligada a equidade racial. Para as pautas específicas da comunidade negra é preciso ter um olhar mais criterioso, porque no “geralção”, o sistema de governo de uma maneira deficitária ou não, já faz. Então é preciso que o CDCN se debruce mais sobre a comunidade negra.</i> <i>Embora a centralidade seja na população negra, ele tem representatividade do poder público de outras políticas, teremos uma fortíssima discussão relacionada a um fenômeno atual, que está causando muito conflito, que é a criação da “capoeira gospel”, a capoeira cristão, em que cada vez mais mestres que eram ligados tradicionalmente a religião de matriz africana, hoje estão fazendo a sua conversão para o cristianismo, para as igrejas evangélicas. E com isso fazendo uma desvinculação dessa base religiosa da capoeira, então a defesa que eles fazem para não ter isso, é que capoeira não tem a ver com religião. Mas, tem a ver sim, não só foi estratégia de defesa como também foi estratégia que nasceu da experiência de ancestralidade e a ancestralidade africana não se distinguem em: o que é social e o que é religioso, as coisas são muito imbricadas. E é uma discussão que vem, aí se você pensar: essa matéria tem a ver com a população negra? Tem. Mas antes de tudo, tem a ver com uma contribuição da comunidade africana no Brasil, não necessariamente com a população negra, porque a capoeira ela é praticada no mundo todo, inclusive por alemães, por suíços, etc., então você vai ver que tem um recorte para mais do que só as questões da população negra.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Analisando o DSC do quadro 11, percebe-se que o Conselho contempla discussões e proposições de políticas públicas voltadas especificamente para a população negra. O CDCN abrange pautas quilombolas, religiosas, de gênero, entre outras, contemplando diversos grupos discriminados, sempre visando à promoção da igualdade racial. E recentemente tem procurado atender a pessoas negras pertencentes à comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e

Transgêneros (LGBTTT), as quais, sofrem dupla discriminação, uma pela cor da pele e a outra pela orientação sexual. Atualmente o regimento interno do Conselho está passando por atualizações e reformulações, e uma das pautas de discussão é a inserção de uma cadeira que contemple esse grupo.

A questão do racismo no Brasil é tratada, muitas vezes, de forma sutil, o que impossibilita uma atuação efetiva. Aqui, a temática racial é vista sob o mito da democracia racial, “considerado um dispositivo ideológico de reprodução das relações raciais, impedindo sua tematização pública” (SALES JÚNIOR, 2009, p. 15), que afirma que no Brasil todas as pessoas, independentemente do pertencimento racial, vivem uma relação harmoniosa.

No entanto, é preciso reconhecer que a população negra ocupa o topo dos indicadores sociais quando se trata de encarceramento, pobreza, saúde e educação precária, representando um distanciamento discrepante ao se comparar com as pessoas não negras. Desse modo, este tema necessita de um tratamento específico para tentar diminuir os processos de exclusão que essa população tem sofrido. Como bem enfatiza o discurso do quadro 11, nos diferentes temas sociais, o governo de alguma forma já vem trabalhando, por esse motivo, o CDCN tem como foco a população negra.

Quadro 12 - Categorias e DSC da questão: De que forma e por quais meios a população, as organizações e os movimentos sociais tomam conhecimento das ações promovidas pelo CDCN?

CATEGORIAS
<i>Categoria 20: Espaço da militância</i> <i>Categoria 21: Mídias sociais alternativas</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 9
<i>Através de rádios, redes sociais, jornais, instituições e pelo site. O CDCN convoca e participa de algumas audiências e dentro do conselho você tem representantes das comunidades e isso faz com que as comunidades entendam e conheçam. As ações do CDCN são mais de atuação diretas, então, a comunidade sabe dessa atuação por ter o conselho em certas atividades e necessidades.</i> <i>O CDCN agora está trabalhando e integrando os conselhos por meio de uma rede de conselhos, conversando com o conselho de saúde e da educação, porque não adianta o conselho ficar independente sem saber o que os outros conselhos estão fazendo, pois, se a gente não se apoiar enquanto conselho, os órgãos de governo acabam “deficitando” e enfraquecendo os conselhos.</i>

Também fazemos essas prestações de contas nas conferências, aproveitando o momento em que se reúne todo estado, sociedade e pessoas. Outra forma de estar socializando são nas reuniões dos fóruns de gestores da promoção da igualdade racial. Além disso, cada um dos seus conselheiros coloca nas suas próprias páginas e compartilham. Como esses conselheiros a depender da área estão sempre em locais de destaque, ele chega e se apresenta também como conselheiro do CDCN e as comunidades que não têm acesso, utilizamos os telefones públicos para avisos, convocatórias.

Tínhamos uma mala direta muito boa, aonde a gente fez mapeamentos de associações de mulheres, de bairro, culturais, religiosas, os blocos afros, afoxés. Então essa mala direta quando tinha alguma notícia, matéria, ou coisa importante, a gente mandava para todos, convidando para que pudesse vir dialogar, debater, para tentar desenvolver alguma ação para sanar ou esclarecer alguma situação.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nesse discurso, o quadro 12, traduz os mecanismos que o CDCN utiliza para informar a sociedade, as instituições e os movimentos sociais sobre suas ações. Destaca-se que os discursos recolhidos nos quadros 10 e 12, são complementares entre si.

Desse modo, percebe-se que o Conselho se utiliza do site da SEPROMI, de rádios, jornais, telefones públicos, conferências, redes sociais, e-mails e mídias alternativas para informar sobre as ações que são desenvolvidas e promovidas por ele. Uma vez que, uma política pública só se efetiva, quando a comunidade beneficiária toma conhecimento da sua existência e tem acesso.

Para tanto, o CDCN se utiliza também das suas próprias atuações diretas, como representante de um segmento, para levar essas informações aos seus grupos. Ele também está trabalhando para integrar e socializar informações e conhecimento com outros Conselhos, com o intuito de criar uma rede de conselhos. Acredita-se que uma rede de conselhos de promoção da igualdade racial, possa reunir agendas, ações, interesses e pautas, contribuindo para uma luta antirracista.

Neste momento, tem-se o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), como já foi citado, é voltado para políticas e serviços em prol do combate às desigualdades raciais no Brasil. O sistema fez um levantamento de vários órgãos e conselhos no país, que discutem a efetivação de políticas para a igualdade racial. Porém, ainda não existe um documento que reúna as ações e estratégias usadas por cada uma dessas instituições. Em 2018, o SENAPIR tem elaborado um guia de orientação para a criação e implementação de órgãos, conselhos e planos de promoção da igualdade racial no país.

No quadro 13, o discurso informa se existem comunicações entre o CDCN e outros conselhos.

Quadro 13 - Categorias e DSC da questão: De que forma se estabelece a comunicação e a relação com outros Conselhos?

CATEGORIA
<i>Categoria 22: Encontros interconselhos e fóruns</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 10
<i>Geralmente a gente faz encontros, fala com alguns conselhos daqui do município de Salvador e da Bahia, e conselhos de outros estados também. Mas, em outro estado, só quando a gente organiza um encontro para discutir uma demanda, que a gente acha importante para ambas as partes. Geralmente, esses contatos são feitos pela presidenta e a vice-presidenta, elas já sabem quem são os conselhos municipais e quando vai ter algum fórum da população negra.</i> <i>Têm sempre os fóruns, são momentos de ver o que está fazendo e também apresentar relatórios, oficinas e coisas que estão acontecendo nas gestões da Bahia, São Paulo, Rio. Os fóruns são os momentos de juntar forças, por exemplo, sobre as questões das queimadas dos terreiros no Rio, o que a gente pode ajudar enquanto Conselho da Bahia? O que sugerem? O que a gente pode prevenir para que não cheguem até aqui?</i> <i>Você tem aqui no estado algumas reuniões interconselhos, ou uma chamada do estado para pensar uma política macro e o CDCN faz parceria com outros conselhos dependendo da temática. O Conselho de São Paulo veio aqui nos visitar e foi aí que fizemos mais essa interlocução, foi um grande aporte para que a gente pudesse fazer as diretrizes do CDCN. Tivemos também outros conselhos que nos visitaram, eu me lembro bem forte foi o de São Paulo, Recife, do Rio Grande do Sul e fizemos diversas demandas com essas ações no CDCN. Nós estamos aguardando uma outra reunião para traçar um grande encontro interconselhos, para que os conselhos e conselheiros se conheçam uns aos outros e a partir daí traçar estratégias de fortalecimento do controle social da sociedade civil.</i> <i>O CDCN levou muitos anos sendo a representação pública e interlocutora de todas as ações para a comunidade negra. Se tem um evento do CDCN, ele se comunica ou manda um convite para os outros conselhos que tenham afinidade dessa temática, mas não são todos os conselhos que tem essa mesma relação. Tem conselho que ainda não conhece o CDCN, não estão a par de onde funciona e como funciona.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Em uma análise do quadro 13, evidencia-se que a comunicação do CDCN com os conselhos do município e do estado, se dá por meio de eventos, trocas de mensagens e encontros regionais e nacionais. E com conselhos de outros estados, a comunicação acontece por meio de fóruns do movimento negro, como o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), organizado pela

SEPPIR e os contatos são realizados em parceria com a SEPROMI. A FIPIR reúne órgãos dos estados e municípios, concentrando gestores, conselheiros e pessoas de várias localidades do país.

O DSC aponta para a importância dos encontros interconselhos, uma vez que pode contribuir para a troca de experiências e para o desenvolvimento de ações efetivas. Informa ainda que o CDCN recebeu auxílio do primeiro órgão estadual no Brasil, o Conselho da comunidade negra do estado de São Paulo, para juntos elaborarem as diretrizes de funcionamento e atuação. Além dele, outros conselhos também visitaram o CDCN. O quadro 14 se refere a própria atuação dos (as) conselheiros (as) nas ações e atividades do CDCN.

Quadro 14 - Categorias e DSC da questão: Como você avalia a sua própria atuação no CDCN?

CATEGORIA
<i>Categoria 23: Comprometimento</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 11
<i>Considero comprometida, porque acho que o conselheiro precisa conhecer a demanda e estar se aprofundando nos aspectos políticos que estão ao seu redor, então eu sei o que é ser conselheiro de maneira efetiva e não consigo ser um bom conselheiro como eu queria ser para o CDCN, mas entendo que isso é um processo de construção. Então, acho que estou dentro de um processo de formação que vem sendo construído a partir de outras figuras de luta e entendo que é um momento para me considerar um conselheiro em formação. Na minha visão, é uma ação cansativa, pois, não existe vontade do Estado, porque o Estado não quer ninguém fiscalizando, controlando e o colocando para fazer, então não há interesse do Estado de mudar isso.</i> <i>Eu me vejo como um grande vitorioso (a), é difícil falar, porque parece que a gente está querendo se auto promover, mas são as nossas contribuições e ideias que temos para poder colocar em prática, porque não é fácil. Então, acho que tenho uma atuação boa, tenho tentado cumprir todas as demandas que têm chegado para o Conselho. Eu só gostaria de estar mais participativo (a), nós estamos em reforma e acho que isso vai facilitar uma retomada do relacionamento melhor e mais qualificado do CDCN com essa população, principalmente da comunidade que ele está inserido e aí eu me culpo porque eu acredito que eu poderia estar contribuindo mais.</i> <i>Eu sou um (a) conselheiro (a) ativo (a), que leva propostas, que leva as coisas para discutir, não deixo nunca os relatórios na gaveta, sempre estou divulgando o que acontece no CDCN, sempre estou propondo coisas para ser desenvolvida. Eu sempre dei importância a conselhos, sempre fui muito presente. Mas, acho que as organizações precisam mais do que um esforço pessoal, precisa que institucionalmente as pessoas que ali estejam tenham comprometimento dentro daquela rede que importe em serviços relevantes, já que é um serviço voluntário para dentro daquela instituição.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

O quadro 14 apresenta como os (as) conselheiros (as) avaliam sua própria atuação no Conselho. Pôde-se perceber que suas atuações são comprometidas com a luta antirracista e embora haja descaso do Estado para a formação de políticas públicas para a população negra, a atuação desses (as) conselheiros (as) é fundamental para um controle social eficaz que consiga dialogar com a sociedade e atender suas demandas.

Analisando as falas dos sujeitos, nota-se um forte potencial de discutir, pensar e propor políticas de promoção da igualdade racial na Bahia. Além do mais, os (as) conselheiros (as) acreditam na potencialidade que o CDCN tem na formação de pessoas ligadas com as questões sociais e políticas da sociedade, sobretudo, com o recorte de raça.

O discurso do quadro 15, gira em torno dos desafios e pensamentos futuros do CDCN.

Quadro 15 - Categorias e DSC da questão: Finalmente, quais os maiores desafios que o CDCN enfrenta nos tempos atuais? E suas perspectivas para o futuro?

CATEGORIAS
<i>Categoria 24: Reestruturação do patrimônio</i>
<i>Categoria 25: Falta de recurso</i>
<i>Categoria 26: Governo incerto</i>
<i>Categoria 27: Mito da democracia racial</i>
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO - 12
<i>A maior dificuldade que nós temos é o racismo velado, ter que ficar falando que existe racismo para as pessoas, falar sobre cotas, sobre o direito da saúde para a população negra, falar para as pessoas que têm pouco conhecimento sobre o que é racismo, isso complica para nós, principalmente quando a mídia trabalha em cima disso. Então nossa maior arma como Conselho é popularizar e trabalhar junto com as escolas, com o governo, com a parte das universidades, pois, muitos desses órgão/instituições não sabem que o CDCN existe.</i> <i>A questão da mortalidade da comunidade e da juventude negra. Esse caso de você ter mortes de jovens numa fase tão produtiva de suas vidas, eu acho que é uma coisa extremamente complicada. E eu percebo que o Estado deveria ter uma atitude mais efetiva, que não se prende especificamente à questão da Segurança Pública. Talvez o maior desafio do CDCN hoje seria envolver a própria comunidade nisso, o cidadão comum, para as pessoas perceberem que não é uma coisa normal, que não é apenas estatística, são pessoas, são vidas. O CDCN teria que fazer um trabalho de conscientização das pessoas a respeito desse genocídio da população negra. Eu também acho que esse momento político é um momento aterrorizador, que a gente se vê desestimulado, preocupado e impotente.</i>

O desafio está colocado pelo quadro conjuntural, estrutural da sociedade que a gente vê no momento. Entendo que é um grande desafio para o CDCN você falar, por exemplo, em reconhecer territórios quilombolas, quando a gente sabe que o governo não tem o menor interesse nisso, que você é apenas um conselho e que as suas possibilidades de intervenção se limitam quando não existe disposição pública para isso. Os limites que a gente tem de tratar para nossa sociedade enquanto um conselho, o que são as práticas racistas sutis e os que são aquelas práticas mais agressivas que partem tanto dessa política de extermínio da juventude negra até o racismo institucional. Como é que o Conselho pode lidar com isso se a gente tem uma representação oligárquica no parlamento e na presidência, que faz políticas só para burguês branco.

É uma branquitude presente em todos os escalões aqui dentro da Bahia. A gente vive, infelizmente, em um país que vive a histórica e dita falsa democracia racial, as pessoas ainda acreditam que a gente não vive o racismo e a primeira coisa para você resolver problema é você acreditar que ele existe, e a gente ainda acha que não tem racismo no Brasil, que aqui na Bahia não têm racismo, que é tudo tranquilo. A mudança de governo, também é um perigo. Há uma preocupação muito grande no enfraquecimento dos conselhos, das secretarias, aliás, com o enfraquecimento e com toda a luta de benefício das populações.

O CDCN enfrenta a questão de falta de recursos. Outro desafio é a estrutura da casa, nós temos um patrimônio. Aqui é um espaço que precisa passar por uma grande reforma, um desafio em que aqui possa ser um local de visita das escolas. É ressignificar o CDCN para que ele volte a atuar de uma maneira mais participativa e que os movimentos se apossessem desse patrimônio que é do movimento, que é uma conquista do movimento. Reestruturar o CDCN para que ele volte a ter uma atuação mais ativa dentro da comunidade e também que as instituições se apossessem desse patrimônio, os movimentos sociais utilizavam aqui para tudo, de um curso de qualificação a uma audiência.

Outra questão é como o Conselho vai desenhar seu plano de comunicação e casado com isso, como ele vai criar arranjos internos para autogestão e a gestão de participação de seus membros. Outro ponto que eu considero muito importante, embora admita que uma das melhores composições é a presidência e a vice-presidência, a presidência na autoridade do secretário ou secretária, e vice presidência na sociedade civil, mas esse regimento vai precisar resolver a distribuição de poder para dentro do Conselho, porque a grande tendência de todo ser humano é concentrar poder nas mãos, então se tiver um conselho que está me pressionando muito, eu posso não marcar as reuniões mensais, eu posso não fazer o calendário ou posso marcar e desmanchar a reunião, não realizar a reunião, e assim vou esvaziando o conselho, vou tirando o interesse dos conselheiros comparecerem.

Outra preocupação muito grande, é com a formação e a qualificação, a capacitação dos conselheiros. Eu espero que na renovação esses conselheiros que estão sendo capacitados, pelo menos tenham a possibilidade de mais um mandato. Eu acho que isso vai dar um novo momento ao CDCN, você vai ter o CDCN reformado com os conselheiros capacitados e com isso, fazer com que nossa atuação seja bem melhor. Acredito que o futuro do CDCN está na juventude e com toda a sociedade ciente da importância desse controle, vai mudar o perfil, espero que o CDCN tenha uma nova cara com a juventude lá dentro.

Precisa que a juventude que está aí com toda sua força e garra, possa realmente ver que o CDCN é um instrumento positivo, capaz de fazer realmente a interlocução, porque diante do retrocesso que a gente está tendo agora nas políticas públicas, é importante. Então, o CDCN está precisando ter novamente esse viés de articulação e valorização, principalmente pela juventude que está chegando agora, que possa lhe dar

essa importância que ele tem dentro do contexto da comunidade negra em Salvador – Bahia. A grande falta hoje é que nós não publicamos, nós escrevemos muito pouco, e a gente precisa tornar isso público, publicar e divulgar, senão perdemos toda uma história, todo um legado. E fazer com que toda a população negra tome conhecimento e tenha acesso a essas políticas, esse é o grande desafio.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Por esse discurso, no quadro 15, percebe-se que o maior desafio enfrentado pelo Conselho é conscientizar a população que o racismo existe e que o mito da democracia racial no Brasil já foi derrubado há muitos anos. Como bem aponta Nilma Lino, “trata-se, no entanto, de uma falsa igualdade, pois ela se baseia no apagamento e na homogeneização das diferenças” (GOMES, 2017, p. 51). Por certo, levar esse conhecimento à população e esclarecer essas questões que estão intrinsicamente marcadas na sociedade, sendo o racismo responsável pela mortalidade da comunidade e da juventude negra.

Já como perspectivas futuras, além da falta de recursos, o Conselho se sente ameaçado com a mudança de governo, uma vez que há preocupações com a possibilidade de enfraquecimento dos conselhos, secretarias e órgãos que trabalham com a temática racial e temas que envolvem grupos historicamente discriminados.

Sendo assim, acredita-se que para o futuro, o CDCN deve ressignificar sua participação como sociedade civil, a fim de uma atuação mais ativa dentro da comunidade, levando informação e conhecimento do Conselho e de todas as lutas da população negra para toda a sociedade.

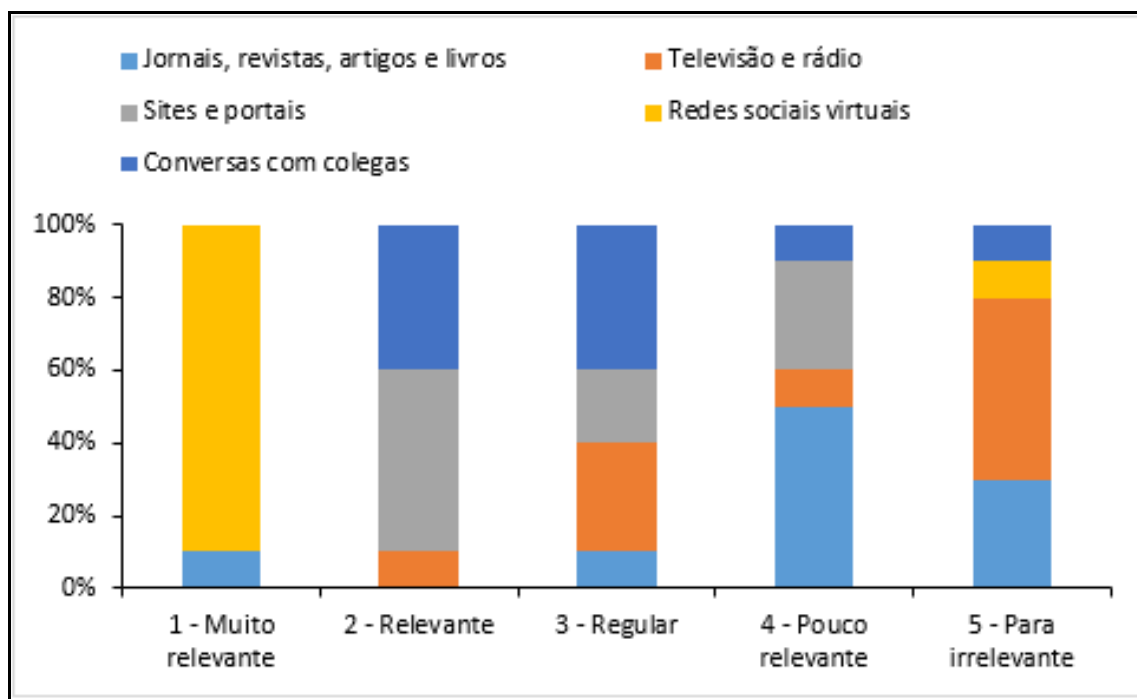
A próxima seção relata quais recursos são mais utilizados pelos (as) conselheiros (as) para informar e comunicar no CDCN. Vale lembrar, como já foi citado, essa e a próxima questão, não foram analisadas com o Discurso do Sujeito Coletivo.

5.3 INFORMAR E COMUNICAR NO CDCN

Informar e comunicar são práticas diárias que cada conselheiro (a) executa para o desenvolvimento de suas atividades dentro do CDCN. Identificar esse processo, se torna importante para conhecer quais fontes informacionais e comunicacionais são usadas na disseminação e apropriação da informação. Neste sentido, foi questionado aos (as) conselheiros (as) - **Quais meios/recursos e/ou mídias você utiliza para se informar e comunicar em função da sua atuação no CDCN?** *No espaço fornecido abaixo, enumere de 1 a 5 por ordem de relevância, sendo 1 - para muito relevante, 2 - relevante, 3 - regular, 4 - pouco relevante e 5 - para irrelevante.*

- a) ☐ Jornais, revistas, artigos e livros;
- b) ☐ televisão e rádio;
- c) ☐ Sites e portais;
- d) ☐ Redes sociais virtuais (facebook, blogs, instagram, twiter, linkedin, whatsapp);
- e) ☐ Conversas com colegas.

O gráfico 1, apresenta os resultados coletados ao questionar quais são os recursos mais utilizados pelos (as) conselheiros (as), para se informar e comunicar no CDCN. Para compreender o gráfico, é importante entender a seguinte legenda: o número 1 na cor azul escuro é usado para muito relevante; o número 2 na cor laranja, para relevante; o 3, na cor cinza: é usado para relevância regular; 4 na cor amarela é para pouco relevante e o número 5 na cor azul claro é para irrelevante.

Gráfico 1 - Informar e comunicar no CDCN.

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao verificar o gráfico 1, percebe-se que as **Redes sociais virtuais (facebook, blogs, instagram, twiter, linkedin, whatsapp)** são as fontes de informações mais utilizadas pelos (as) conselheiros (as) e foram consideradas por eles (as) como muito relevante – 1, para se informar e comunicar no CDCN. Isso se justifica devido ao avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), que têm possibilitado o surgimento de vários recursos interativos para obtenção e troca de informação de maneira rápida (VALÉRIO, 2014).

As redes sociais virtuais têm facilitado o intercâmbio de informações em diferentes ambientes e são usadas para vários propósitos. Nos dias atuais, com o auxílio de um celular conectado à internet, as pessoas têm feito o uso de vários grupos, basta se cadastrar e começar a estabelecer as ligações com outras pessoas. As informações são trocadas de forma instantânea, o whatsapp e o facebook, por exemplo, permitem o compartilhamento de documentos, áudios, imagens, assim como admitem ligações e chamadas de vídeos. Essas possibilidades têm contribuído para a eficácia e rapidez na resolução de problemas, tomada de decisão e produção de conhecimento.

Os **sites e portais** foram considerados como relevante – 2. É possível inferir que estes itens foram considerados relevantes, por conta da facilidade mediada pelas TIC's, como já foi citado. As **conversas com colegas** caminharam para a classificação regular – 3, para informar e comunicar no CDCN. Mesmo com o desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais, a comunicação face a face, ainda pode ser considerada como um bom instrumento para troca de informações.

Já os **jornais, revistas, artigos e livros**, ocuparam a opção de pouco relevante – 4. Para o grupo, as fontes de informações formais, não têm sido muito utilizadas por eles (as). Nos dias atuais, os sujeitos pesquisados estão preferindo obter informação mais rápida com o auxílio da internet. E por fim, a **televisão e o rádio**, apareceram como irrelevante – 5, configurando para eles (as), como um canal quase nunca utilizado para se informar e comunicar. Como já foi citado anteriormente, as tecnogias digitais têm influenciado a mudança de comportamento das pessoas para o acesso e uso de informações. Quase todas as informações veiculadas pelo rádio e ou pela televisão, podem ser vistas pela tela de um computador, celular, tablet, notebook com a cesso a internet. Talvez por essas facilidades, os (as) conselheiros (as) não fazem uso efetivo de tais recursos.

5.4 OUTRAS QUESTÕES

Nesta seção, estão algumas observações e comentários feitos pelos (as) conselheiros (as) ao serem indagados (as) se gostariam de acrescentar ou comentar algo mais sobre a pesquisa, atuação no CDCN, ou qualquer outro assunto. Em virtude disso, nem todos (as) quiseram fazer acréscimos.

Ao analisar as respostas, percebeu-se a grande participação do CDCN nas questões sociais ligadas a promoção de igualdade racial, mas ainda é necessário o apoio do Estado para que o Conselho possa ir às comunidades negras e atender as suas necessidades. Por conta do racismo estrutural e o mito da democracia racial, existem muitas barreiras para a efetivação de políticas. A sociedade precisa reconhecer a existência do racismo para criar mecanismos de combate.

O CDCN tem uma história de mais de 31 anos, participou da formação da SEPROMI e desempenha papel fundamental para a conscientização da população negra, constituindo um espaço de exercício e democracia participativa. O Conselho tem oportunizado a formação dos (as) conselheiros (as) em diferentes temas. Em

virtude das discussões sobre cotas raciais, o CDCN tem organizado debates e oficinas para os membros identificarem e entenderem como detectar as possíveis fraudes nas bancas de verificação das cotas raciais em concurso públicos, acesso à universidade, entre outras.

Um (a) conselheiro (a) apresentou uma experiência vivenciada nos últimos dias em que ao ministrar temas que contemple o previsto na Lei 11.645/2008¹³, uma mãe vai à escola reclamar que a filha não quer ter aula de “macumba”. E isso demonstra a necessidade de espaços de articulação para a luta contra as práticas de racismo.

Em suma, os (as) conselheiros (as) ficaram satisfeitos em saber que está sendo realizada esta pesquisa sobre o órgão e que estará divulgando, avançando na discussão e contribuindo com o CDCN. Ratificaram que será apresentado para a sociedade um material que dá subsídios para pensar o que é um conselho e que tem um papel fundamental no enfrentamento ao racismo.

¹³ Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino público e privado a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de espaços institucionais para a promoção da igualdade racial no Brasil, reflete a significativa luta dos movimentos sociais negros contra o preconceito, a discriminação e o racismo, que afetam a população negra. Acredita-se que por meio da informação étnico-racial e do conhecimento que circulam nesses órgãos, é possível buscar soluções para os problemas e consequências negativas geradas pelo racismo e na sociedade.

Neste sentido, a análise e o acompanhamento dos modos de produção de conhecimento, da comunicação e da circulação das informações que se estabelecem entre os Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, o Estado e a sociedade, são necessários para compreender a formulação das políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais no Brasil, pois, como foi visto, os Conselhos têm um papel articulador e mediador nessas relações.

Este trabalho procurou analisar de forma geral os processos e práticas de produção, comunicação e uso da informação no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia, na articulação e formulação de propostas de promoção e implementação de políticas para a população negra. E como objetivos específicos: conhecer os (as) conselheiros, como atuam e desenvolvem suas ações; mapear as ações do CDCN; apontar como os (as) conselheiros (as) avaliam, acompanham e fiscalizam as ações e identificar como ocorrem a comunicação do CDCN com outras esferas.

A partir dos objetivos, foi realizado um estudo qualitativo por meio de pesquisa bibliográfica, descritiva, documental e pesquisa de campo, com ênfase nas 10 entrevistas individuais aplicadas. Além disso, a partir dos dados coletados, criou-se uma rede social dos membros do CDCN, identificando o caminho e a centralidade das informações que os (as) conselheiros (as) possuíam ao se relacionarem com outras pessoas em função da sua atuação.

Por meio dos discursos dos sujeitos entrevistados, ficou evidenciado o importante papel da informação e do conhecimento na luta antirracista, em favor da população negra. Comprovando a hipótese de que os atores sociais, dessa instituição, estão articulados na apropriação e disseminação de informações para a execução e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial. Em síntese, de acordo com os dados, o CDCN tem sido um espaço de articulação,

proposição e execução de políticas públicas de combate ao racismo em âmbito estadual.

Os discursos coletados não apresentaram a existência de conflitos entre os (as) conselheiros (as), talvez por não serem relevantes suficientes. E além disso esta questão não estava incluída nas perguntas feitas nas entrevistas, pois, não tinha intenção de ser explorado nesta pesquisa.

Os resultados do estudo indicaram que a criação do CDCN se deu pelas reivindicações e propostas do movimento negro brasileiro, grupos de afoxés, blocos afros, no período em que se caminhava para redemocratização do país. O Conselho foi criado para representar a população negra na formulação de políticas de inclusão social, pois, mesmo tendo se passado mais de 130 anos da abolição da escravidão, a população negra continua sendo excluída do acesso a diferentes bens sociais. Desse modo, o CDCN procura desenvolver ações que afirmem a igualdade de direitos e cumpram o que a Constituição Federal preconiza, garantindo as mesmas oportunidades para todos (as).

O CDCN atua nas comunidades locais e em todo o estado, por diferentes formas. Por meio da comunicação face a face, pelas redes sociais virtuais e pelos documentos impressos e digitais, publicados na página web da SEPROMI. Uma das estratégias utilizadas pelo CDCN para comunicar as ações para a sociedade, foi a utilização dos perfis pessoais dos (as) conselheiros (as) em plataformas na internet, como por exemplo, o facebook e o instagram.

Observando os discursos dos (as) conselheiros (as), uma das críticas levantas na circulação da informação, é a ausência de uma página na web dedicada exclusivamente para o Conselho, o que impossibilita, muitas vezes, o acesso das informações pelos (as) cidadãos (ãs). Diante dessa problemática, o CDCN está em processo de formulação de um plano de comunicação, a fim de evitar as barreiras existentes na divulgação das informações, pois, a população pode se apropriar das informações disponibilizadas pelo site para conhecer seus direitos e interagir com o Estado.

Com base nos resultados obtidos, a comunicação informacional entre o CDCN, outros conselhos e as esferas governamentais e sociais, se dá por diferentes meios. O DSC apontou para a criação de encontros e fóruns interconselhos, que são ambientes que promovem debates, discussões, trocas de experiências e comunicação das ações desenvolvidas e em desenvolvimento. Vale ressaltar, que

tais encontros, envolvem os diferentes tipos de conselhos com demandas semelhantes. O discurso também destacou o papel da SEPROMI, da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), em estabelecer as relações de comunicação entre os conselhos e as organizações.

Além dos eventos, o CDCN também recebe visitas de membros de outros conselhos de promoção da igualdade racial do Brasil, como foi o caso do conselho de São Paulo, Recife, Rio Grande do Norte, entre outros. Essas visitas são importantes por estimularem o debate e a construção de novos projetos e parcerias para a luta antirracista.

Os (as) conselheiros (as) também são canais comunicantes entre comunidades, conselhos e movimentos sociais. Em suas instituições de origem ou na cidade em que moram, dialogam e acessam informações importantes que possibilitam a relação entre a população e o Conselho.

A análise de redes sociais dos (as) conselheiros (as), permitiu identificar as relações de centralidade e trocas de comunicação e informação étnico-racial que circulam entre os atores. Os atores A08 e o B07 foram indicados como os principais contatos que disseminam informações para toda a rede. Sendo o A08, o que carrega mais influência e que recebe a maior quantidade de informação. Portanto, os atores da rede, na sua maioria, interagem com o ator A08.

Contudo, ainda é necessário um conjunto de estudos complementares para discutir o tema proposto nesta pesquisa dentro do escopo da Ciência da Informação. Um deles, é a aplicação de estudos com as comunidades negras e quilombolas mapeadas pelo Conselho, para identificar como a informação e o conhecimento disseminado por ele, por meio de suas ações, tem contribuído para geração de novas práticas sociais e informacionais.

Desse modo, o uso da informação fundamentada em dimensões sociais, promoveria questionamentos acerca do pertencimento racial pela população negra e poderia promover mudanças nas ações, e iniciativas de participação desses atores. Na medida em que viabiliza a contemplação do processo de afirmação de identidades e desperta no sujeito o interesse por informações sobre a diversidade, seus direitos e deveres enquanto cidadão (ã).

Outra possibilidade de estudos complementares, é análise da produção e circulação da informação étnico-racial em um número maior de Conselhos estaduais

de promoção da igualdade racial, para comparar o valor da informação e do conhecimento dado a cada órgão, a partir das necessidades locais e regionais de onde estão inseridos.

REFERÊNCIAS

ALEJANDRO, Velázquez Álvarez; NORMAN, Aguilar Gallegos. **Manual introdutório à análise de redes sociais**. Universidad Autonoma Del Estado de Mexico, 2005.

ALMEIDA, Carlos Cândido de. Discurso do sujeito coletivo: reconstruindo a fala do “social”. *In*: VALENTIM, Marta Ligia Pomim (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 59-79.

APPIO, Eduardo Fernando. **O controle judicial das políticas públicas no Brasil**. 2004. 473 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Gêneros digitais: expandindo a comunicação no movimento negro da Paraíba. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 2, v. 12, 2014.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Políticas públicas, políticas sociais e política de saúde: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, São Paulo, v. 1, p. 105-119, 1989.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Transferência da informação para o conhecimento. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.) **O campo da ciência da informação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. p. 49-57.

BORGATTI, S.P. **NetDraw**: Graph Visualization Software. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, Stephen P. et al. Network Analysis in the Social Sciences. **Science**, v. 323, p. 892-895, 2009.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G; FREEMAN, L.C. **UCInet 6 for Windows**: Software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BRASIL. **Constituição da República da Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 14.067 de 25 de julho de 2012. Resolução nº 3 de 2012. Aprova o regimento interno do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN). **Diário Oficial do Estado**, Bahia, seção 1, BA, 2012.

BRASIL. Decreto nº 16.296 de 26 de agosto de 2015. Aprova o regimento da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI). **Diário Oficial do Estado**, Bahia, BA, 2015.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Levantamento de órgãos e conselhos de igualdade racial para o SINAPIR**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Guia de orientação para a criação e implementação de órgãos, conselhos e planos de promoção da igualdade racial**. Brasília, 2018.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro 36, n. 2, p. 277-292, mar./abr. 2002.

CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa da. Superando as desigualdades raciais: uma análise das principais políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 15, n. 56, p. 85-108, 2010.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU. Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas. **Controle social**: orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social. Brasília, DF, 2010, 47 p.

CORREIA, Maria Valéria Costa. Controle social. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Julio César França. **Dicionário educação profissional em saúde**. 2. ed. Fundação Oswaldo Cruz: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

FERREIRA, Ailton dos Santos. **Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) período: 2003 a 2006** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <erinaldodiasufc@yahoo.com.br> em 12 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976 In: FOUCAULT, Michael. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor, **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, Nilma Lino. Limites e possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas em educação. *In*: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009. p. 39-74.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, Mar. 1973.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2012b.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

HERINGER, Rosana. Igualdade racial como um projeto para o Brasil: balanço e perspectivas. *In*: HERINGER, Rosana; PINHO, Osmundo (Org.). **Afro Rio século XXI: modernidade e relações raciais no Rio de Janeiro**: Garamond, 2011. p. 43-93.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACCOUB, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília: Ipea, 2002.

LEFÈVRE, Fernando. **Discurso do sujeito coletivo: nossos modos de pensar, nosso eu coletivo**. São Paulo: Andreoli, 2017.

LEFREVE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.; CORNETTA, V. K. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRUH”, São Paulo – 2002. **Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 68-75, jul./dez., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n2/07.pdf>. Acesso em: 23 out. 2018.

LEMO, Rosalia de Oliveira. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro**. 1997. 185 f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

MACHADO, Loiva Mara de Oliveira. **Controle social da política de assistência social: caminhos e descaminhos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MADRIGAL, Alexis. **Os conselhos de políticas públicas à luz da Constituição Federal de 1988**. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/40415/os-conselhos-de-politicas-publicas-a-luz-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 22 ago. 2017.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 46, p. 115-128, jun./ago. 2000.

MARTELETO, Regina Maria. Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan./abr. 2001.

MARTELETO, Regina Maria. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.) **O campo da Ciência da Informação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2011. p. 105-115.

MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 27-46, jan./dez. 2010.

MARTELETO, Regina Maria; TOMAÉL, Maria Inês. A metodologia de análise de redes sociais (ARS). *In*: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 81-100.

MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Antonio Braz de Oliveira E. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, 2004.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, a dívida e o paradoxo sociológico. *In*: MARTINS, Paulo Henrique; B. Fontes (Org.). **Redes sociais e saúde: novas possibilidades teóricas**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009. p. 8-23.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro, 2003. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – RJ. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/Geraaufms/uma-abordagem-conceitual-das-noes-de-raca-racismo>. Acesso em: 15 jun. 2017.

NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. *In*: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 203-235.

OLIVEIRA, H. P. N. C.; AQUINO, M. A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em revista**, v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/12491>. Acesso em: 10 nov. 2017.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto “A Cor da Cultura”**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

PORTUGAL, Silvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. **Oficina do CES**, n. 271, p. 1-35, mar. 2007.

RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSSO, Sadi Dal; OLIVEIRA, Dijaci David de. As políticas públicas como sistema. *In*: ROSSO, Sadi Dal (Org). **Políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil: o papel da SEPPIR**. Goiânia: FUNAPE, 2009. p. 179-183.

SALES JÚNIOR, Ronaldo Laurentino de. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2009.

SANTANA, Sérgio Rodrigues de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; LIMA Izabel França de. Informação étnico-racial na memória da produção científica do NEPIERE. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFPB, 2016, p. 1-20. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016>. Acesso em: 02 jan. 2019.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos Santos. **O movimento negro e o estado (1983-1987): o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no governo de São Paulo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2005.

SANTOS, Marcio André de O. dos. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. *In*: HERINGER, Rosana; PAULA, Marilene de. (Org.). **Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2009. p. 227-258.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. Sujeitos e movimentos conectando-se através de redes. **Política & trabalho**, n. 19, p.29-37, out. 2003.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Adailton *et al.* **Entre o racismo e a desigualdade**: da constituição à promoção de uma política de igualdade racial (1988-2008). In: JACCOUB, Luciana de Barros (Org). A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: Ipea, 2009. p. 18-92.

SILVA, Joselina da Silva. Prefácio. In: LIMA, Ivan Costa; NASCIMENTO, Joelma Gentil (Orgs.). **Trajetórias históricas e práticas pedagógicas da população negra no Ceará**. Fortaleza: Impreco, 2009. p. 7-10.

SILVA, Joselina da. Pensamentos e manifestações afro-brasileiras: olhares para além do projeto Unesco. In: HERINGER, Rosana; PINHO, Osmundo (Orgs.). **Afro Rio século XXI**: modernidade e relações raciais no Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p. 15-42.

SILVA, Joselina da; PEREIRA, Amauri Mendes. **Olhares sobre a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Intolerâncias Correlatas**. Brasília, DF: Fundação Palmares; Belo Horizonte: Nandayalla, 2013.

SILVA, Kyara Vasques; VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Joselina da. Um olhar da biblioteconomia sobre os movimentos sociais negros no Nordeste. **APGS**, Viçosa, v. 2, n. 3, p. 286-297, jul./set. 2010.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque. Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, n. 1, v. 8, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/24436>. Acesso em: 09 fev. 2019.

SILVA, Paulo da Trindade Nerys. São as políticas públicas efetivamente políticas "sociais"? **Motrivivência**, Florianópolis, ano 11, n. 12, maio 1999.

SOUZA, Celina. Estado do campo da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003a.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003b.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Movimentos sociais e conselhos. **Cadernos ABONG**, São Paulo, n. 15, p. 1-12, jul. 1996.

TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 2, Esp., p. 75-91, 2006. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/v/a/6902>. Acesso em: 09 out. 2018.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?: iguais e diferentes**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 11 ed. São Paulo: Moderna, 1994.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **A produção científica sobre os (as) negros (as) nos ENANCIBs: um olhar cientométrico**. 2011. 49 f. Monografia (Curso de Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2011.

VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Reflexões sobre movimentos sociais e informação: a experiência do Grupo de Valorização Negra do Cariri – GRUNEC**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIEIRA, Rejane Esther. Políticas públicas e os novos direitos: o novo enfoque da gestão pública na construção de espaços públicos de participação no estado de direito no Brasil, **Revista Jurídica**, Curitiba, n. 21, Temática, n. 5, p. 11-42, 2008.

VILELA, Maria Diogenilda de Almeida. **Legislação que disciplina os conselhos de políticas públicas**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2005.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

APÊNDICE A - ARTIGOS INDEXADOS NA BRAPCI E NO PORTAL CAPES RELACIONADOS AO TEMA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

ANO	AUTORIA	TÍTULOS ENCONTRADOS NA BRAPCI
2018	VIDAL, Fabiano Cesar de Mendonça; ROSA, Maria Nilza Barbosa; LIMA, Izabel França.	Objetos, coisas e memória popular sobre o negro escravo na paraíba nos inéditos de Ademar Vidal.
2018	VALÉRIO, Erinaldo Dias; SANTOS, Raimunda Fernanda.	O ensino das práticas de organização e tratamento da informação étnico-racial e sobre diversidade de gênero frente à formação do (a) bibliotecário (a).
2018	TANUS, Gustavo; TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho.	As bibliotecas públicas e a importância da formação e desenvolvimento dos acervos de literatura afro-brasileira.
2018	SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo da Silva; PIZARRO, Daniela Câmara.	A branquitude nas práticas docentes em biblioteconomia e ciência da informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial.
2018	SILVA, Francisco Sávio da; PAIVA, Eliane Bezerra.	Memória afro-brasileira e indígena: pesquisa da produção científica em ciência da informação.
2018	SILVA, Andreia Sousa; KARPINSKI, Cezar.	O contexto informacional dos núcleos de estudos afro-brasileiros: analisando o facebook como uma fonte de informação étnico-racial.
2018	LIMA, Graziela dos Santos; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; SILVA, Andreia Sousa; SOUZA, Gisele Karine Santos de.	Africanizando os acervos: política de gestão de acervos para bibliotecas especializadas na temática afro-brasileira e africana.
2018	ARAÚJO, Ana Rafaela Sales de; BEZERRA, Midinai Gomes; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de.	Arquitetura da informação no website Geledés: a mulher negra em foco.
2017	LOPES, Fernando Cruz; BORTOLIN, Sueli; SILVA, Maria Nilza.	Relações raciais e mediação da informação: breves considerações.
2017	SILVA, Marcio Ferreira da; ALMEIDA, Carlos Cândido de.	A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil.
2017	SILVA, Thaís Pereira da.	TICS: resistência das mulheres negras.

2017	VALÉRIO, Erinaldo Dias; SILVA, Dávila Maria Feitosa da.	Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri - UFCA.
2017	REIS, Carlos Eduardo dos.	A Lei n. 10.639 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação: das relações étnico raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e o problema do acesso à educação do negro.
2017	SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; PIZARRO, Daniela Câmara; SALDANHA, Gustavo da Silva.	As temáticas africana e afro-brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação.
2017	SILVA, Andreia Sousa; FONTES, Sandra Regina.	Diversidade étnica na biblioteca e a aplicação da Lei nº 10.639/03.
2017	ORTOLAN, Luciana Pereira Vicente; SILVA, Marcio Ferreira da; ALVES, Roberta Caroline Vesu; MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel.	As temáticas sobre o negro na Ciência da Informação brasileira.
2016	SANTOS, Thais Helen do Nascimento; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	Entre os Estudos Culturais e a Ciência da Informação: fontes de informação étnico-raciais.
2016	PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa; SANTOS, Jaires Oliveira; GUIMARÃES, Fernanda Xavier.	Mediação da informação em comunidades quilombolas.
2016	JORENTE, Maria José Vicentini; NAKANO, Natália; BATISTA, Lucinéia da Silva; RODRIGUES, Nandia Letícia Freitas.	O design da informação na criação de um modelo para o museu Afro Brasil: um estudo comparativo.
2015	SOUZA, Maria Antonia de; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de.	Informação étnico-racial: proposta de glossário sob a égide da semântica discursiva.
2015	SILVA, Dávila Maria Feitosa da; SILVA, Joselina; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues.	O lugar da biblioteca universitária na Implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia.
2015	LIMA, Valdir.	Cultos Afro-Brasileiros na Paraíba: memória em construção.

2015	CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos; COSTA, Amabile.	Utilização do Facebook como meio de divulgação de fontes de informação pela biblioteca de referência NEAB/UDESC.
2015	CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; COSTA, Amabile; LIMA, Graziela dos Santos.	Os interagentes da biblioteca de referência NEAB/UDESC: avaliação de biblioteca especializada em temática africana, afro-brasileira e indígena.
2014	SILVA, Ana Claudia Emídio da; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina.	História e Cultura Afro-Brasileira: um olhar sobre a Lei 10639/2003 nas bibliotecas escolares.
2014	SANTOS, Marco Antonio dos; VIEIRA, Ricardo Quintão; CAVERNI, Leila Maria Rissi.	Saúde da população negra: estudo bibliométrico em artigos, teses e dissertações digitais nacionais.
2014	CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco; GARCÊS, Franciéle Carneiro; LIMA, Graziela dos Santos.	Biblioteca de referência do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil: avaliação dos empréstimos entre 2008-2013.
2014	AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da.	Comunidades virtuais de música como subsídio para a construção da identidade afrodescendente.
2013	VALÉRIO, Erinaldo Dias; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro.	Análise das informações étnicorraciais a partir dos estudos métricos da biblioteconomia: um olhar cienciométrico
2013	SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba.
2013	SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da; SEVERO, Ronhely Pereira; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	Imagens de exclusão de negros /as em produção de conhecimento nas universidades públicas.
2013	MENEZES, Kalyne; TUZZO, Simone Antoniacci.	Cidadania, racismo e mídia: a identidade do negro.
2013	AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves.	Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros.
2012	VALÉRIO, Erinaldo Dias;	A produção científica sobre os (as) negros nos Enancibs sob um olhar cientométrico.

	BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina.	
2012	AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da	A informação no funk: construindo a identidade afrodescendente.
2012	OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação.
2012	LIMA, Graziela dos Santos; CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco.	Disseminando a igualdade: um balanço da biblioteca de referência sobre diversidade cultural - BRDC/NEAB/UDESC (2009/2010).
2012	CARMO, Nicacia Lina do; BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SILVA, Joselina.	História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas bibliotecas públicas do Cariri cearense.
2012	AQUINO, Mirian de Albuquerque; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de.	Contribuições da arquitetura da informação para o website: A Cor da Cultura.
2011	ELLIOTT, Ariluci Goes; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	Informação, imagem e memória: uma análise de discurso em jornais da imprensa negra da Biblioteca da Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri.
2011	AQUINO, Mirian de Albuquerque; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da; SANTANA, Sérgio Rodrigues.	Retirando a pele da memória: a produção de conhecimento sobre negros (as) (in) visibilizada em anais de iniciação científica na UFPB.
2011	SILVA, Alba Lúcia Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	A (in)visibilidade de Negros(as) na Produção de Conhecimento em Programas de Pós-Graduação da UFPB.
2010	AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Sérgio Rodrigues; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco da.	Dissonâncias e assimetrias na produção de conhecimento na UFPB: (in)visibilidade de temas sobre negros (as).
2010	AQUINO, Mirian de Albuquerque.	Políticas de informação para inclusão de negros afrodescendentes a partir de uma nova compreensão da diversidade cultural.
2010	AQUINO, Mirian de Albuquerque; SANTANA, Vanessa Alves.	Entre a informação e o conhecimento, imbricam-se tensas relações para inclusão de negros na sociedade contemporânea.
2009	SANTANA, Vanessa Alves; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	A responsabilidade social e ética e a inclusão de afrodescendentes em discursos de profissionais da informação em universidade pública.

2009	PAULA, Claudia Regina de.	O protagonismo negro: o movimento negro na luta por uma educação antirracista.
2009	MATTOS, Miriam de C. do C. M.; DAVOK, Delsi Fries; OHIRA, Maria de Lourdes Blatt.	Gestão documental dos núcleos e laboratórios da UDESC: relato de estágio no núcleo de 2009estudos afro-brasileiros (NEAB).
2009	LIMA, Celly de Britto; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	A construção de identidades afrodescendentes na cibercultura: o olhar da Ciência da Informação.
2009	GOMES, Arilson dos Santos.	Oásis e desertos no Brasil: da Frente Negra Brasileira aos congressos nacionais sobre a temática afro-brasileira e negra.
2009	FELIPE, Ana Maria.	Feminismo negro: mulheres negras e poder - um enfoque contra-hegemônico sobre gênero.
2009	DUARTE, Eduardo de Assis.	Literatura afro-brasileira: elementos para uma conceituação.
2009	BASTHI, Angélica.	Cenas de gente negra: os 25 anos do movimento negro no Brasil.
2008	THEODORO, Mário Lisboa.	Exclusão ou inclusão precária? O negro na sociedade brasileira.
2008	SILVA, Maria Conceição; SILVA, Fernanda Mirelle de Almeida; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	A biblioteca digital Paulo Freire recuperando o conteúdo freireano para consolidação de políticas de ações afirmativas.
2008	MATTOS, Miriam de C. do C. M.	Biblioteca de referência do NEAB: preservando a história e memória dos afrodescendentes em Santa Catarina e no Brasil.
2007	AQUINO, Mirian de Albuquerque, et. al.	A ciência em ação: o museu virtual de imagens da cultura africana e afrodescendente.
2006	SILVA, Andreia Sousa; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira.	O Memorial Antonieta de Barros como veículo de disseminação e produção da informação.
2003	FREITAS, Ricardo Oliveira de.	Candomblé e Mídia: Breve histórico da tecnologização das religiões afro-brasileiras nos e pelos meios de comunicação.
2001	FUÃO, Juarez José Rodrigues.	Colonização e racismo nos Estados Unidos da América.
2001	FREITAS, Patrícia de.	Algumas pistas sobre o negro no período colonial através da documentação do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
1999	BRITO NETO, Joãoimar Carvalho de.	Informação e cidadania, a nova configuração da democracia.
1993	PASSARELLI, Brasilina.	Hipermídia na aprendizagem - construção de um protótipo interativo: a escravidão no Brasil.
1988	SOARES, Iaponan.	Historiografia e Documentação sobre escravos em Santa Catarina: as Fontes do Arquivo

		Público do Estado.
TOTAL: 64		
ANO	AUTORIA	TÍTULOS ENCONTRADOS NO PORTAL CAPES
2014	SILVA, Leyde Klebia R. da; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	Fontes de informação na Web: apropriação, uso e disseminação da informação étnico-racial no movimento negro da Paraíba
2014	AQUINO, Mirian de A.; SANTANA; Vanessa Alves.	Práticas de organização e representação da informação étnico-racial em bibliotecas universitárias: necessidade de preservação da memória de negros
2014	AQUINO, Mirian de A; SILVA JÚNIOR, Jobson Francisco; SILVA, Leyde Klebia R. da.	Gêneros digitais: expandindo a comunicação no movimento negro da Paraíba
2012	OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque.	O conceito de informação etnicorracial na Ciência da Informação
TOTAL: 4		

APENDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA -
IBICT

ENTREVISTA

CARACTERIZAÇÃO DO (A) CONSELHEIRO (A)

1) Dados do (a) conselheiro (a)

Nome: _____

Cargo no Conselho: _____

Há quanto tempo participa do Conselho: _____

Sexo:

☐ Mulher ☐ Homem

Idade: ☐ 18 a 25 ☐ 26 a 33 ☐ 34 a 41 ☐ 42 a 58 ☐ 59 ou mais

Cidade e Estado onde tem residência ou passa a maior parte do tempo:

2) Escolaridade

Ensino Fundamental: ☐ completo ☐ incompleto ☐ em andamento

Ensino Médio: ☐ completo ☐ incompleto ☐ em andamento

Graduação: ☐ em andamento ☐ concluído

Área: _____

Pós-graduação lato sensu (especialização):

☐ em andamento ☐ concluído

Área:

Pós-graduação stricto sensu (mestrado e/ou doutorado):

Mestrado:

☐ em andamento ☐ concluído

Área:

Doutorado:

☐ em andamento ☐ concluído

Área:

Profissão: _____

Local de trabalho:

Indique o nome da organização/instituição em que trabalha:

INFORMAÇÕES SOBRE O CONSELHO

- 1) **Como se deu a constituição do CDCN? Em que contexto?**
- 2) **O Conselho atende a todas as cidades do Estado? De que forma?**
- 3) **Sobre as reuniões do CDCN: como são estabelecidas as pautas e como são conduzidas?**
- 4) **Quais são as ações do CDCN desenvolvidas, desde a sua criação, ao longo do tempo (ou desde que você integra o Conselho) e quais você considera mais relevantes?**
- 5) **Qual é a efetividade que você percebe nessas ações em relação à formulação das políticas públicas?**

- 6) **As ações do CDCN têm proporcionado realmente um debate mais firme e uma participação, controle social, maiores em relação às políticas públicas? De que forma isso se dá?**
- 7) **Quais os instrumentos utilizados pelo CDCN para divulgar suas ações e incentivar a participação? Como os utiliza?**
- 8) **Além do recorte racial, o CDCN contempla outros temas e/ou públicos, além da população negra e suas questões? De que forma?**
- 9) **Com quais pessoas (integrantes ou não do CDCN) você tem interagido de forma mais frequente em função do seu trabalho como conselheiro (a)? Por favor, cite os nomes e respectivos cargos/instituições de até 5 pessoas:**

Nome _____

Instituição _____

Cargo _____

Nome _____

Instituição _____

Cargo _____

Nome _____

Instituição _____

Cargo _____

Nome _____

Instituição _____

Cargo _____

Nome _____

Instituição _____

Cargo _____

10) Quais meios/recursos e/ou mídias você utiliza para se informar e comunicar em função da sua atuação no CDCN? No espaço fornecido abaixo, enumere de 1 a 5 por ordem de relevância, sendo 1 - para muito relevante, 2 - relevante, 3 - regular, 4 - pouco relevante e 5 - para irrelevante.

- a) ☐ Jornais, revistas, artigos e livros;
- b) ☐ televisão e rádio;
- c) ☐ Sites e portais;
- d) ☐ Redes sociais virtuais (facebook, blogs, instagram, twiter, linkedin, whatsapp);
- e) ☐ Conversas com colegas.

11) De que forma e por quais meios a população, as organizações e os movimentos sociais tomam conhecimento das ações promovidas pelo CDCN?

12) De que forma se estabelece a comunicação e a relação com outros Conselhos?

13) Como você avalia a sua própria atuação no CDCN?

14) Finalmente, quais os maiores desafios que o CDCN enfrenta nos tempos atuais? E suas perspectivas para o futuro?

15) Você gostaria de acrescentar ou comentar algo mais?

APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT

Caro (a) conselheiro (a), em primeiro lugar, agradecemos o aceite em responder essa entrevista que compõe a tese de doutorado intitulada “**Produção de conhecimento e circulação da informação no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN)**”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do doutorando Erinaldo Dias Valério e sob a orientação da professora Doutora Regina Maria Marteleto.

O objetivo da pesquisa é analisar os processos e práticas de produção, comunicação e uso da informação no Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra (CDCN) do Estado da Bahia, na região Nordeste do Brasil, na articulação e formulação de propostas de promoção e implementação de políticas públicas para a população negra.

Se você tiver alguma dúvida, por favor, entre em contato pelo e-mail erinaldodiasufc@yahoo.com.br ou pelo telefone (62) 9120-0508.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Fui convidado (a) a participar da pesquisa para a tese de doutorado intitulada **“Produção de conhecimento e circulação da informação no Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN)”**, realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do doutorando Erinaldo Dias Valério e sob a orientação da Professora Doutora Regina Maria Marteleto.

Nesta pesquisa, responderei uma entrevista com questões como: dados pessoais, formação acadêmica e informações sobre o CDCN e minha participação no Conselho. A entrevista se dará de forma presencial e será gravada com o auxílio de um gravador de áudio. Fui informado (a) de que os dados serão gravados e usados apenas para fins do estudo e que a divulgação dos resultados ocorrerá sob a forma de publicações científicas. O meu nome será preservado e mantido em sigilo, isto é, não divulgado na pesquisa nem nas publicações posteriores.

É do meu conhecimento que a minha participação é voluntária e que poderei recusar responder qualquer questão ou me retirar a qualquer momento, sem que explicações me sejam solicitadas ou venha a sofrer qualquer tipo de dano ou prejuízo. Esta pesquisa não representa riscos diretos para minha saúde ou bem-estar e os benefícios serão o reconhecimento das ações desenvolvidas pelo CDCN para a promoção da igualdade racial e a sua importância na luta antirracista.

Caso eu queira tirar alguma outra dúvida ou solicitar algum esclarecimento, poderei entrar em contato com o pesquisador responsável a qualquer momento. Não terei custo ao participar deste estudo.

Consentimento da participação na pesquisa:

Eu, _____, inscrito (a)
sob o RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em
participar do estudo intitulado “Produção de conhecimento e circulação da
informação em entidade do movimento negro no Brasil: o Conselho de
Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia (CDCN)”. Informo ter
mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de
caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo pesquisador
responsável Erinaldo Dias Valério sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos
nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha
participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a
qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que
concordo com a minha participação na pesquisa acima descrito. Este documento é
emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador,
ficando uma via com cada um de nós.

Salvador, (BA) de de 2018.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do doutorando responsável pela pesquisa

APENDICE D - INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 1: COMO SE DEU A CONSTITUIÇÃO DO CDCN? EM QUE CONTEXTO?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	Foi mais por conta da discussão da demanda do movimento social. O pessoal se sentia na obrigação de brigar com o Estado e criar um mecanismo de controle dentro ou próximo do Estado , porque as instituições não tinham e estavam perdendo forças nas discussões de realmente forçar o Estado a implementar, e a partir disso veio a ideia, de pessoas da época do movimento, de brigar dentro do estado para a construção do conselho. Então, essas instituições precisavam ser fortalecidas também e foi daí que veio às discussões para que se criasse um mecanismo de fazer o Estado entender a importância de um conselho, que pudesse assim forçar o estado a realmente implementar e resolver as demandas do movimento negro, do movimento social .
A02	A mais ou menos trinta anos atrás, basicamente naquela rua ali mesmo, existia uma organização do movimento negro , mas que ainda não era de fato reconhecida pelo Estado e o conselho surgiu nessa necessidade de representar de fato a comunidade negra , para implementar e fiscalizar políticas voltadas para a população negra mesmo.
A03	Eu não tenho conhecimento exatamente da história do CDCN, mas sei que é um conselho antigo, bastante atuante .
A04	[...] está associada a um conjunto de outros movimentos sociais ligados aos grupos dos afoxés, aos grupos do movimento negro aqui, da década de 1970 e 1980, as organizações e os coletivos que já faziam militância por uma entidade racial naquele período [...] . O que eu sei sobre o CDCN é sobre esta representação que ele tem como um dos conselhos mais velhos talvez que a gente tenha e a gente está falando em termos inclusive de Brasil e eu sei do protagonismo do CDCN [...].
A05	Antes do Conselho ser colegiado à instituição pública ele era um Conselho de um departamento, era uma parte do departamento da defensoria da justiça, que na realidade não era um conselho, era um colegiado, ainda não tinha uma força de Conselho, aí depois tornou-se, mas saiu da esfera pública e tornou-se da sociedade civil . Foi o momento do ápice CDCN, foi quando ele foi literalmente o Conselho da sociedade civil, então ele ficou por alguns anos assim, que era um embate, porque assim era como se fosse uma oposição ao governo, então o conselho intervia apesar de não ter poder de mudança, mas tinham poderes de pressão da sociedade civil para algumas coisas acontecerem dentro da esfera do governo. Eu digo que foi um momento de ápice porque

	muitas coisas foram conquistadas neste período, porque era uma voz ativa e a representação do Povo, era como se fosse um novo governo, o governo do Conselho formado por essas representações e o governo. [...] E aí depois de um tempo o conselho começou a ser colegiado a SEPROMI, porque antes não tinha a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, então o CDCN funcionava como se fosse a representação da sociedade e comunidades negras da Bahia. Então, 15 anos depois da formação do CDCN formou-se a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que foi colegiado ao CDCN essa secretaria [...].
A06	Ele já existe a mais de 30 anos e esse Conselho foi na época, na data de 1987, se não me engano, vinculado à secretaria de Justiça do Estado da Bahia. Então é um Conselho muito antigo, é um dos Conselhos mais antigos do governo do estado, [...] talvez até do Brasil, e ele se deu justamente nesse contexto de as organizações do movimento negro que sempre pensaram em ter um espaço para que pudessem refletir e compartilhar ações inerentes à população negra.
A07	O CDCN tem 31 anos e ele foi formado na gestão do primeiro governador, que nós reportamos progressista, foi na gestão de Waldir Pires e tinha sido algo pautado pelo movimento social, pelo movimento negro unificado, pelos grupos que defendiam a pauta, eles pediram a constituição desse Conselho. Quando Waldir Pires assumiu naquela época, assumiu em março, e quando foi em junho saiu uma lei criando o Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra. De lá para cá já houve algumas mudanças de assento nesse conselho [...]. E na época o propósito era ser um local em que se fizessem os estudos, mas também se fizessem as críticas às políticas da época, que se fizessem encaminhamentos das necessidades da comunidade negra, ele pode dizer que foi o nascedouro de muitas políticas que hoje formam ou compõem as atribuições dessa secretaria, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI. [...] quando ele foi criado previa a presidência na sociedade civil e houve atrasos na nomeação dos conselheiros, então assim, como de fato o conselho já surgiu de um grupo que pensava nas políticas e pautava o estado, não é que ele não tinha existido, ele não tinha naquele período era a nomeação para os cargos que aí sim, veio acontecer em 1991. Depois de muitos consensos de conferir a presidência, você sabe que a lei cria, mas é o regimento que vai dar operacionalidade a qualquer instituição que é coletiva e esse interregno foi-se interregno das discussões [...].
A08	O CDCN ele surge a partir das discussões do movimento negro de você ter um órgão, que faça essa discussão para dentro do Estado, um órgão fiscalizador do controle das políticas de promoção da igualdade. Quando o conselho nasce há 31 anos, você não tinha políticas de promoção da Igualdade específica na Bahia, então o Conselho nasce para implementar e dialogar com poder público, políticas de promoção da igualdade.
A09	O CDCN, ele foi composto no governo de Valdir Pires, ele primeiramente passou a ser um colegiado, ligado à secretaria de justiça e direitos humanos, e funcionava nesse prédio que se situa no CABI daqui da Bahia onde o Conselho tinha uma sala. Nessa primeira composição, ele sempre foi composto por sociedade civil e

	organizações públicas , acho que tinham seis secretarias que tinham um assento nele e o restante era composto por sociedade civil, entre blocos afros, afoxés, organizações negras, Universidade Federal, Universidade da Bahia. Todas essas composições eram feitas por esses conselheiros. Foi criado devido à falta de um organismo que lutasse pela questão do racismo, a questão da discriminação, dos preconceitos e então o CDCN ele surgiu praticamente com essa missão do enfrentamento a estas questões raciais, para que pudessem ser estabelecidas políticas públicas . Ele sempre foi um órgão consultivo, nunca se teve poder de deliberação.
A10	O CDCN surgiu em um contexto de muita necessidade para organizar uma comunidade . Era muito disperso cada um para o seu lado, não tinha um lugar central, uma entidade central que agregasse todos os anseios de uma comunidade bem específica que é a comunidade negra .

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 2: O CONSELHO ATENDE A TODAS AS CIDADES DO ESTADO? DE QUE FORMA?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	Sim, foi criado como Conselho do estado e então começou a se fazer visitas nos interiores e descobrindo os excessos de descasos nas cidades . Foi aí que começou a trazer estas demandas para dentro do Conselho, e discutir com o Estado, para que de fato o Estado começasse a realmente resolver essas ações nos interiores. Então, nós criamos um tipo de comissão, várias comissões, dentro do Conselho , me lembro de uma delas que eu fiz parte que é a comissão dos Quilombolas, foi quando a gente começou a catalogar os quilombos do estado da Bahia e começamos a denunciar os excessos de descasos que o estado tinha com estes quilombos e começamos a conscientizar os quilombolas da importância deles como quilombolas e dos direitos que eles tinham dentro de um país que também é deles e foi aí que eles começaram realmente a cobrar do estado, através do conselho e através também dos políticos de suas cidades.
A02	Então, neste ano entramos com um programa para interiorizar o CDCN , o que significa isso? Tentar levar para as cidades de interiores o conhecimento de que existe um Conselho a mais de 30 anos e que também é ligado à Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. Muitas destas cidades não sabem que existe este conselho, então, nós começamos a fazer um processo de um CDCN itinerante, de levar para estas cidades, falar sobre o Conselho, como que atua e onde que está localizado; quem são as pessoas que podem procurar; quem são os órgãos que podem ser representados .
A03	Atende dentro das possibilidades , por exemplo, em Salvador, a Bahia é um estado que têm 417 municípios, então

	ele atende dentro da medida das possibilidades, o certo seria que se tivesse representação Regional, mas eu acho e eu acredito que isso ainda vai ocorrer, no momento ainda não ocorre. Nessas que ele vai, faz audiências públicas, atende as demandas do ponto de vista da discussão, do encaminhamento.
A04	Atende , atualmente nós temos internamente algumas políticas que são políticas no campo dos territórios quilombolas , são políticas no campo dos segmentos que compõem as cadeiras do CDCN, então o CDCN tem diversas cadeiras ligadas aos movimentos populares e os movimentos tradicionais de matriz africana e em cada um desses municípios a gente encontra essas representatividades e a gente tem também uma parceria com outras secretarias.
A05	Na realidade o conselho, essa nova eleição, estendeu um pouco mais a amplitude com relação às cidades do estado, uma gama de municípios [...]. Então para ser mais abrangente e ter realmente a representatividade da região, foi também aberto e retirado alguns entraves, algumas regrinhas e não é que foi flexível, mas foi adaptável para algumas instituições do interior que não estavam nas mesmas diretrizes e linha das instituições da capital Salvador, que já são instituições que tem uma dinâmica quanto à projetos, quanto à editais, quanto à licitações muito grande e que essas pessoas ficavam um pouco a quem, não quer dizer que elas não eram representadas, mas essa representação era uma representação muito de fora para dentro, então essa nova eleição incluiu pessoas de dentro do território, do seu território, para representar o seu território sem precisar que o de fora vir dizer como é que é, o que pode ser melhor colocar [...]. [...] estão contemplados hoje no CDCN, mas, trazendo a realidade do que era antes, esses territórios eram representados, mas não tinham seus representantes do território, eram representados por outras instituições que tinham uma ligação com a temática daquelas regiões.
A06	Esse conselho, ele é de caráter estadual , é o Conselho Estadual Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado da Bahia, um processo que nós estamos levando [...]. [...] interiorizando as ações deste conselho, e levando, porque são 417 municípios , então imagine, nós instalarmos os conselhos locais em cada município desse. É um grande avanço, então por isso, a gente tem se debruçado para poder estar interiorizando estas ações do conselho.
A07	Ele foi criado com essa a ambiência Estadual , mas hoje em dia, depois de 2007 e a formulação do Sistema Nacional de promoção da Igualdade Racial houve um incentivo à criação dos conselhos municipais de promoção da Igualdade racial. Então hoje muitos municípios, já possui um conselho a semelhança do CDCN e ele continua sendo um vetor de interiorização da política de promoção da Igualdade racial. A exemplo que eu posso falar mais recente é que ele se desloca daqui em audiências públicas para ajudar as comunidades locais nos movimentos locais a formar seus próprios conselhos, como aconteceu em São Gonçalo dos Campos e que hoje já tá na fase de preparação da lei que será encaminhada para a câmara de vereadores , como caso de Dias D'Ávila, Taperoá, certo, que já criou o conselho e já está na fase de aprovação do Regimento.

	Então a existência do CDCN tem colaborado para que esse processo de formação de construção dos documentos que fazem funcionar o conselho seja um pouco mais rápido, do que foi no caso dele, que não tinha uma precedência.
A08	Sim, ele é um conselho estadual , há 30 anos atrás era mais difícil você se locomover pelo Estado, a Bahia tem 417 municípios . Então ele nasce mais atrelado à secretaria de direitos humanos, mas não tinha estrutura para se deslocar para todo o Estado, então ele passa a discussão e as ações do Conselho vão muito pelas ações da militância nos municípios ao entrar em contato com esse Conselho durante um bom tempo. Hoje a estrutura é diferenciada, com uma secretaria específica de promoção da Igualdade, o conselho é deslocado para essa secretaria e passa a ter uma estrutura que faça com que as ações hoje aconteçam em diversos municípios. Além disso, nós temos uma unidade móvel que facilita as interrupções e a descentralização das ações do Conselho.
A09	Logo na sua terceira composição, o colegiado era mais centralizado aqui mesmo na capital, era mais as organizações daqui mesmo que buscavam suas parcerias, seus conselhos, suas interlocuções junto ao governo do Estado. Logo, acho que quando a gente estava saindo do CABE e que conseguimos ter uma sede na Rua do Bispo no pelourinho o Conselho ficou mais popular, porque foi mais para o centro da cidade onde na nossa relação fica inviabilizada pela distância, ele teve uma visibilidade maior junto à população, aonde foi buscar essas parcerias, então aí nesse período penso que ele se estendeu mais a fora de Salvador, porque as entidades negras levavam, os conselheiros levavam para as suas apresentações artísticas, para as suas necessidades, e aí com essa visibilidade o Conselho foi para fora da capital e chegou a alguns municípios.
A10	O conselho foi criado para atender a todo estado , é um Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negra, mas como nós temos 417 municípios, ainda não temos esse alcance de cobrir a todos os municípios, todo o território baiano, mas em boa parte já tem ação do CDCN. Por exemplo, uma das ações que foi levada para as cidades do interior, foi a capacitação, cursos de qualificação para comunidades quilombolas, comunidades tradicionais que entram também as comunidades indígenas. Essa ação tem surtido bastante efeito, porque essa população jovem que vive a procura de empregos, não tem uma entidade para se agregar, para se formar. E o local que encontram esse apoio, é no CDCN, a partir dessas atividades voltadas para a capacitação.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 3: SOBRE AS REUNIÕES DO CDCN: COMO SÃO ESTABELECIDAS AS PAUTAS E COMO SÃO CONDUZIDAS?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	A reunião do CDCN, a gente recebe as denúncias e também os conselheiros levam as suas demandas do seu conhecimento e juntam todas elas, e a gente consegue ver a importância (as mais importantes), e discute dentro de um grupo chamado Comissão Executiva, e separa o que pode ser levado para a reunião de todos os conselheiros juntos, e daí é levada essa discussão e dali sai um veredito para cada ação, juntamente com a vice presidenta e a presidenta que é a secretária de estado. Até por que tem demandas que quando chegam aqui, podem ser resolvidas sem precisar levar para a reunião geral, até por que são demandas simples, e nós temos o centro de referências que discute a questão racial, a discriminação, tem coisas que já podem ser encaminhadas para que o centro de referências receba essas pessoas , então não precisa passar pelo Conselho, aí a gente recebe depois o resultado por conta da coordenadora do centro de referências que informa o conselho, mas, tem assunto mais sério que é levado para a reunião maior, que é a reunião de todos os conselheiros, para que a gente encaminhe para os devidos lugares determinados.
A02	Nós temos um planejamento anual, e nesse planejamento anual vai ser decididas as datas com todos os conselheiros convidados. É um planejamento que foi feito o dia todo, então nós planejamos as datas e se todo mundo concorda. A reunião é feita e só acontece quando tem quórum. A reunião é conduzida pela secretária, as pautas elas são colocadas a todas as reuniões, nós discutimos as pautas e colocamos os encaminhamentos a depender de algumas atividades, ou alguma urgência, nós nos comunicamos entre si, através de e-mails, grupos do whatsapp, solicitamos se pode colocar alguma coisa em pauta para a próxima reunião. Como todas as reuniões nós já sabemos, até o final de dezembro, então a gente vai encaixando algumas pautas urgentes, por exemplo, para entrar, digamos assim, nós temos eventos programados o ano todo. Então, digamos que nós vamos chegar agora no “Novembro Negro”, e nós temos uma atividade para o novembro negro e o CDCN precisa estar dentro desta pauta, mas se tiver algo urgente, para o novembro negro, para além desta pauta, a gente solicita para encaixar.
A03	Nós já temos algumas demandas já pré-estabelecidas , e essas demandas compõem as pautas e casos específicos esporádicos, algum problema pontual, algo muito discutido, isso faz parte da pauta. Mas já existe uma programação que é feita anteriormente, anualmente, no início do ano se faz uma reunião e decidem-se quais são os assuntos que serão tratados no decorrer do ano.
A04	Nós temos algumas demandas que são fixas , por exemplo nós temos a nossa representatividade nas instituições e nos organismos nacionais que estão hoje fazendo a representatividade do movimento de equidade racial, então a

	gente participa, a gente tem uma pauta que discute nossas intervenções cenário nacional. A gente tem uma pauta que discute a questão dos Quilombolas, e essas pautas elas têm sido fixas, mas a gente tem pautas que estão muito ligadas muito à atuação no interior que estão muito ligadas a nossa representatividade nos setores que estão nas cadeiras, então, por exemplo, eu sempre trago questões nas reformas que a gente levanta e que a gente estabelece, assim também a gente trata a questão do carnaval que é ligado a Ouro Negro, que é uma das pautas permanente, porque é uma das lutas para que a gente possa estabelecer uma política afirmativa para os blocos afros, para os afoxés, para os blocos que são historicamente marginalizados. Essas quatro pautas eu acredito que elas são fixas e a gente a partir daí transita a partir de outras questões emergentes que vão surgindo ao longo do tempo. Agora mesmo nós estamos trabalhando na formação para que a gente possa se qualificar como representante das bancas de avaliação das cotas de raças para os concursos públicos. As reuniões acontecem dirigidas pela nossa presidenta ou pela nossa vice-presidenta, e nós temos os informes, as pautas e os conselheiros têm oportunidade de trazer os informes, geralmente esses informes podem ser tratados como pautas a depender da necessidade do caráter de emergência ou de urgência. Tem uma característica muito própria de Conselho de organização da sociedade civil, da reunião, metodologia e a forma como ela acontece.
A05	As reuniões acontecem ordinariamente por mês. As pautas são organizadas pela presidenta, juntamente com a secretária. Existe uma ordem na sequência da reunião. As reuniões são públicas.
A06	Nó temos uma coordenação executiva, que nos reunimos e propomos os pontos de pauta e socializamos isso, através da assistente do conselho. Ela socializa isso, compartilha com os demais conselheiros e a partir daí é sinalizado e se cria aquele ponto de pauta e é apresentada a presidente do Conselho e nosso conselho se reúne uma vez ao mês em assembleia ordinária geral e assim vamos tocando, é bem democrático.
A07	O calendário anual das reuniões é aprovado pelo plenário. Elas são realizadas com a presença de no mínimo 1/3 de seus membros titulares ou suplentes. As sessões são públicas. As pautas são organizadas pelas demandas e necessidades de temas.
A08	Elas são ordinárias, você tem um regimento que já normatiza como deve ser essas reuniões. Essas reuniões são ordinárias, normalmente as pautas são escolhidas através da secretaria executiva que também tem uma reunião que antecede as reuniões ordinárias. Normalmente as pautas são apresentadas a partir das demandas do movimento, é muito uma pauta emergente, por exemplo, acredito que na próxima reunião a gente vai tá pautando mais uma vez a segurança pública né, porque tem acontecido, de maneira mais incisiva nos últimos dois meses ações truculentas da Polícia Militar em algumas áreas de Salvador. Então isso passa a ser ponto de pauta emergencial. A dinâmica de movimentações de promoção da Igualdade. Então você não tem uma pauta específica, a pauta do CDCN é a partir das demandas da sociedade, então ela tem esse caráter muito

	dinâmico.
A09	As pautas eram estabelecidas pelas demandas das entidades , o que demandava mais, era questão dessa interlocução com as secretarias de governo, que o conselho fazia essas articulações para que eles pudessem ter acesso direto. As reuniões do Conselho sempre aconteciam mensalmente , uma reunião mensal, mas sempre havia alguma demanda que tínhamos reuniões extraordinárias, as demandas sempre nessas questões, principalmente a questão racial.
A10	As pautas surgiam ou eram formatadas a partir dos anseios da comunidade , então levariam para mesa para se discutir aqueles pleitos dos que viam das comunidades e que a gente pudesse formatar a política que até então não tinha uma política de atendimento dessas comunidades negras , então nós trabalhávamos em cima desses pleitos.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 4: QUAIS SÃO AS AÇÕES DO CDCN DESENVOLVIDAS, DESDE A SUA CRIAÇÃO, AO LONGO DO TEMPO (OU DESDE QUE VOCÊ INTEGRA O CONSELHO) E QUAIS VOCÊ CONSIDERA MAIS RELEVANTES?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	Para mim, eu acho que foi a comissão quilombola, foi aonde a gente identificou de fato o que acontece nos interiores, principalmente nos quilombos, que foram identificados . Os encaminhamentos que foram feitos para a Fundação Palmares, a fundação da qual, cuidou com o acompanhamento nosso de fazer com que o Estado brasileiro reconhecesse o direito de cada quilombola nas suas terras, garantir o direito a uma terra, foi um dos primeiros pontos importantes nosso. O outro foi levar a as demandas dos quilombolas para toda a sociedade e para o mundo, temos como exemplo o Rio dos Macacos . Um dos quilombos que foi muito massacrado aqui dentro de Salvador, aqui perto na base naval, a onde a gente tem um carinho maior, porque alguns quilombolas estavam praticamente sendo exterminados. [...] nós criamos um mecanismo de divulgação que pudesse chamar a atenção, foi o SOS Rio dos Macacos . [...] pra gente que estava catalogando os quilombos, esse foi um dos que ficou como referência, devido à luta direta e devido à preocupação nossa de chamar a atenção da sociedade, informar à sociedade que existiam quilombos dentro de Salvador , aqui pertinho, que o pessoal não sabia nem ler e nem escrever, porque nem isso permitiu para saírem.
A02	A contribuição do CDCN para a comunidade negra foi levar esse processo de interiorização , acho que foi uma das pautas mais interessantes do tempo que estou até o momento e auxiliar muitos conselhos municipais a existirem . Justamente para poder contribuir com a pauta, para não ficar apenas ligado ao Estado, já que o CDCN é

	algo vinculado à secretaria de promoção de igualdade racial e isso facilita, porque a gente de certa forma fiscaliza os conselhos, as universidades, o sistema de cotas, por exemplo, fiscalizam editais voltados também para povos de terreiros, povos de comunidades indígenas, para comunidades quilombolas, e tudo isso a gente tem de certa forma um pouco de acesso [...].
A03	O Núcleo de Religiões de Matrizes Africanas (NAFRO), como a gente chama ele começou a fomentar uma discussão sobre a presença de ações de preconceito e discriminação racial na polícia e a partir daí quando nós chegamos a gente começou a fazer essa interação e o CDCN é uma ferramenta muito importante nesse trabalho , haja vista, pela proximidade que nós temos com o Estado através da SEPROMI.
A04	Diversas foram às intervenções do Conselho que eu acompanho desde o primeiro ano, nós tivemos uma posição política de não participar do Congresso Nacional de Igualdade Racial [...]. A intervenção nas bancas dos concursos públicos, a gente faz essa formação , mas a gente já vem reivindicando a partir de algumas secretarias essa intervenção. A articulação do CDCN na representatividade do reconhecimento dos territórios quilombolas , isso é uma pauta também das fixas que a gente tem levantado muito essa questão, especialmente nos interiores é preciso, os conselheiros já estão esclarecidos sobre a questão e sempre que possível deliberam sobre a questão, fazendo intervenções a partir inclusive de outras secretarias, fazendo visita para formação política. [...] conscientização do “Novembro Negro”, a gente trata de uma comissão específica para organizar essa formação política nas escolas, para organizar os seminários, as palestras, os debates em torno das questões mais digamos que emergentes. Ultimamente tem sido abatido muito a partir do conceito do que é “decolonialismo”, do “colorismo”, todas essas questões estão sendo levantadas inclusive pela própria necessidade de a gente compreender isso como avaliadores das bancas dos concursos e como tratar da questão das cotas. O “Ouro Negro” que trata da questão da valorização de reconhecimento dos movimentos de matriz africana do carnaval é uma das ações de intervenção , em que o CDCN intervém diretamente propondo, sugerindo, dizendo como deve ser, monitorando, fiscalizando e construindo inclusive a partir da SEPROMI editais para que possa favorecer a essas organizações que estão compoendo as cadeiras.
A05	Tiveram várias ações que foram desenvolvidas e eu acho o que mais importa, falando de financeiro, são as ações do CDCN com relação aos editais que contemplam as instituições do interior, as comunidade tradicionais, isso foi um maior ganho , que eu como trabalho e lhe dou muito com as comunidades tradicionais, acredito que esse seja o maior ganho do CDCN, oportunizar que essas instituições do interior sejam contempladas pelo edital e que nesses editais tenham uma maior amplitude que consiga abarcar as instituições que não são aquelas instituições de vitrine , que todo mundo já conhece, porque já têm um histórico muito grande. Então eu acredito que além de outras coisas importantíssimas como o banco de denúncias contra o racismo, averiguação, de entrar mesmo com processo por meio de carta denúncia , de o CDCN ter a política de ir a uma instituição em

	caso de denúncia em que não englobe atividade que abraça toda a diversidade da Bahia, o CDCN chega lá e diz: Você está aqui neste território, então você tem que se adequar a comunidade desse território e oferecer serviço para essa comunidade, então essa linha de frente, acredito que seja o único conselho que trabalha com essa frente direta com instituições privadas ou órgãos públicos, e essa briga constante para que essa diversidade seja cumprida. Eu acho que esses são os dois pontos os principais, que é a abertura desses editais para essas comunidades pequeninhas e instituições, às vezes até familiares, e também essa questão do combate à intolerância, o preconceito e abraçar as denúncias e fazer esse intercâmbio.
A06	Nós tivemos grandes conquistas, por exemplo, uma das grandes conquistas que a gente pode comemorar é a aprovação do Estatuto da Promoção da Igualdade Racial, que foi um dos ganhos mais importante deste Conselho. A gente pode também observar que este Conselho coordenou todas as conferências estaduais de promoção da igualdade racial e isso foi uma conquista da sociedade civil. Nós temos também a comemorar, década de afrodescendentes, que foram conquistas também, que estado da Bahia através deste conselho aqui, foi único estado a aderir à década de afrodescendentes que foi lançado pela ONU em 2015 e nós aderimos, nós fizemos uma carta aberta e o governador Rui Costa, fez um decreto instituindo o estado da Bahia como estado da década de afrodescendentes. Nós desenvolvemos muitas ações com parcerias com igrejas, nós já fizemos algumas ações sobre ações afirmativas, cotas, tudo isso no meio evangélico, fizemos também algumas ações voltadas para a lei 10.639, educadores evangélicos e a aplicação da lei 10.639, e nós fizemos isso no âmbito da igreja, fizemos também um seminário para falar sobre a tolerância no meio evangélico sobre o legado de Zumbi e Dandara e nós instituímos o dia referendo a Martin Luther King, o dia 04 de abril, que foi uma ação do Instituto Mão Amiga e do coletivo Reverendo Martin Luther King, nós conseguimos aprovar uma lei no estado.
A07	Desde o início, o Conselho continuou sendo um lugar de denúncias, de comemorações, a gente deve ao Conselho toda luta. Foi ele que falou pela primeira vez nos heróis negros baianos, então muitas discussões foram feitas nesse cenário, a questão da Juventude Negra, a questão da educação negra, não é o padrão educacional com as questões que hoje estão na lei com história geral e africana na cultura africana. Então, essas questões todas eram tratadas dentro do Conselho. [...] ações relacionadas à formação certo, a lugar de debate da Juventude Negra, o Steve Biko e outras organizações que ajudam nessa formação Educacional sempre tiveram muito próximo. Até um dia desses nós tínhamos um projeto chamado de “inclusão digital”. [...] o CDCN sempre foi uma das peças organizadoras desses encontros e dos debates sobre a matéria; foi um lugar muito importante na discussão das regulamentações que o estatuto racial precisou. Então lá era um local que os conselheiros com diversas experiências debatiam e sugeriam, tanto do acesso a terra como do próprio sistema Estadual de Promoção da Igualdade, a gente deve muitas discussões que foram feitas dentro Conselho. Eu me

	lembro que houve uma época, a época da invasão da Universidade Federal na década de 1990 pela polícia. Então foram os conselhos, foram às organizações coletivas, foi a OAB, que fizeram aquele momento não passar com uma página sem importância, porque se juntaram todos os conselheiros, inclusive o CDCN estava lá representado pela OAB, organizações como a APLB, então foram essas organizações coletivas que foram lá e demarcar o repúdio àquela invenção de um espaço da Universidade de Direito, Campus Universitário. E o CDCN estava lá, presente nessas discussões. As questões das comunidades quilombolas, a própria formulação das políticas, do reconhecimento, eu posso dizer que o CDCN foi um dos elementos principais, foi um dos primeiros que provocou a fazer o mapeamento aqui em Salvador, que a gente teve um mapeamento de povos de terreiro, descobria os quilombos urbanos que nós temos que imaginávamos uma coisa bem mais distante, uma época foi, mais a cidade invadiu, né? E o CDCN tem uma efetiva participação dentro desse movimento todo, não só de política, mas estruturante da política.
A08	O CDCN acompanha, tem um caráter e um perfil de Conselho até diferenciado de outros, até por causa da política, você está falando de uma estrutura do racismo. Então você monitorar, fiscalizar o Estado que estrutura essa política, é diferente de qualquer outro Conselho. Ele tem ações muito importantes, ele já entrou com liminar para suspender programas que usam de maneira ruim a imagem da Juventude, aqueles programas sensacionalistas que criminaliza os nossos jovens, como marginais, acho que em todo o Brasil tem programas com esse perfil, então o CDCN já entrou com liminar e nós conseguimos suspender o programa durante uma semana, depois você paga a multa e retorna. O CDCN acompanhou casos aqui da instituição do disque racismo; em audiências contra os bancos, que aciona a entrada do cliente ou não a partir do perfil; já entramos com ação em shoppings que tinham alas específicas e não contratam os negros; acompanham as questões quilombolas, assassinados de quilombolas por disputa de terra, território; as ocupações, audiências e acompanha os casos de violência de genocídio da Juventude Negra; acompanha mesmo os casos com audiência, disponibilizando assistência jurídica quando não tem acompanhamento. Então ele tem diversas ações muito a partir das demandas que são muitas vezes apresentadas, então que a militância mesmo acompanha, este Conselho é composto por militantes do movimento negro e acompanham demandas da área da cultura, programas; ajudou a elaborar o Estatuto de Promoção da Igualdade Racial e Combate à Intolerância Religiosa, nós temos um estatuto no Estado que conseguiu contemplar o que foi tirado do nacional, o nosso aqui garante e acrescenta capítulo de combate à intolerância religiosa. E essas discussões saem muito daqui do Conselho que acompanha.
A09	Eu acho a viabilidade de interlocução entre a sociedade civil e o governo do estado, o CDCN teve papel importante nessa abertura, essas capacitações que o CDCN realizava. O espaço era cedido para a reunião de várias entidades, na época Olodum que não tinha sede, eles todos faziam parte do Conselho, como diversos outros

blocos Afros, Os Negões, a irmandade do rosário dos pretos, que tinham assento, a ati bantú, a casa de oxum marê, a polícia militar, o ministério público, a Defensoria Pública, a secretaria da Justiça que era a que aportava o Conselho, nós tínhamos secretaria de trabalho e emprego e renda, **tínhamos a secretaria de saúde que ficava com as grandes demandas da saúde, da saúde da população negra na questão da hipertensão, da anemia falciforme. A gente fez uma parceria no enfrentamento da anemia falciforme, o CDCN tinha a interlocução entre a sociedade civil e a secretaria de saúde para que as pessoas pudessem ser encaminhadas, serem diagnosticadas e receberem tratamento.** Essas foram umas das ações, e a secretaria de educação também é importante essa questão das vagas, **naquele tempo nós ainda não falávamos em ações afirmativas, ainda não tínhamos as cotas, mas a secretaria sempre estava vinculando com seus conselheiros vagas nas escolas para que pudesse está tendo a comunidade negra dentro do viés da educação,** também tínhamos na época, me lembro de que discutíamos com a justiça a lotação com o conselho penitenciário, **discutimos sobre as penas alternativas para que as pessoas com pequenos delitos pudessem ter essa medida aprovada.** Foram muitas discussões dentro do CDCN e várias outras ações que às vezes a memória falha, mas teve. Essa da SEDES, a secretaria de desenvolvimento social, também que era uma questão de a gente fazer com alimentação, as **cestas básicas eram distribuídas para os mais carentes,** tinham os indicados pelos grupos culturais. **Tivemos o primeiro centro digital** com avanço da tecnologia de informação CDCN foi o primeiro que ganhou o centro digital, **onde os alunos ali do Pelourinho tiveram acesso a um computador, tínhamos turmas de manhã, tarde e de noite e grandes listas de espera, porque só tínhamos 10 máquinas,** para que os jovens conseguissem com esses cursos do CDCN, com essa possibilidade dessa interlocução, hoje já são graduados, já estão defendendo, estão militando hoje em outras áreas para que outros possam também ter essas possibilidades e eu tenho muita honra e fé de dizer que **o CDCN tirou muitos meninos da rua, vida ilícita, tanto meninos quanto meninas, que conseguiram ter um caminho bem melhor do que a juventude de hoje da maneira que você encontra. E o Conselho como foi a organização que teve sede própria então várias outras entidades negras, blocos, afoxés que não tinham esse local, eles passaram a se reunir na sede do CDCN, o conselho dava esse suporte por ser um conselho que estava todo equipado, que tinham salas e as entidades começaram a pleitear para fazer seus cursos, nós tínhamos curso de inglês, curso de redação, tínhamos cursos que fazíamos parceria com o SEBRAE de empreendedorismo, de liderança, vários cursos de formação. Fizemos também uma parceria com a escola Panamericana, pelo pelourinho ser um lugar turístico, havia muitas solicitações para ter curso de inglês, para que eles pudessem ter domínio da língua e pudesse conversar com os turistas e conseguir um meio de trabalho, meio de sobreviver, e o Conselho durante um período fez essa ponte que juntamente com a parceria com a escola Panamericana. Depois fizemos curso de teatro, fizemos curso de dança, fizemos um curso para profissionalizar juntamente com a Universidade do Estado da Bahia**

	os percussionistas, que eram a grande demanda dentro dos blocos afros , dos blocos de percussão afoxé que era capacitar seus músicos e nós através dessa parceria com a UNEB fizemos esse curso com todas as entidades negras, terreiros de candomblé, Afoxés, aonde foram capacitados em teoria musical, cultura afro-brasileira, informática, inglês, espanhol e confecção de instrumentos.
A10	As ações e capacitações, foi uma delas, tinha curso de língua estrangeira lá na sequência do CDCN, lá no pelourinho, tinha o que mais? Culinária , este também era muito prestigiado, essa parte da culinária, a culinária baiana e os adereços também e isso era muito visto , era muito ventilada a questão da construção dos adereços da população negra, isto também era muito debatido nas reuniões essa questão, para que se fosse empoderando essa comunidade. Para que essa comunidade vivesse sua própria cultura e tivesse o apoio para descobrir a sua cultura, e ver a cultura não mais como aquela coisa influenciada pelo branco, pelo europeu, e sim resgatar essa cultura nossa que estava perdida e só através desse órgão do CDCN, um órgão como esse, forte, um órgão do Governo, para poder disseminar essa cultura em todo estado.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 5: QUAL É A EFETIVIDADE QUE VOCÊ PERCEBE NESSAS AÇÕES EM RELAÇÃO À FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	O CDCN brigou muito e começou a criar secretarias de reparações ou senão comissões de reparação dentro dos municípios e então o pessoal começou a se ver e conhecer a política, como funciona e entender porque os políticos usam e abusam deles nos interiores. Eles começaram a ter uma cobrança direta das necessidades para as suas comunidades.
A02	[...] o que a gente vem percebendo diante dessas ações que estamos levando para o interior é que há uma necessidade de intensificar o Conselho dessas cidades , porque aqui em Salvador o movimento negro é muito forte, então há essa necessidade de levar o conselho para essas cidades a fim de debater em vários setores da sociedade como que o conselho é efetivo, através de denúncias, fiscalização, formação . Então o Conselho ele não fica em uma só determinada função, ele é muito amplo.
A03	Essa efetividade é exatamente essa da proposição, porque todo Conselho, na realidade não tem uma ação efetiva de fazer, o Conselho na verdade é propositivo. A gente analisa determinado problema, a gente formula uma solução e propõe, quem realmente empreende as ações é a SEPROMI, por ser uma secretaria estadual e é ela que efetivamente propõe. Uma das coisas que eu acho necessárias e importantes, é que o Conselho discuta e ele mesmo, através das discussões, ele proponha ações. Então, eu acho que na realidade o

	Conselho por ele mesmo não tem a possibilidade de empreender ou ele mesmo fazer políticas públicas. A nossa atuação no Conselho é exatamente isso, é verificar o que é necessário, elaborar uma proposta e apresentar.
A04	Eu percebo que a gente enquanto organização da sociedade civil, a gente consegue gerar tensões para isso, a gente consegue gerar tensões contra aquilo que nos desagradam. Nós temos nos tensionado contra a ofensiva, por exemplo, de organismos neopentecostais que tem feito políticas contra as religiões de matriz africana e isso gera também políticas públicas, porque fortalecem a partir de políticas públicas as instituições religiosas de matriz africana no estado da Bahia, eu posso dizer para você que a partir das tensões criadas por organismos como o CDCN em torno disso, publicações de notas de repúdio, divulgações em redes nacionais sobre o que tá acontecendo, como aconteceu com as Baianas de Acarajé, que o CDCN se posicionou a favor da ABAN, a tentativa de transformar o nome do acarajé de Acarajé para bolinho de Jesus. Então eu acredito nas tensões construídas e eu entendo que na formulação das políticas públicas, o Conselho tem uma intervenção limitada porque ele tem papéis específicos e digamos que concretos e objetivos. O CDCN não pode propor políticas públicas ele pode tencionar políticas públicas, ele pode sugerir monitorar, mas nesta formulação eu acredito que o papel de estar sendo um Conselho representativo que caso uma dessas políticas públicas possa ser danosa para as comunidades negras ou caso essa política pública ainda que seja benéfica para as comunidades negras precisa ser revisada para não correr o risco de ser uma política que seja meramente reformista, que não traga de fato modificações estruturais, eu acho que enquanto Conselho com mais de 30 anos, que tem representatividade, interligada com a SEPROMI, ligada a um determinado governo que temos articulação, eu acredito que ele simboliza para qualquer tipo de parlamentar para qualquer tipo de instituição do legislativo ou do executivo um peso na hora de formular políticas públicas.
A05	Sim, há ações voltadas principalmente à saúde da população negra, que é o calcanhar de Aquiles, que é a questão da saúde, de tratar a saúde da população negra, porque é preciso tratar os diferentes como diferentes e principalmente essas questões da anemia falciforme que a gente está na batalha, ainda não conquistaram “nada”, mas pelo menos já se têm pesquisas, já se tem uma pressão, para a urgência do Estado quanto a isso e não só as políticas públicas com relação a editais, como também políticas públicas para a educação, falo com a representação de que estou que é do “Afirme-se”, nós fizemos a campanha do “Afirme-se”, que é o próprio nome da instituição, que ainda estava no processo ainda quando estava contando se iam ou não colocar as cotas nas Universidades. Então a campanha “Afirme-se”, com apoio e financiamento da Petrobras, buscamos apoio, e a Petrobras apoiou o “Afirme-se” para fazer uma chamada em todos os principais jornais do país, para que as pessoas se declarassem pretos, porque estava o questionamento que se não têm números, se não têm dados, como é que vai fazer políticas públicas sem dados, então a campanha era “Afirme-se Negro/Negra”, para assim criar dados do

	IBGE para que pudéssemos reivindicar as cotas e a efetivação no STF e aconteceu. Então a gente tem um dedinho lá, o CDCN também, na campanha do “Afirme-se”, e também existem outras políticas públicas voltadas para o pessoal quilombola, que também foi uma batalha, que o pessoal quilombola já está no CDCN há muito tempo, desde o início, então muito das políticas públicas voltadas/criadas, algumas de formas deficitárias, mas estão lá, já é um ganho, apesar de terem sim suas deficiências, mas é uma comunidade que foi contemplada por causa dessas campanhas também que o CDCN estava lá encabeçando.
A06	Sim, no ano que se comemorou os 30 anos do CDCN nós aprovamos no Conselho um projeto de ir às escolas, que foi um projeto do CDCN itinerante. O CDCN itinerante nas escolas era para nós podermos ter essa comunicação direta com os alunos das redes estaduais, porque muito deles não sabia o que significava, o que é a SEPROMI, o CDCN, então nós fizemos essa caravana, junto com a secretaria, de ir nessas escolas levar e ouvir a juventude. Então, uma das conquistas nossa foi apresentar para a rede estadual de ensino, o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial. Os investimentos também, desde a criação da SEPROMI, o que foi investido e que se refere ao recorte da promoção da igualdade racial, sobre os fundos da promoção e ao combate à pobreza. Nós tivemos aprovado na época por esse Conselho, o centro de implantação Nelson Mandela, e o combate à intolerância religiosa, então isso daí foram conquistas, ações e implementações de políticas de promoção da igualdade racial.
A07	Muito do que nós temos hoje no Estatuto Racial, que nós temos pautado dentro das políticas públicas, mesmo quando não existia a SEPROMI, e agora muito mais com a existência dela, decorreu da atuação do CDCN. O CDCN sempre teve atuação política externa, ou seja, para fora. Ele sempre esteve em eventos públicos como, caminhadas, seminários, audiências públicas na Assembleia Legislativa, na Câmara de Vereadores, ele também interferiu em algum momento na escolha dos primeiros secretários de reparação racial do município de Salvador. O CDCN sempre cumpriu um papel de recebimentos de denúncias, encaminhamento de questões, ele foi decisivo na questão dos Quilombos dos Macacos, em Simões Filho – BA, no momento em que já executaria uma ordem de despejo aqueles ocupantes remanescentes de quilombos, o CDCN recebeu a denúncia. Daí ele foi ver o que estava acontecendo. Então, estava acontecendo uma ação judicial da Marinha contra os originais do ocupante do local, de uma ação já transitada e julgada, e foi graças à atuação do CDCN que capitaneou a convocação para advogados do Ministério Público Federal, para audiências públicas, para acompanhamento da população para denunciar o que a marinha fazia [...]. [...] então toda essa ação teve um lastro principalmente do CDCN, porque eu digo principalmente do CDCN? Porque o estado da Bahia, ele não sabia onde entrar nessa questão, a relação era a comunidade com o governo federal, era com a Marinha e automaticamente com a União. A sentença foi na esfera federal, na Justiça Federal, e não foi o Estado da Bahia imediatamente que foi o porta-voz dos diálogos para que aquela medida não se configurasse. Mas na hora

	em que o CDCN denunciou que levou para o conhecimento do Estado da Bahia, que o Estado da Bahia via a Secretaria da Justiça, via SEPROMI, começou a fazer as rodadas de conversas, de negociação, a gente pode dizer que é dos casos em que uma sentença foi descumprida e descumprida com consenso, porque se não aquela comunidade teria sido despejada, a Marinha cobrava a reintegração de posse de uma área que ela se dizia dona, mesmo tendo chegado depois. [...] se houver mais alguma necessidade de um debate, de um enfrentamento, vai ser o CDCN que vai para a linha de frente, porque era ele que congrega a sociedade civil por dentro do Estado, dentro de uma estrutura que é conhecida dentro do Estado. [...] o CDCN ajuda a fazer esse mapeamento esse acompanhamento de como está sendo a prática de algumas políticas e uma que está assim, no foco de muito interesse é justamente aplicação das cotas no serviço público e nas universidades, e o CDCN a meu ver vai se deslocar estrategicamente para esses acompanhamentos, porque ele já tem lugar para encaminhar denúncia, ele pode uma vez feito a resolução e a proposta de como resolver aquele problema, ele já pode encaminhar para rede de combate ao racismo, do SEPROMI.
A08	Perceber essas efetividades é interessante, porque o Conselho nasce quando você não tem uma discussão do racismo estruturado dentro dos órgãos públicos. As ações do Conselho eram muito a partir do que a militância trazia enquanto racismo. Uma coisa é você discutir o racismo há 30 anos, uma coisa é você pautar a discussão do racismo enquanto estrutura na sociedade na atual conjuntura. Então hoje, você tem dados e subsídios, e isso aí, é muito particular dos últimos 12 anos com o ingresso de negros e negros a partir de uma política dentro das universidades que tem produzido um material que tem dado sustentabilidade para o que o movimento negro sempre falou então hoje você tem dados para dizer assim: há um genocídio, você tem dados específicos como o mapa da segurança. Aqui na Bahia você tem a partir das discussões do CDNC, as conferências, a criação de um órgão, que é a secretaria, muitos municípios tem departamentos, coordenações, Conselhos e superintendência de promoção da igualdade racial. A partir das discussões no CDCN, você tem a criação de instrumentos de comissões dentro de órgãos, como a OAB (comissão de promoção da igualdade racial), essas discussões têm iniciativa dentro do CDCN. O CDCN aqui na Bahia tem esse papel de pensar a política articulada com o movimento, então ele não tem o papel apenas de monitorar e controlar as políticas sociais, muito pelo contrário, ele promove ações que dialogam com a sociedade civil para pensar uma política estruturada que combata ao racismo, hoje o nosso maior desafio é combater o racismo institucional.
A09	Olha eu vejo assim, não sei se porque a minha geração foi uma geração atuante e militante, nós conseguimos estabelecer diversas políticas públicas. O que nós temos hoje, o que se colhe hoje, foram frutos implantados através do CDCN, com reuniões, discussões, com a necessidade de ter um sistema de cotas, com a necessidade de ter políticas públicas voltadas diretamente para a população negra, o enfrentamento ao racismo, a discriminação, a violência contra a mulher, principalmente a mulher negra, a questão da

	valorização das domésticas, que a maioria era mulheres negras, dessa profissão ser regulamentada. Então essas e outras muitas conquistas das políticas públicas, vieram dessa fase do Conselho, nós não implementávamos, pois como eu disse, não éramos órgão executivo, e sim consultivo, mas muito dessas consultas viraram realmente ações e políticas públicas efetivas.
A10	Essas capacitações, essas caravanas que vão para o interior fortalece muito, e isso efetiva muito a política, porque quando vai para o interior do estado, não vai só uma ou duas pessoas, vai-se um caravana, com diversos saberes, com diversos profissionais, para ter contato com aquela comunidade local, com o prefeito, que é o gestor do município e isso vai fortalecendo essa política, para ativar a políticas públicas para atender a comunidade Negra.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 6: AS AÇÕES DO CDCN TÊM PROPORCIONADO REALMENTE UM DEBATE MAIS FIRME E UMA PARTICIPAÇÃO, CONTROLE SOCIAL, MAIORES EM RELAÇÃO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS? DE QUE FORMA ISSO SE DÁ?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	O CDNC se tornou uma das maiores referências de Salvador e da Bahia. Até porque, ele conseguiu depois da gente ter catalogado os quilombos, começamos a catalogar os municípios e dar condições de o pessoal se organizar nas suas cidades, e criar mecanismos de cobrança de fato, de políticas públicas, através de seus prefeitos, através das suas secretarias.
A02	Sim , como eu falei esse processo de fiscalização, ele contribui para verificar se as políticas públicas estão de fato acontecendo ou não. A forma de denúncia, a forma de a gente contribuir e levar para a sociedade através dos meios de comunicação faz com que o CDCN tenha uma visibilidade maior e o CDCN contribui para essa participação , porque a maioria das pessoas que estão dentro do Conselho, são pessoas da gestão do movimento negro e sabe qual é a linha de pensamento do movimento negro, então eu acredito que sim.
A03	Com certeza , tendo em vista os vários trabalhos que já foram feitos, pelo menos neste período em que eu estou lá. Eu verifico essa questão das mulheres negras e o trabalho que é feito, o próprio trabalho que agora está sendo empreendido na restauração do prédio, eu acho importantíssimo. O contato e interação que está se fazendo com o IPAC (Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural), que é o proprietário do prédio em que nós usamos, além dos próprios trabalhos que o CDCN faz junto com a SEPROMI. A SEPROMI, por exemplo, tem o Instituto Nelson Mandela, que acolhe as demandas de racismo, tanto da polícia como da sociedade como um todo e o CDCN é uma ferramenta essencial nesses trabalhos.
A04	Eu acho que sim , mas eu faço essa análise de conjuntura levando em consideração o nosso cenário político muito

	estranho para o que a gente vive dos dois últimos séculos para cá, a gente não tem como fazer essa análise de conjuntura levando em consideração o caos em que a gente vive de política de perdas de direitos constituídos, de recuo histórico de conquistas das populações periféricas, da população negra, da população indígena. Então dentro desse cenário inclusive que é um cenário que eu posso considerar que é de muita descrença, até pela emergência de outros blocos e de outros segmentos sociais como o próprio fascismo, que a gente vê muito fortalecido nessa última campanha política, eu acho que dentro dessa análise conjuntural ele avança, mas levando em consideração a impossibilidade de ser um organismo que possa fazer uma política pública, em um cenário que fazer política e servir como referência para se pensar essa questão da equidade racial em um cenário que estaria propício. Eu acho que a gente tá vivendo um cenário muito difícil para pensar essas questões.
A05	Os debates, eles são feitos, principalmente agora que estamos nessa campanha em parceria com a Ceert, que é da questão do racismo institucional, então, o debate ele saiu um pouco da esfera dos que sofrem racismo e fizemos um debate inverso, de quem constrói o racismo. Então, foram os fóruns de gestores que foi a primeira iniciativa que aconteceu, é preciso trabalhar com os gestores para que eles se conscientizem e combatam o racismo institucional de dentro dos setores. É uma batalha, porque ainda não conseguimos muitos êxitos nas adesões dos gestores. Primeiro porque eles acham que “aqui não têm racismo” [...]. Então esse é o novo desafio do CDCN, é o combate de cima para baixo, é o combate de forma verticalizada como realmente ele acontece, mas em suma, a oficina é também para ensinar os gestores como fazer políticas públicas, porque eles precisam ver os déficits, precisam ver como acontece à raiz do problema e aí junto com a sociedade civil, junto com as secretarias e órgãos do próprio governo, isso em nível de região, para cada gestor de município, formarem políticas públicas para o município. E o carro chefe que o CDCN entrou, foi na criação de políticas públicas de combate ao racismo institucional e fomento a renda para mulheres negras.
A06	Tem, e inclusive tem influenciado outros municípios a aderirem o fórum de gestor à promoção da igualdade racial, eles percebem e veem a força que o Conselho tem de conseguir fazer algumas mudanças em seus municípios. O CDCN é o balizador da política de promoção da igualdade racial na gestão do governador, na SEPROMI, no qual orienta ao governador as políticas a serem tomadas para a promoção da igualdade racial e temos sim influenciado alguns municípios. Alguns estados já passaram por aqui para poder ver modelos e visitar o Conselho, o pessoal do Rio de Janeiro já passou por aqui.
A07	Sim, um controle social, além de muitas das matérias que estão no Estatuto, que é a lei 13.182 (Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia) uma lei que teve um processo democrático muito interessante de se analisar, muitas das matérias que ali estão, como a necessidade de um sistema de Defesa Social, no capítulo de Segurança Pública, a questão das mulheres negras, juventude negra,

	todas essas matérias passaram por sugestões de propostas de efetividade, de ações afirmativas, e muitas delas tiveram discussões antes, no próprio Conselho.
A08	A gente chama audiências, e age sempre trazendo um tema específico, por exemplo, todo ano eleitoral o CDCN faz um debate da importância das candidaturas negras e traz os candidatos e candidatas negras para apresentar sua plataforma com relação a essa temática. O CDCN no ano passado chama a sociedade civil para decidir se iríamos ou não participar da conferência, se iríamos realizar a conferência de promoção da Igualdade racial diante da atual conjuntura, então foi feita uma consulta pública com movimento, representação de movimento da sociedade civil e ativistas que não estão ligados e não estão inseridos em nenhuma instituição de movimento, para saber: vamos realizar uma conferência no Estado? Vamos participar da conferência nacional? Então a Bahia não participou, mas teve uma consulta participativa, inclusive com representação de municípios, então o CDCN faz uma audiência em parceria com Ministério Público, Defensoria Pública para discutir a violência contra as mulheres, esse alto índice. Existe muito essa parceria de discussões e construções de uma agenda entre o CDCN e sociedade civil, que vai para além das instituições que estão representadas no Conselho.
A09	Sim, todas as nossas reuniões do Conselho eram reuniões abertas, tínhamos diversos participantes. Existiam plantões, a pesar de que nós só nos reuníamos uma vez por mês, mas existiam plantões diários, aonde cada conselheiro dava o seu naquele dia nesse plantão era atendido, as organizações, a comunidade e isso era levados até o secretário, na época o secretário de justiça e ele aí fazia os diversos encaminhamentos as secretarias e órgãos competentes para que pudesse atender as coisas demandadas pela comunidade.
A10	Com certeza, esse debate no CDCN, ele tem crescido e vai para outros estados como uma referência, porque o Conselho nunca deixa isso, em qualquer situação política que seja ele nunca esvazia a gente sempre leva a questões para discutir no Conselho e quando elas não surgem naturalmente os conselheiros vão atrás, para investigar o que tá acontecendo, para identificar as necessidades, para trazer e isso faz com que fronteiras políticas sejam efetivas, que elas mantêm vivos, e existe um interesse dos gestores, dos conselheiros, para que isso não se acabe, que se não se perca, porque não é interesse da comunidade em geral, isso é interesse da comunidade Negra e se a comunidade Negra não se fizer presente em todos os momentos, isso se perde, porque muitos outros não têm interesse para que se permaneça essa política.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 7: QUAIS OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELO CDCN PARA DIVULGAR SUAS AÇÕES E INCENTIVAR A PARTICIPAÇÃO? COMO OS UTILIZA?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	São de várias maneiras. [...] o CDCN usa muito panfletos, cartazes, apostilas, e as instituições, não só “Os Negões”, como outras instituições que compõem o Conselho , conseguiu socializar isso e trazer para fora do CDCN e expandir para a cidade, para vários bairros, a importância do CDCN, fazer com que as comunidades entendessem qual o papel do CDCN. Então, essa informação foi terceirizada através das nossas instituições e foi necessário, e o CDCN também criou vários mecanismos, atos e eventos que envolviam não só as instituições do Conselho como as demais instituições da cidade, para entenderem a importância e estar próximas do Conselho para fortalecer o Conselho e ter condições de cobrar do Estado um direito da sociedade.
A02	Nós utilizamos os grupos do whatsapp , para poder levar as informações, mas não temos uma página ou algo direcionado para o CDCN, então geralmente essas coisas publicadas em redes sociais são mais da parte individual de cada conselheiro . Então isso ajuda, mas ainda o CDCN não tem muita idade de visual. Nós temos 30 anos e o CDCN não tem, por exemplo, a divulgação de uma reunião que nós tivemos, quais foram os conselheiros que estiveram presentes nessa reunião, nós sabemos através da ata, através de e-mail, mas fotos, para as pessoas saberem que existe o CDCN e saber quem são as pessoas que representam cada cargo, não tem esse meio. Existe o site da SEPROMI e o CDCN está lá como subtópico, e para uma pessoa que queira saber sobre o CDCN, ela precisa entender um pouco do site.
A03	Ele carece de talvez trabalhar com mídia social de uma forma mais efetiva , então a gente precisaria talvez de uma página de Facebook, Instagram, utilizar mais isso. A gente usa muita a questão do Whatsapp, grupos etc., mas eu ainda acho que a questão da divulgação é precária , porque hoje nós temos essa coisa do racismo institucional e essas ações da comunidade negra elas não são muito divulgadas na mídia, só quando existe um caso grave, problema envolvendo a polícia ou uma questão como foi agora a ação no Supremo Tribunal Federal sobre o sacrifício com animais, que houve toda uma mobilização e então a mídia acolhe isso e publiciza, mas ações do CDCN ainda são pouco divulgadas . Você vai encontrar essas ações na página da SEPROMI, mas como exemplo, por motivos eleitorais ela está fora do ar, talvez a gente precisasse de um home page, facebook, instagram e outras ferramentas de mídia social que facilitasse essa informação . Hoje, eu acredito, fazendo até uma crítica a gente não têm essas ferramentas no CDCN.
A04	O que eu acompanho é o site, porque as maiorias das nossas notas de repúdio das nossas ações são feitas

	pelo site da SEPROMI, não tem um site específico do CDCN nós temos talvez essa limitação do Conselho [...]. Mas eu acredito que a própria condição de como órgão da sociedade civil que não pode, por exemplo, concorrer a editais para ter recurso para você criar, por exemplo, instrumentos de divulgação, de comunicação, eu acho que dentro dessas possibilidades ele alcança a partir do site e a partir do aparelho do Estado a divulgação dessas políticas públicas. Mas isso atinge especificamente aos segmentos das políticas públicas e eu acho que é uma grande limitação que isso está muito ligado a um segmento específico do movimento negro e eu acho que é uma limitação que o alcance das ações do CDCN tá muito limitada aos militantes do movimento negro. O CDCN consegue avançar em suas ações quando vai, por exemplo, em escolas no novembro negro, quando promove campanha de divulgação e aí ele sai um pouco dessa esfera do espaço de intervenção política da sociedade que aonde ele mais ocupa essa representatividade até pelo peso da SEPROMI, de ter a secretária da SEPROMI como nossa presidenta. Então eu não consigo avaliar como uma possibilidade concreta de uma comunicação que funcione eu entendo que dentro das possibilidades ela funciona.
A05	A comunicação no CDCN está mais voltada para os núcleos de regionais, então assim, como temos conselheiros em cada regional, a núcleo de formações diretas lá nessas comunidades, então têm as redes que foram construídas já há algum tempo e agora a gente está fazendo à tentativa e conseguindo as relações inter-redes, redes de mulheres quilombolas junto com a rede de combate ao racismo, então, um conjunto de redes, que a gente divulga por e-mail, primeiro para os representantes, e agora têm a comunicação por meio do Whatsapp e estamos no déficit do portal, porque nem todas as regiões da Bahia têm acesso à internet ou têm esse meio de tecnologia, então a gente tem que abrir também para todos os outros meios, então os nossos contatos são através dessas redes, então se comunica a liderança, o grupo dessa rede e a rede partilha com os demais e o CDCN vai, faz a viagem e têm que ter conselheiros em todas as viagens [...] Somos conselheiros, mas também somos fiscais uns dos outros, mas uma das coisas que eu estava questionando para o CDCN é que não deveria estar dentro do portal da SEPROMI, porque a Sepromi controla o que é divulgado ou não pelo CDCN, então a página do CDCN está no link de hiperlink, tá na hora de mudar isso, o CDCN precisa ter o seu facebook, a sua fanpage, seu instagram, precisa ter a sua página e se a SEPROMI quiser informar algo sobre o CDCN, que passe, mas que tenha lá “www.cdcn.com” ou “conselho de desenvolvimento da comunidade negra.gov.br” que esteja lá, então foi um dos questionamentos e abrimos agora um pré-plano de comunicação para a construção do nosso portal para desvinculá-lo do portal e dar-nos autonomia dessa comunicação. [...] então foi uma coisa que eu levantei que precisa dessa autonomia, porque a gente precisa estar dentro da lei de acesso a informação, o CDCN é um Conselho, mas é um Conselho que recebe verbas públicas, que têm uma verba específica que precisa estar totalmente explícito para toda comunidade o que é que está sendo feito, o que é que está sendo usado e o que é que está sendo produzido e os entraves e burocracias

	que o Sepromi tem quanto a colocar essas informações, precisamos desvincular, porque na realidade eles estão fazendo um favor para o CDCN e isso não é legal para o CDCN, foi o que nós decidimos e o prazo é até janeiro de já estar com o nosso portal independente da SEPROMI [...].
A06	Através das redes sociais, nós temos o site da secretaria da promoção da igualdade, a SEPROMI tem uma aba lá do Conselho que ainda está em construção, e têm os conselheiros por meio individual da conta de cada um, a gente divulga. Eu procuro divulgar dentro da página dentro do instituto no qual eu represento aqui, do segmento cristão, e a gente compartilha essas informações e as pessoas acompanham o CDCN e têm a assessoria da própria SEPROMI que se encarrega. Nós estamos com um projeto agora, aqui dentro do Conselho, de criar um jornal trimestral, falando sobre as ações do dia a dia e também pegando as entrevistas e falas de cada segmento para que a gente possa socializar isso também dentro de cada segmento, através de redes sociais e também em alguns jornais.
A07	Hoje o CDCN se utiliza da própria base na parte de divulgação, da SEPROMI, porque dentro do site ele tem lá um lugar CDCN de registros, de resoluções. As resoluções são publicadas no Diário Oficial, lá elas se oficializam, quando o CDCN discute uma matéria e faz encaminhamento e ele registra o seu posicionamento ali. O CDCN usa os mesmos instrumentos que os órgãos de controle têm que são denúncias, requerimentos, encaminhamentos para dentro da administração pública, acompanhamento de casos aqui de denúncia de racismo frente aos órgãos públicos, como Segurança Pública, como Ministério Público. Então o CDCN sempre teve uma convivência muito próxima com o Ministério Público, que inclusive já teve uma cadeira no CDCN, que é uma das coisas que com essa tentativa de reformulação do Regimento, nós vamos discutir o retorno do ministério público para dentro do CDCN, assim como a Defensoria Pública, porque são canais comunicantes do poder público que mais o CDCN acessa.
A08	As mídias sociais, o CDCN tem uma página que está sendo reativada. As mídias sociais alternativas, a página da secretaria que é atrelada e as instituições que compõem o conselho, elas também fazem esse papel de divulgar as ações.
A09	Nessa época nós não tínhamos a facilidade tanto da tecnologia digital, então o que a gente fazia muito era realmente o Correio, a gente mandava muitas publicações, a gente mandava muitas correspondências para as organizações, para as secretarias, para as entidades. Fazíamos muitas cartilhas e distribuíamos, fazíamos convênio com a educação para impressão na Secretaria de Direitos humanos e então a gente tinha muito a questão do empréstimo, eram comprados livros, que eram doadas através do CDCN, nós tínhamos uma biblioteca vasta, essa biblioteca a gente sempre estava renovando e atualizando bastante, que ali eram as fontes de pesquisa.
A10	Os recursos são muito poucos, mas a gente tem divulgado de uma forma eficaz, que se divulga pela rede de

internet, divulga em panfletos, também se divulga por meio eletrônico ou presencial, pelas próprias pessoas no interior e isso vai divulgando essas ações.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 8: ALÉM DO RECORTE RACIAL, O CDCN CONTEMPLA OUTROS TEMAS E/OU PÚBLICOS, ALÉM DA POPULAÇÃO NEGRA E SUAS QUESTÕES? DE QUE FORMA?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	O CDCN, depois de discutir várias vezes, vários momentos, como poder ampliar as suas ações, conseguiu criar uma estrutura que todas as raças discriminadas, estão dentro do contexto, através da SEPROMI. Então, essas demandas são feitas realmente com todas as etnias discriminadas. Dentro da SEPROMI (Indígenas, Quilombolas, LGBT) todas estão dentro da estrutura que tem o nome que foi dado lá para contemplar cada grupo de acordo com sua história e seu desenvolvimento.
A02	Embora o CDCN seja mais voltado para o recorte racial, também os quilombolas, que a maior parte é racial, mas existem pessoas que não tem o recorte racial, mas devido à parte da titularidade da terra, o CDCN contempla então população quilombola e por meio da SEPROMI a população indígena.
A03	No momento, ele trabalha exclusivamente com o recorte racial. A gente trabalha no viés da mulher negra , que também faz parte em outro aspecto. Eu acredito que assim, que o CDCN hoje, ele têm duas entidades do movimento negro, e acho o CDCN a mais adulta do ponto de vista da discussão, porque nós temos vários outros grupos que não tem uma efetividade de trabalho organizada como o CDCN, mas eu vejo hoje, que se trabalha especificamente essa a questão racial.
A04	Eu tenho acompanhado somente o recorte racial , é o que me leva ao CDCN [...]. [...] eu não consigo perceber nem ver, nenhuma ação do CDCN que não esteja ligada a equidade racial.
A05	O que contemplar comunidades negras o CDCN abraça, então as comunidades tradicionais como povos ribeirinhos, comunidades de terreiro , não só as questões voltadas somente para as comunidades negras, mas principalmente para elas, porque existem outros Conselhos, por exemplo, os de produtores rurais já abraçam as comunidades rurais que também estão de uma maneira ou de outra, vinculados com as comunidades negras rurais, mas as pautas específicas da comunidade negra é preciso ter um olhar mais criterioso, porque o "geralção", o sistema de governo de uma maneira deficitária ou não, já faz. Então é preciso que o CDCN se debruce mais sobre a comunidade negra. Vai dizer que não levanta a pauta de mulheres, levanta pautas de mulheres negras sim, levanta a questão do LGBT, vai levantar no caso das trans negras, ao LGBT negro, tudo mais direcionando com recorte de raça , porque não pode ser amplo, por que no amplo o governo já faz então a gente

	estaria fazendo o quê, tapando buracos e frestas que o governo não conseguiu completar num abraço geral, não. Então, por isso que o CDCN ele é voltado à comunidade negra independente do leque que tenha, e isso não quer dizer que em uma demanda de uma necessidade, de uma carta de apoio, de uma parceria, de casos mais específicos do CDCN não se pronuncie a favor, entendeu? Mas está lá o que ele prometeu apoio, então o CDCN vai e apoia, mas não abraça a causa, se a causa não for especificamente da comunidade Negra.
A06	Esse conselho é focado, exclusivamente para a promoção da igualdade racial e o combate da intolerância religiosa, mas isso não quer dizer que nós não possamos absorver algumas demandas de partes de segmentos da sociedade , por exemplo, nós abrimos esse espaço aqui para reuniões do movimento dos sem-teto, e a gente se preocupa com esse público, porque se você faz um recorte você vai ver lá na ponta que são os negros, então a gente abre espaço para eles se reunirem também, acolhemos as demandas e tudo aquilo que a gente pode transformar em recorte racial, a gente coloca inclusive, a secretaria e o conselho, a gente se preocupa também com a questão da moradia, da questão fundiária então tudo isso daí está atrelado. Não está diretamente, o foco, na promoção da Igualdade racial, mas a gente faz o recorte, da saúde da população negra , a saúde está presente, a moradia está presente, a juventude está presente, então toda uma diversidade de movimento da sociedade civil ela já se contempla por si, por que esse espaço é para justamente a gente buscar mesmo tudo que é de direito da população negra.
A07	Embora a centralidade seja na população negra, ele tem representatividade do poder público de outras políticas , então quando eu falo assim: se tem representatividade da secretaria de educação, da política da educação, a política de educação está como um todo dentro do CDCN não só com o recorte da população negra. Se você pensar bem, temos a representação de universidades, então o recorte não é só exclusivamente da população negra na universidade, mas a própria contribuição da universidade para você alcançar o princípio da igualdade e as melhorias e o desenvolvimento, que o nome dele é esse Desenvolvimento da Comunidade Negra, e cada vez mais tem havido uma boa interação entre comunidades religiosas dentro desse cenário porque nós temos as irmandades, temos a representatividade de matriz africana, temos a questão cultural, com a cadeira de entidades negras e culturais, temos também a representação de capoeira. Na próxima reunião teremos uma fortíssima discussão relacionada a um fenômeno atual, que está causando muito conflito, que é a criação da “capoeira gospel”, a capoeira cristã , e o mestre Dudu nos faz o recorte que cada vez mais esses mestres que eram ligados tradicionalmente à religião de matriz africana, hoje estão fazendo a sua conversão para o cristianismo, para as igrejas evangélicas. E com isso fazendo uma desvinculação dessa base religiosa da capoeira, então a defesa que eles fazem para não ter isso, é que capoeira não tem a ver com religião , e o cerne é justamente esse de que quem está lá no conselho vai apresentar o material de que tem a ver sim, não só foi estratégia de defesa como também foi estratégia que nasceu da experiência de ancestralidade e a ancestralidade africana

	não se distinguem em: o que é social e o que é religioso as coisas são muito imbrincadas. E é uma discussão que vem, aí se você pensar: essa matéria tem a ver com a população negra? Tem. Mas antes de tudo, tem a ver com uma contribuição da comunidade africana no Brasil, não necessariamente com a população negra, porque a capoeira ela é praticada no mundo todo, inclusive por alemães, por suíços, etc. então você ver que tem um recorte para mais do que só as questões da população negra.
A08	A composição do CDCN é interessante, porque ela tem várias vertentes em que o racismo nos ataca. Então você tem a cadeira do segmento de mulheres negras, a cadeira de juventude, a cadeira de povos e comunidades tradicionais, que aí vai quilombolas, marisqueiras, os povos tradicionais que se encontra no território baiano, você tem a cadeira do segmento de religiões de matriz africanas e outro segmento religioso, aí você tem a cadeira evangélica, você tem cultura, blocos afros e afoxé, essas expressões negras é bem representativa dentro do CDCN, a gente agora vai fazer uma reavaliação dessa formatação, porque o que parecia ser estratégico e importante há 30 anos, hoje já demanda outras necessidades, então a nossa intenção é retirar, por exemplo, quando o CDCN foi criado ele tinha cadeira de antropólogos, hoje a gente acha que não tem essa necessidade, talvez há 30 anos pelo aquilo que eu falei até para dar subsídios para nossos argumentos, hoje você não precisa necessariamente, hoje você tem outras demandas, então hoje chegam pra gente demandas como a comunidade gay, então a gente está pensando em ampliar, uma coisa é você ser LGBTTT quando você é negro, então a gente tá pensando em trazer essa cadeira, também ampliar outras discussões que surgem no momento, que o racismo ele se movimenta, ele se reconfigura.
A09	Sim, porque através do recorte racial é que abrange tudo, porque o racismo é o principal entrave na falsa democracia racial. Então nós tínhamos ainda naquela fase de emprego a questão da aparência e a gente bateu muito nessa questão da boa aparência, porque aquilo era voltada diretamente para a comunidade negra. Conseguíamos falar muito sobre o carnaval, porque o carnaval dos blocos afros, afoxés, que eram a cultura da terra não tinha a valorização, não tinham lugar de destaque no desfile do carnaval e como isso vem se debatendo até hoje, então em decidir a racial se puxava muitas outras coisas.
A10	Não, até o momento ele tem voltado todas as ações do CDCN para população negra e que não atende ainda todas as necessidades da população negra, mas ele tem sempre se intensificado na população negra, no comércio, na cultura, o desenvolvimento é sempre voltado para a população negra.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 11: DE QUE FORMA E POR QUAIS MEIOS A POPULAÇÃO, AS ORGANIZAÇÕES E OS MOVIMENTOS SOCIAIS TOMAM CONHECIMENTO DAS AÇÕES PROMOVIDAS PELO CDCN?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	Através de rádios, jornais, as instituições, o site. [...] informar o que está acontecendo dentro do estado e preparar eles para tomarem atitudes, e aí a gente envolve os deputados que estão em processo de eleição, todos eles cientes do que está acontecendo para apertar o governo do estado. Então a gente cria comissões para a sociedade saber de fato o que está acontecendo, então é desse jeito que a gente faz com que a sociedade se prepare para poder vir para cima.
A02	O CDCN convoca e participa de algumas audiências muito importantes, audiências a Assembleia Legislativa em parcerias com alguns deputados que apoiam a causa da população negra. Nós também temos parceria com a OAB.
A03	Eu acho que poderíamos ter um trabalho de divulgação muito maior se tivéssemos a página no <i>facebook</i> , mas eu acho que se trabalhássemos essa questão não só do <i>whatsapp</i> , mas também de outras mídias sociais facilitaria. [...] eu acho que o CDCN trabalha essa questão de informação, mas eu acho que deveria ser feito um trabalho para que o CDCN seja conhecido para outras pessoas, pelas próprias comunidades. Evidentemente dentro do CDCN você tem representante das comunidades e isso faz com que as comunidades entendam e conheçam, porque têm: quilombolas, capoeiristas, pessoas do candomblé.
A04	Eu conheci o CDCN justamente nas ações de militância do movimento negro , é quando eu me informo do CDCN [...]. [...] eu tenho as primeiras informações sobre o CDCN, no espaço da militância . Quando eu vejo a primeira vez uma menção sobre o CDCN é no prêmio Zumbi dos Palmares aqui, que quem estava recebendo era Antônio Matéria, então eu começo a me dar conta do que é a organização justamente dentro do espaço que reivindica a política da equidade racial . Eu não tive acesso, uma vez, há muito tempo atrás talvez eu vi alguém como conselheiro do CDCN no carnaval fazendo uma reivindicação pública na televisão falando sobre a questão do Ouro Negro , não lembro quando foi.
A05	As ações do CDCN elas são mais de atuação diretas, então, a comunidade sabe da atuação do CDCN por ela ter o CDCN em certas atividades e necessidades , ele está lá, está presente e procura estar ao máximo nesses locais, mas assim, os órgãos mais de governo, eles tomam conhecimento porque faz parte, o CDCN é meio que um dos braços do governo. O CDCN agora está trabalhando e integrando os conselhos por meio de uma rede de conselhos, porque o CDCN conversa com o conselho de saúde, com o conselho de educação e trabalha em rede, porque não adianta o conselho ficar independente sem saber o que os outros conselhos

	estão fazendo, porque se a gente não se apoiar quanto conselho os órgãos de governo acabam deficitado os conselhos e enfraquecendo, então temos que trabalhar entre conselhos.
A06	Primeiro, através das redes sociais e também é publicada uma ata , mas essa ata só fica disponível aqui no Conselho. Quaisquer cidadãos têm o direito pela lei da transparência, tudo é bem nítido aqui dentro do processo. Se você quiser hoje saber qual foi a equipe, se houve chapa, conselheiros que tomaram posse nos anos passados, ou alguma coisa, esse processo está todo aí. Então, tem pelas redes sociais e também fazemos essas prestações de contas nas conferências em que aproveitamos o momento que reúne todo estado, sociedade e pessoas. Outra forma de estar socializando são nas reuniões dos fóruns de gestores da promoção da igualdade racial, estas são as formas que temos de anunciar.
A07	Cada um dos seus conselheiros coloca nas suas próprias páginas e compartilham. Como esses conselheiros também a depender da área estão sempre em locais de destaque, ele chega se apresenta também como Conselheiro do CDCN [...]. Então se apresentar como conselheiro do CDCN faz sentido na vida de muitas pessoas, principalmente no período de carnaval com programa Ouro Negro. Como cada conselheiro ele não representa a sua instituição, ele representa o segmento, segmento de educação quilombola, segmento de matriz africana segmento de Irmandade , esse conselheiro, que é um dos pontos que vamos discutir nessa reforma do regimento, ele precisava demonstrar que ele está fazendo a devolutiva para o seu segmento, porque ele é eleito pelo seguimento , ele apresenta o nome dele pela entidade X e outras entidades X, têm a votação e ele ganha. Mas ele não ganhou para representar a instituição dele, ele ganhou para representar um segmento. E como ele faz a devolução daquilo que ele está fazendo aqui dentro? Como ele se empodera? Ou quando a discussão é sobre aquele segmento, como é que ele capta o sentimento daquele segmento para trazer para o conselho? A gente não sabe então os processos podem se tornar muito individuais, muito embora ele represente um coletivo. [...] o CDCN tem diversos segmentos, tem uma pluralidade, e cada um teria que dar um retorno para seu segmento e isto a gente não sabe se realmente vem acontecendo.
A08	Primeiro a gente tem como aliado as redes sociais e as mídias alternativas , não têm outro mecanismo. As comunidades que não têm acesso utilizam os telefones para avisos, convocatórias , eu passei dois finais de semana em uma comunidade em que a maioria não tem telefone e você tem que procurar o sinal em uma árvore, e ainda é principalmente o telefone público, aí você liga, alguém atende e vai chamar ou então deixar recado.
A09	Tínhamos uma mala direta muito boa, aonde a gente fez mapeamentos de associações de mulheres, de bairro, culturais, religiosas, os blocos afros, afoxés. Então essa mala direta quando a quando tinha alguma notícia, alguma matéria, alguma coisa de importante, a gente mandava para toda essa mala direta convidando para que pudesse vir dialogar, debater para que a gente pudesse tentar desenvolver alguma ação para sanar ou esclarecer aquela situação. Como tínhamos diversas delegacias, tínhamos representantes

	da secretaria de segurança pública e sempre viabilizava pra gente estas questões, de que as pessoas pudessem denunciar as questões do racismo, naquela época, tinha uma lei que foi a Lei Caó, então o CDCN pautava muito essa questão de dizer as pessoas vitimadas por essa questão racista, quais eram seus direitos, como eles deveriam agir em busca deste aporte das esferas públicas.
A10	Essa é uma das grandes preocupações nossa como atingir esses cantinhos, como já disse, é 417 municípios, e como não há recursos para essa divulgação, nós ainda não temos recursos para chegar, se tornando uma ideia em atender todos os cantinhos lá no interior daquelas pessoas, daqueles quilombos que a gente não conhece, porque quase todos os quilombos são cadastrados na secretaria. Essa é uma grande dificuldade, porque não adianta você ter uma política para uma comunidade da qual a comunidade nem conhece, não tem acesso, não utiliza, não se beneficia com essa política e então ela não vai ter a eficácia para a qual ela foi criada.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 12: DE QUE FORMA SE ESTABELECE A COMUNICAÇÃO E A RELAÇÃO COM OUTROS CONSELHOS?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	Essa parte da comunicação do CDCN, a gente fez na parceria com a SEPROMI , ela faz essa comunicação, a gente manda todas as demandas à SEPROMI e a comunicação da SEPROMI consegue intermediar isso. [...] geralmente a gente faz encontros, fala com alguns conselhos daqui do município de Salvador e outros conselhos de todo o estado, e conselhos de outros estados também, Conselho da Cultura, Conselho de Educação, a gente consegue ter essa comunicação. Mas, em outro estado, só quando a gente organiza um encontro para discutir uma demanda, que a gente acha importante para ambas as partes.
A02	Geralmente esses contatos são feitos pela presidenta e a vice-presidenta , com pessoas que participam do movimento negro que já trazem um conhecimento, já sabem quem são os Conselhos municipais e já sabem quando vai ter algum fórum da população negra , algum evento que o conselho de alguma cidade do interior convoca e o CDCN fica sabendo através de pessoas que estão interligadas com pessoas que estão dentro do CDCN.
A03	Com outros conselhos eu não tenho conhecimento. Nós temos uma reunião mensal, que é a reunião ordinária, e extraordinária quando há necessidades, talvez a direção do Conselho possa lhe dizer isso com mais precisão , porque normalmente, uma vez por mês a gente tem uma pauta para discutir e a gente discute assuntos muito pertinentes ao conselho. Eu não tenho conhecimento de interação com outros conselhos.

A04	No meu caso, como presidente de um Conselho, eu estou lá dentro como conselheiro, eu estou sempre levando as coisas do conselho gestor da salvaguarda para eles, eles estão sempre dialogando. Agora mesmo, o CDCN está oferecendo assessoria jurídica para a gente pedir impugnação de um edital aqui, que foi aberto para colocar capoeira na escola e que prevê que instituições religiosas façam a gestão dessa escolha.
A05	Têm sempre os fóruns, e os fóruns são momentos de ver o que seu está fazendo que o meu não esteja fazendo, o que de bom que vocês têm que o meu não têm para a gente copiar, então os fóruns é o momento de lavar roupa suja e fofocar e também apresentar relatórios e coisas que estão acontecendo de bom nas gestões da Bahia, São Paulo, Rio. Os fóruns são os momentos de juntar forças, por exemplo, sobre as questões das queimadas dos terreiros no Rio, o que a gente pode ajudar enquanto Conselho da Bahia? O que sugerem, o que a gente pode prevenir para que não chegue até aqui? E até mesmo oficinas e aprender como eles trabalham atividades em determinadas comunidades e conseguiram atingir metas e analisar se adequa ao nosso público e o que a gente pode pegar de bom daquilo que aconteceu lá.
A06	[...] nós estamos aguardando outra reunião para traçar um grande encontro interconselhos, e o espaço desse interconselho é justamente para cada conselho estar conhecendo os conselheiros de outros conselhos e a partir daí a gente traçar estratégias de fortalecimento do controle social da sociedade civil. O estado da Bahia é pioneiro nessa luta da promoção da igualdade racial e também nós servimos muita das vezes de direção para outros conselhos, mas eu sinto isso, que a gente só se vê de 4 em 4 anos nas conferências nacionais e eu acho que o Estado brasileiro, através da Seppir deveria promover mais encontros de interconselhos da promoção da igualdade racial. A gente sabe que eles têm o Conselho Nacional de Promoção e ali são alguns membros da sociedade civil e alguns estados [...].
A07	Esta é a grande carência do estado da Bahia, não é só o caso do CDCN. Aqui no estado a gente já tentou fazer encontros interconselhos, porque só a Secretaria de Justiça, acho que tem 9 conselhos, e lá, na mesma secretaria, ainda não se conseguiu promover um encontro de todos os conselhos para discutir assuntos que lhe são comuns, ou aos assuntos que precisam entrar no interesse do outro. Então aqui nós fazemos algumas tentativas, porque cada representação de políticas públicas que está no CDCN está ligada a uma secretaria, e a gente tenta por este caminho fazer com que aquelas questões sejam conduzidas para as outras secretarias, outros conselhos. Mas a depender da relevância que cada autoridade superior dê aquele conselho.
A08	Você tem aqui no estado algumas reuniões interconselhos, ou uma chamada do estado para pensar uma política macro a partir dos conselhos e o CDCN, ele faz parceria com outros conselhos dependendo da temática. Então se a gente vai discutir a questão da mulher nós convidamos e fazemos a parceria com o conselho da mulher. Se vamos discutir juventude, fazemos parceria com o conselho da juventude e assim sucessivamente dependendo muito do tema. Se for cultura, parceria com o conselho de cultura e assim você

	tem o diálogo com outros conselhos para discutir um tema específico.
A09	Lembro-me que o conselho que tínhamos mais próximo era o de São Paulo, tanto que o conselho de São Paulo veio aqui nos visitar e foi aí que fizemos mais essa interlocução, foi um grande aporte para que a gente pudesse fazer as diretrizes do CDCN. Tivemos também outros conselhos que visitaram, eu me lembro de bem forte foi o de São Paulo, Recife, do Rio Grande do Sul e fizemos diversas demandas com essas ações do CDCN. Sempre que tínhamos aqui embaixadores, representante da África, que vinham aqui até o Brasil ou até a Bahia, o CDCN sempre fez esse aporte com eles. Eles eram enviados para o CDCN receber, e fazer todas as questões diplomáticas. O CDCN levou muitos anos sendo a representação pública e interlocutora de todas as ações para a comunidade negra.
A10	Existe uma relação entre os conselhos da frente, não são todos os conselhos, apenas os conselhos afins, por exemplo: se tem um evento do CDCN, ele se comunica ou manda um convite para os outros conselhos que tenham afinidade dessa temática, que tenha essa relação, mas não é todos os conselhos que tem essa mesma relação. Tem conselho que ainda não conhece o CDCN, não estão a par de onde funciona como funciona. Tem conselho que ainda não conhece, porque não tem afinidade e a gente vai atrás daquilo que tem a ver com a gente, porque o interesse maior nosso é de ir atrás de coisas que tem haver, usar o nosso pouco tempo com objetividade e ir atrás das pessoas que tem a ver com a gente, que tenha coisas comuns a oferecer.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 13: COMO VOCÊ AVALIA A SUA PRÓPRIA ATUAÇÃO NO CDCN?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	Na minha visão, é uma ação cansativa, a minha avaliação como representante da sociedade civil, como não tem um recurso de manutenção, que todo custo é feito do meu bolso e de articulações nossa para tudo que o CDCN precisa, então é cansativo. A sociedade não tem nem ideia de como isso funciona, e a gente, nós não somos super-homens, nós não somos o Estado, nós somos do movimento social, do movimento negro. É muita vontade, ou é loucura fazer o que a gente faz. Fazer com que o Estado se enquadre na realidade para a sociedade. Então, para mim é muito cansativo porque eu tenho que gerar essa renda, para a manutenção de uma ação a partir da instituição e também buscar renda para a instituição funcionar, então é preciso ter uma discussão dentro do Estado, que mude esse perfil, mas não existe vontade do Estado, porque o Estado não quer ninguém fiscalizando eles, não quer controlando, não quer ninguém colocando o Estado para fazer, então não há interesse do estado de mudar isso. Então a sociedade tem que discutir, a gente tem que conscientizar em potencializar as instituições da comunidade, levar esse conhecimento para as instituições para entender esse

	controle, para que a gente possa ter representante que possa se movimentar melhor com a manutenção do Estado.
A02	Fiz-me essa pergunta hoje, porque já tenho um tempo no CDCN e como minha universidade, em minha opinião, tem debate ainda muito fechado para as questões raciais, devido a várias coisas, eu percebi que não era só a minha universidade que eu devia representar, eu tinha que representar todas as universidades, porque eu estou ali na representação da comunidade acadêmica, então, devido a vários alunos que se dizem cotistas, que se autodeclararam negros para poder tentar conseguir algum benefício. E para, além disso, para minha formação acadêmica, por mais que eu represente a comunidade acadêmica é preciso ter um olhar diverso para outras representações, não é porque é um caso que aconteça fora da área que eu não possa também auxiliar. Então durante esse pouco tempo em que eu estou eu me avalio bem, estou conseguindo dar conta.
A03	A minha atuação no CDCN é exatamente essa representatividade com a segurança pública, que eu acredito que seja um dos problemas mais graves da população negra em Salvador, porque nós temos uma massa de negros empobrecidos morando em comunidades periféricas, expostos a uma pobreza material bastante complicada e nessas comunidades se instalaram as facções criminosas. [...] Então, a gente do CDCN, trabalha exatamente para fazer essa mediação entre as comunidades negra e o aparato de segurança pública, e então a nossa atuação, além de ser mais um conselheiro que vai propor que vai discutir outros assuntos, a minha atuação é em função dessa interação do Conselho e a Secretária de Segurança Pública.
A04	Comprometida. Eu tomo parte por ser militante de maneira não superficial, mas eu tomo parte de uma maneira que mais aparente das questões e eu considero comprometida, porque eu acho que o conselheiro precisa conhecer a demanda e está se aprofundando nos aspectos políticos que estão ao redor da demanda por que eu faço isso dentro do meu conselho. Então eu sei o que é ser conselheiro de maneira efetiva e eu não consigo ser um bom conselheiro como eu queria ser para o CDCN, mas eu entendo que isso é um processo de construção também. Então, eu acho que eu estou dentro de um processo de formação que vem sendo construído a partir de outras figuras de luta e eu entendo que esse momento não é o momento para eu me considerar um conselheiro qualificado, é um momento para eu me considerar um conselheiro em formação.
A05	Eu ainda estou com uma atuação muito tímida, por estar chegando agora, mas eu acredito que eu posso contribuir muito mais para o CDCN, já é um ganho as pessoas verem uma comunicação e uma publicização dos feitos e dos recursos do que está sendo dito, feito, ou não feito.
A06	Eu me vejo como um grande vitorioso, porque eu entrei nesse conselho e na época eu representava pelo seguimento dos afoxés, e os afoxés tinha uma cadeira aqui que onde eu era o presidente, e depois quando determinado tempo eu me converti ao evangelho e eu fiquei pensando em como contribuir e na época eu não podia mais estar naquele espaço da representação da cadeira que representava outro segmento da sociedade civil e eu procurei como estar nesse espaço dentro do segmento cristão, porque eu tinha minhas contribuições. [...] é difícil a

	gente falar, porque parece que a gente está querendo se auto promover, mas são as nossas contribuições e ideias que a gente tem para poder colocar em prática, porque não é fácil.
A07	Eu sempre dei importância a conselhos, eu sempre fui muito presente. Primeiro porque, como eu venho da área de direito e também estava lá pela OAB, mas eu era de uma organização do próprio estado, coordenadoria Geral do Estado, eu sempre me comprometi pessoalmente na escrita de documentos, de encaminhamentos, “vai haver alteração regimental” eu mesma me prontificava a participar, a colaborar. Mas, eu acho que as organizações precisam mais do que um esforço pessoal, precisa que institucionalmente as pessoas que ali estejam tenham comprometimento dentro daquela rede que importe em serviços relevantes, já que é um serviço voluntário para dentro daquela instituição. [...] na medida em que é um lugar que você tem uma voz para você provocar algumas questões que podem pela força coletiva produzirem resultados.
A08	Eu acho que eu tenho uma atuação boa, eu tenho tentado cumprir todas as demandas que têm chegado para o Conselho. Mesmo assim eu nem tenho viajado bastante e acompanhado as agendas e as demandas que chegam aqui, sejam em participação de mesa ou audiência ou acionar, ou ajudar, muitas vezes com informações. Eu tenho uma atuação legal, até porque eu já sou militante e eu já acompanhava o CDCN muito sem ser conselheira, então eu conheço a dinâmica do CDCN. Eu só gostaria de estar mais participativa aqui, já tem 4 meses que eu estou tentando tirar um dia de plantão, para vir para aqui, colocar as coisas em ordem. O CDCN já teve vida, uma vida pulsante, em que aqui já funcionou para o intercâmbio, com um centro de informática para atender a comunidade específica, dialogava muito mais com a comunidade local onde ele tá, atualmente não, mas é por causa da casa, ainda bem, graças ao Orixá, nós estamos em reforma e acho que isso vai facilitar uma retomada do relacionamento melhor e mais qualificado do CDCN com essa população, principalmente da comunidade que ele está inserido e aí eu me culpo porque eu acredito que eu poderia estar contribuindo mais, mas eu estou tentando me reorganizar para esse último ano ainda que me reste, porque não sei como serão conduzido as novas eleições para ver se eu me dedico um pouco mais, mas eu tenho uma boa atuação.
A09	Eu passei no CDCN metade do meu tempo de serviço público, de prestar meu serviço, porque no CDCN eu estive com ele desde o início da sua composição e passei 21 anos nele. Então ele fez 31 anos, esses outros anos eu não estava mais dentro do CDCN, estava auxiliando de outras maneiras, porque quando o CDCN se desligou da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, foi criada a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, a SEPROMI, e nós pertencíamos à justiça e estávamos lotados no CDCN fomos alocados diretamente para a SEPROMI, então nós continuamos através de outra secretaria, mas tendo atuação não mais tão direta no CDCN, mas auxiliando até os dias de hoje.
A10	A minha própria atuação com CDCN, como pessoa social, política do estado, uma agente pública do Estado. Eu sou uma conselheira ativa, que leva propostas, que leva as coisas para discutir, não deixo nunca os relatórios na

gaveta, sempre estou divulgando o que acontece no CDCN, sempre estou propondo coisas no CDCN para ser desenvolvida. Então, eu sou uma conselheira ativa e nesse tempo todo de conselho eu não me desliguei.

RESPOSTAS DOS SUJEITOS À QUESTÃO 14: FINALMENTE, QUAIS OS MAIORES DESAFIOS QUE O CDCN ENFRENTA NOS TEMPOS ATUAIS? E SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO?

SUJEITOS	EXPRESSÕES CHAVES (EC) E IDEIAS CENTRAIS (IC)
A01	O CDCN está vivendo um momento de reestruturação, porque a gente sente que o Estado não tem interesse que os conselhos acompanhem essas demandas e a gente sabe que o Estado, não é o Estado, mas os gestores de alguns setores, que não querem. São pessoas que chegam e começam a desenvolver suas negativas. Então, eu vejo que a gente precisa inovar dentro dessa discussão, a nossa vice-presidenta se fazer mais presente, dos conselheiros, e se fazer estratégias de manutenção para as ações dentro do CDCN e socializar dentro das escolas [...]. [...] a gente conseguiu entrar em todas as escolas do município e do estado, informando a importância do CDCN e a juventude começou a vibrar, porque não sabiam que existia isso e foi muito importante para gente esse ano e acredito que o futuro do CDCN está na juventude, com toda a sociedade ciente da importância desse controle, vai mudar o perfil, então espero na minha visão que o CDCN tenha uma nova cara com a juventude lá dentro.
A02	A gente vem falando sobre o combate ao racismo, o racismo institucional, que o CDCN que tem trabalhado muito contra isso. A maior dificuldade que nós temos com as próprias instituições, com o racismo velado, é ter que ficar falando que existe racismo para as pessoas, falar sobre cotas, falar sobre o direito da saúde para a população negra, falar para as pessoas que têm pouco conhecimento sobre o que é racismo, isso complica para nós, principalmente quando a mídia trabalha em cima disso. Então nossa maior arma como Conselho é popularizar e trabalhar junto com as escolas, com o governo, com a parte das universidades, pois, muitos desses órgão/instituições não sabem que o CDCN existe. Os professores de universidades e escolas que não sabem que o CDCN é um conselho que pode auxiliar nas escolas e universidades ou órgão, nesses aspectos que venham acontecer.
A03	Na realidade, hoje temos um problema muito grave, não só aqui em Salvador, mas no Brasil. Talvez Salvador tenha um perfil mais complicado, que exatamente essa questão da mortandade da comunidade e da juventude negra. Esse caso de você ter essas mortes de jovens, numa fase tão produtiva das suas vidas eu acho que é uma coisa extremamente complicada. E eu percebo assim que o Estado ele teria que ter uma atitude mais

	efetiva, que não se prende especificamente à questão da Segurança Pública. Talvez o maior desafio do CDCN hoje fosse envolver a própria comunidade nisso, o cidadão comum, para as pessoas perceberem que não é uma coisa normal, que não é apenas estatística, são pessoas, são vidas. Então eu acho que hoje, o desafio do movimento negro e do CDCN, seria tratar desses assuntos, mas não apontando para A, B ou C, mas apontando para si próprio, o que eu posso fazer para reduzir isso? Então, a gente não pode só achar que isso é exclusivamente um problema do Estado ou do Governo, esse é um problema da nossa sociedade, a gente tem que desmobilizar essa cultura de guerra, essa cultura de violência. O CDCN teria que fazer um trabalho de conscientização das pessoas a respeito desse genocídio da população negra.
A04	Eu acho que esse momento político é um momento aterrorizador, que a gente se vê desestimulado, que a gente se vê, preocupado, que a gente se vê impotente. Então eu acho que o primeiro desafio está colocado pelo quadro conjuntural estrutural da sociedade que a gente vê no momento. Uma segunda questão, é que eu entendo que um conselho como esse que faz ações dentro de um estado da Bahia que é um estado que têm uma população negra extremamente representativa no Brasil, deveria, apesar de ser um conselho de 30 anos, que têm sim seu protagonismo muito bom, deveria ser oportunizado, publicizar mais a sua ação para agregar novos conselheiros para que isso seja também um elemento conscientizador, um elemento que faça essa afirmação do segmento de matriz africana, do segmento afro-brasileiro. Entendo que é um grande desafio para o CDCN você falar, por exemplo, em reconhecer territórios quilombolas, quando a gente sabe que o governo não tem o menor interesse nisso, que você é apenas um conselho e que as suas possibilidades de intervenção elas se limitam quando não existe disposição pública para isso [...]. Os limites que a gente tem de tratar para nossa sociedade enquanto um conselho, o que são as práticas racistas sutis e os que são aquelas práticas mais agressivas que partem tanto dessa política de extermínio da juventude negra até o racismo institucional [...]. Então a gente acaba tendo que ter leis num país como é o nosso para obrigar que a gente não seja desafricanizado, e como é que o Conselho pode lidar com isso se a gente tem uma representação oligárquica no parlamento e na presidência, que faz políticas só para burguês branco. É uma branquitude presente em todos os escalões, aqui dentro da Bahia. [...] a gente vive, infelizmente, em um país que vive a histórica e dita falsa democracia racial, as pessoas ainda acreditam que a gente não vive o racismo e a primeira coisa para você resolver problema é você acreditar que ele existe, e a gente ainda acha que não tem racismo no Brasil, que aqui na Bahia não têm racismo, que é tudo tranquilo.
A05	Mudança de governo, esse é um perigo que a gente está tentando não imaginar, mas têm que imaginar, então há uma preocupação muito grande no enfraquecimento dos conselhos, das secretarias, aliás, com o enfraquecimento e com toda a luta de benefício das populações. Então, eu acredito que tudo enfraquece, eu acredito que o sobressalto está no que vem por aí, no que virá por aí. Até que ponto o conselho, colegiado a um

	órgão público, vai ser interessante? Será que vamos voltar ao tempo que éramos só comunidade civis em embate ao governo? São momentos de incertezas, retrocessos e nós não queremos isso não quer dizer que ser o conselho civil seja puramente retrocesso, se assim for necessário, que assim seja, mas o retrocesso de perder políticas, de perder espaços e ser retirada muita coisa que está sendo construído. Então, esse é o momento mais do sobressalto que estamos aí, inclusive até de dissolução de secretarias, é o medo que nós estamos enfrentando e tentando contornar da melhor maneira possível.
A06	Primeiro essa reforma aqui, já têm não sei quantos anos. Nós somos um dos poucos conselhos que têm sede própria, isso aqui é do CDCN, então como você está vendo, aqui é um espaço que precisa passar por uma grande reforma, e aqui é um local que da mesma forma como a casa de Jorge Amado, que as pessoas visitam, assim teria que ser esse CDCN como referencial para todos que passam aqui nesse contorno desse Centro Histórico, ampliar mais. Então é uma preocupação e um desafio em que aqui possa ser um local de visitação das escolas e eu sugeri uma vez no conselho, que quando tiver uma reforma que se coloque uma grade nas escolas públicas, uma visitação ao conselho como uma carga horária, para que eles fiquem sabendo da identidade que é isso daqui, do legado dos muitos conselheiros que passaram por aqui, que contribuiram os segmentos. Nós temos espaço para criar algo audiovisual, que os jovens gostam e se identificar, criar peças ou museu fixo aqui, que quando eles cheguem se identifiquem e venham contando a história. A grande falta hoje é que nós não publicamos, nós escrevemos muito pouco, e a gente precisa tornar isso público, publicar e divulgar, senão a gente perde toda uma história, todo um legado.
A07	Ele enfrenta a questão de falta de recursos. Ele tem a grande oportunidade nesse momento, de ser um fortalecedor do surgimento dos conselhos municipais. Eu repodo que este é um dos grandes desafios para o nosso próximo PPA, dos próximos anos de existência do conselho. Esse é uma. O segundo que eu considero muito importante, é como o conselho vai desenhar seu plano de comunicação e casado com isso, como ele vai criar arranjos internos para autogestão e a gestão de participação de seus membros. Outro ponto que eu considero muito importante, embora admita que uma das melhores composições seja a presidência e a vice-presidência, a presidência na autoridade do secretário ou secretária, e vice-presidência na sociedade civil, mas esse regimento vai precisar resolver a distribuição de poder para dentro do Conselho, porque a grande tendência de todo ser humano é concentrar poder nas mãos, então se eu tiver um conselho que está me pressionando muito, eu posso não marcar as reuniões mensais, eu posso não fazer o calendário ou eu posso marcar e desmanchar a reunião, não realizar a reunião, e assim eu vou esvaziando o conselho, eu vou tirando o interesse dos conselheiros comparecerem. Então, a gente também precisa pensar muito nessa distribuição de atribuições entre presidência e vice-presidência, porque senão eu tiro a balança de equilíbrio interno e não consigo funcionar com minhas resoluções e com meus encaminhamentos para fora do

	conselho.
A08	Eu acho que o nosso maior desafio é a estrutura da casa, nós temos um patrimônio, um dos poucos conselhos que têm um patrimônio, um patrimônio muito bom, então, o nosso primeiro desafio é reestruturar o CDCN para que ele volte a ter uma atuação mais ativa dentro da comunidade e também que as instituições se apossem desse patrimônio, porque isso acontecia você tinha uma dinâmica porque os movimentos sociais utilizavam aqui para tudo, de um curso de qualificação a uma audiência. Já fizemos exposições de artista plástico, então você tinha uma dinâmica, com uma biblioteca com livros raríssimos. Então acho que o nosso maior desafio é ressignificar o CDCN para que ele volte a atuar de uma maneira mais participativa e que os movimentos se apossem desse patrimônio que é do movimento, que é uma conquista do movimento. O segundo maior desafio é para mim uma preocupação muito grande, que é a formação e a qualificação, a capacitação dos conselheiros e muitas vezes você participa de um conselho e não sabe nem qual é o seu papel e aí no nosso planejamento nós estamos fazendo essas capacitações bimestrais entre os conselheiros. Eu espero que na renovação esses conselheiros que estão sendo capacitados, pelo menos tenham a possibilidade de mais um mandato. Eu acho que isso vai dar um novo momento ao CDCN, você vai ter o CDCN reformado com os conselheiros capacitados e com isso, fazer com que nossa atuação seja bem melhor.
A09	Eu vejo hoje e converso muito com alguns conselheiros que já está há tempos no CDCN e o que eles sempre me falam é essa questão mesmo da vontade política, da vontade se estabelecer, de renovar, porque os que já estão lá são de gestões que eu passei ao seu lado, mas que não conseguimos renovar. Precisa que a juventude que está aí com toda sua força e garra, elas possam realmente ver que o CDCN é um instrumento positivo, capaz de fazer realmente a interlocução, porque diante do retrocesso que a gente tá tendo agora nas políticas públicas, é importante. Então, o CDCN ele tá precisando ter novamente esse viés de articulação e valorização, principalmente pela juventude que está chegando agora, que possa lhe dar essa importância que ele tem dentro do contexto da comunidade negra em Salvador – Bahia.
A10	É fazer com que toda a população negra tome conhecimento e tenha acesso a essas políticas, esse é o grande desafio.